



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ECONOMIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E GESTÃO DE
EMPREENDIMENTOS LOCAIS

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

O SISTEMA DE MICROCRÉDITO COMO ESTRATÉGIA DE REDUÇÃO DA
POBREZA: UMA AVALIAÇÃO NO ÂMBITO DOS MUNICÍPIOS NORDESTINOS

WILTON LUIZ MOTA ALMEIDA

SÃO CRISTÓVÃO
SERGIPE – BRASIL
JANEIRO / 2009

**O SISTEMA DE MICROCRÉDITO COMO ESTRATÉGIA DE REDUÇÃO DA
POBREZA: UMA AVALIAÇÃO NO ÂMBITO DOS MUNICÍPIOS NORDESTINOS**

WILTON LUIZ MOTA ALMEIDA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Economia da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais.

ORIENTADOR: PROF.º DR. JOSÉ RICARDO DE SANTANA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E GESTÃO DE
EMPREENDIMENTOS LOCAIS.
SÃO CRISTÓVÃO – SERGIPE
2009

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

A447s Almeida, Wilton Luiz Mota
O sistema de microcrédito como estratégia de redução da
pobreza : uma avaliação no âmbito dos municípios nordestinos /
Wilton Luiz Mota Almeida. – São Cristóvão, 2009.
125 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Gestão
de Empreendimentos Locais) – Núcleo de Pós-Graduação em
Pesquisa em Economia, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e
Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2008.

Orientador: Prof. Dr. José Ricardo de Santana.

1. Economia regional – Microcrédito – Região nordeste. 2.
Desemprego. 3. Combate a pobreza – Sistema financeiro. I. Título.

CDU 336.77(812/813)

O SISTEMA DE MICROCRÉDITO COMO ESTRATÉGIA DE REDUÇÃO DA POBREZA: UMA AVALIAÇÃO NO ÂMBITO DOS MUNICÍPIOS NORDESTINOS

Dissertação de Mestrado defendida por **Wilton Luiz Mota Almeida** aprovada em 23 de Janeiro de 2009 pela banca examinadora constituída pelos doutores:

Profº Drº José Ricardo de Santana – Orientador
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Profº. Drº. Saumíneo da Silva Nascimento
Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

Profª. Drº. José Roberto de Lima Andrade
Universidade Federal de Sergipe (UFS)

DEDICATÓRIA

Ana Paula, esposa

Luiz Almeida, pai

Maria Iracy, Mãe

E meus irmãos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, sem qual nada teria sentido.

Ao meu orientador, o professor Dr. José Ricardo de Santana, pela dedicação e a
bela orientação despendida.

Aos membros da banca examinadora, os economistas Dr. Saumíneo da Silva
Nascimento e Dr. José Roberto de Lima Andrade, pela bela contribuição ofertada.

Aos meus colegas de turma.

E a todos que contribuíram direta ao indiretamente para o sucesso da pesquisa.

RESUMO

Nas últimas décadas o Brasil vem enfrentando uma onda de desemprego que tem impactos nos mais variados indicadores sociais, principalmente nos índices de pobreza. O desemprego vigente tem reflexo direto nos indicadores de pobreza e atinge principalmente as cidades mais periféricas afastadas dos grandes centros urbanos. É diante desse quadro que diversas alternativas foram sugeridas por estudiosos do tema e adotadas por governantes, visando reduzir pobreza e o desemprego. Nas duas últimas décadas, uma alternativa enfatizada foi possibilitar o acesso ao crédito às pessoas pobres, com poucas chances de obtê-lo no sistema financeiro tradicional, dando-lhes a oportunidade de incrementar ou abrir um negócio no intuito de gerar ocupação e renda para que saiam da linha de pobreza. Assim esse estudo objetiva avaliar o impacto do microcrédito na redução da pobreza nos municípios nordestinos. Para atingir tal objetivo, foram utilizados recursos econométricos visando subsidiar as conclusões desse estudo. Os resultados alcançados indicam que a concessão de crédito não tem influência significativa na redução da pobreza, entretanto a concentração de renda e principalmente a educação mostraram-se ser mais importantes no combate à pobreza.

Palavras-chaves: 1. Microcredito, 2. Pobreza, 3. Desenvolvimento Regional e Local.

ABSTRACT

In the last decades Brazil has been facing a wave of unemployment that has impacted in a variety of social indicators, principally in the rates of poverty. The actual unemployment has a direct reflex in the poverty indicators, affecting mainly the suburban areas, remote from the great urbane centres. Therefore several alternatives has been suggested by specialists and adopted by governments, aiming to reduce poverty and the unemployment. In last two decades, an alternative has been emphasized is to make possible financial credit to the poor people that has few chances of obtaining credit in the traditional financial system, giving them the opportunity for developing or opening a business in the intention of producing an occupation and income to take them out of the poverty line. So the aim of this study is to evaluete the impact of the microcredit at the reduction of poverty in Brazil's Northeastern cities. To reach such an objective, econometric resources were used with the intention to conclude this study. The results reached indicate that the concession of credit has not significant influence in the reduction of the poverty, and that the concentration of income and principally education has been demonstrated to be more important to the combat of poverty.

Keywords: 1. Microcredit, 2. Poverty, 3. Regional Development Theory

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	X
LISTA DE TABELAS.....	XI
LISTA DE FIGURAS E QUADROS	XII
LISTA DE GRÁFICOS	XIII
INTRODUÇÃO	14
1. CONSIDERAÇÕES SOBRE POBREZA E O SISTEMA FINANCEIRO....	17
1.1. Abordagem sobre a pobreza.....	17
1.1.1. Definição e Mensuração.....	17
1.1.2. A pobreza no mundo.....	24
1.1.3. A pobreza no Brasil e as formas de combate.....	26
1.2. Considerações sobre o sistema financeiro e o mercado de crédito....	30
1.2.1. A Importância do sistema financeiro na economia.....	30
1.2.2. O funcionamento do mercado de crédito.....	36
1.2.3. O crédito na economia brasileira.....	40
2. CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA DE MICROCRÉDITO E SUAS ESTRATÉGIAS DE COMBATE A POBREZA.....	45
2.1. Caracterização e trajetória do microcrédito.....	45
2.1.1. Características e definição.....	45
2.1.2. Trajetória do microcrédito no mundo.....	47
2.1.3. Trajetória do microcrédito no Brasil.....	50
2.2. Caracterização dos programas de microcréditos no Brasil.....	53
2.2.1. O programa UNO.....	53
2.2.2. Rede CEAPE.....	55
2.2.3. Banco da Mulher.....	57
2.2.4. PortoSol.....	58
2.2.5. Crediamigo.....	60
2.3. O microcrédito como estratégia de combate à pobreza.....	64
2.3.1. Fundamentação do debate.....	64
2.3.2. Exigências de garantias	69
2.3.3. Sustentabilidade das IMFs.....	75
2.3.4. Focalização.....	79

3. O MICROCRÉDITO E O IMPACTO SOBRE A POBREZA NA ECONOMIA NORDESTINA.....	84
3.1. Caracterização da economia nordestina.....	84
3.2. A influência da oferta de microcrédito no índice de pobreza em municípios nordestinos.....	88
3.2.1. Caracterização da pesquisa.....	88
3.2.2. Aspectos metodológicos.....	89
3.2.2.1. O método.....	89
3.2.2.2. Os modelos econométricos.....	91
3.2.2.3. Base de dados.....	95
3.2.3. Resultados empíricos.....	99
3.2.3.1. Corte por tamanho econômico.....	102
3.2.3.2. Corte por estado.....	110
3.2.3.3. Corte por cidade sede de agências.....	112
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
5. BIBLIOGRAFIA.....	121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNB	- Banco do Nordeste do Brasil
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEAPE	- Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos
CEPAL	- A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
ENDEF	- Estudo Nacional da Despesa Familiar
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH-E	- Índice de Desenvolvimento Humano – educação
IMF	- Instituição Micro Financeira
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LPA	- Linha de Pobreza Absoluta
M1	- Moeda em poder do público + depósito a vista nos bancos
M2	- M1 + títulos públicos
MPME	- Micro Pequenas e Médias Empresas
ONG	- Organização não Governamental
ONU	- Organização das Nações Unidas
OSCIPS	- Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PIB	- Produto Interno Bruto
PNUD	- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SPC	- Serviço de Proteção ao Crédito
TIR	- Taxa Interna de Retorno
UNICEF	- Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNO	- União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações
VPL	- Valor Presente Líquido

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Diferentes Estimativas da Taxa de Pobreza para os Estados Brasileiros – 2002	20
Tabela 2 – Os dez estados do Brasil com maior percentual de pessoas pobres em 1991.....	27
Tabela 3 – Evolução do crédito total entre 2003 e 2006.....	41
Tabela 4 – Desembolso Anual do Sistema BNDES (R\$ milhões de 2006.....	43
Tabela 5 – Clientes Atendidos e Empréstimos Desembolsado por Estado – Período 1998 a 2007	62
Tabela 6 – Resumo das Estatísticas Descritivas	99
Tabela 7 – Equações com variáveis determinantes da pobreza dos municípios nordestinos em 2000.	100
Tabela 8 - Resumo do Teste de White para detecção de heteroscedasticidade.	101
Tabela 9 – Equações com variáveis determinantes da pobreza dos municípios nordestinos com PIB menor que R\$ 50,00 milhões, em 2000.	103
Tabela 10 – Equações com variáveis determinantes da pobreza dos municípios nordestinos com PIB entre R\$ 50,00 milhões e R\$ 100,00 milhões, em 2000.	105
Tabela 11 – Equações com variáveis determinantes da pobreza dos municípios nordestinos com PIB entre R\$ 100,00 milhões R\$ 200,00 milhões, em 2000.....	107
Tabela 12 – Equações com variáveis determinantes da pobreza dos municípios nordestinos com PIB entre R\$ 200,00 milhões e R\$ 500,00 milhões, em 2000.	109
Tabela 13 – Equações com variáveis determinantes da pobreza dos municípios nordestinos de estados selecionados, em 2000.	111

Tabela 14 – Equações com variáveis determinantes da pobreza dos municípios nordestinos em 2000. Corte por cidade sede.	113
---	-----

LISTA DE FIGURAS E QUADROS

Quadro 1 – Estimativa da Atividade total de microfinanças no Brasil.	51
Quadro 2 - Instituições de microfinanças no Brasil com mais de 2.000 clientes ativos (2001).	52
Figura – 1 Resultados acumulados do Crediamigo de 1998 a 2000.	61

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Proporção de pessoas que vivem com menos de US\$ 1 por dia no mundo em 1990, 1999 e 2004.	24
Gráfico – 2 Percentual de pessoas pobres por região em 1991 e 2000.....	28
Gráfico 3 – Taxa de juros versus receita do emprestador.	39
Gráfico 4 – Razões alegadas pelos bancos para não conceder os empréstimos solicitados em São Paula. 1999.	70
Gráfico 5 – Razões alegadas pelos bancos para não conceder os empréstimos solicitados em São Paula. 2004.	71
Gráfico 6 – Percentual de Pessoas Pobres nas Regiões Brasileiras.	87

INTRODUÇÃO

Há algumas décadas, o Brasil vem enfrentando uma onda de desemprego que tem impactos nas mais variadas esferas sociais, inclusive segurança com aumento da criminalidade. O baixo nível de emprego nesse período tem explicações conjunturas, já que, principalmente a partir dos anos 90, vêm sendo adotadas políticas restritivas de combate à inflação; e tem explicações estruturais, uma vez que com as mudanças nos paradigmas tecnológicos fazem-se necessárias novas qualificações por parte dos trabalhadores, que muitas vezes não conseguem se adequar às novas exigências. Da mesma forma, as inovações na informática, comunicação e eletrônica aumentaram consideravelmente a produtividade do trabalho efetivo diminuindo a demanda por mão-de-obra.

Tal situação é mais grave ainda nas cidades periféricas, afastadas dos grandes centros urbanos, onde o baixo nível de escolaridade torna-se um entrave para inserção dos trabalhadores no mercado de trabalho. E quando se considera uma região como a do nordeste brasileiro a situação ainda é mais complexa, já que a região sofre também com problemas climáticos.

A pobreza intensificada por esse quadro tem gerado uma série de debates, os quais buscam apresentar alternativas de combate e controle da pobreza, bem como ações preventivas. Tal debate é mais enfático nas economias onde a desigualdade social é grande, na qual o Brasil está inserido.

Diante dessa conjuntura, o discurso político e até acadêmico tentam formular alternativas de combate a pobreza, e uma das alternativas em evidência nesse sentido tem sido a concessão de crédito às camadas mais pobres da população, que em geral tem dificuldade de conseguir crédito no sistema bancário tradicional.

Foi em meados dos anos 70 com a experiência do professor Muhammad Yunus, através do Grameen Bank em Bangladesh, que o microcrédito surge como instrumento de combate à pobreza, e a partir daí diversos programas de microcrédito surgiram pelo mundo objetivando a geração de ocupação e renda entre os mais pobres. A idéia original do microcrédito, assim como procede hoje diversos programas de microcrédito, era conceder empréstimos as camadas da população com maior dificuldade em obter-los no sistema financeiro tradicional.

No Brasil, atualmente diversas instituições seguem a linha do Grameen Bank e estão atuando na concessão de pequenos valores de crédito a pessoas que dificilmente conseguiria obter-los nos sistema bancário tradicional. O Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (CEAPE) é um desses exemplos, a ONG iniciou sua atuação inicialmente no Rio Grande do Sul e depois se espalhou pelo Brasil. O Banco da Mulher e o Portosol são outros exemplos de instituições que atuam nesse setor. Mas é o Banco do Nordeste do Brasil que atualmente possui a maior carteira do setor através do programa Crediamigo, embora o banco não atue unicamente com pequenos créditos.

Nesse contexto o objetivo desse trabalho é examinar a eficiência da concessão de microcrédito no combate a pobreza dos municípios nordestinos, região que possuem os maiores índices de pobreza do país. Tal abordagem mostra-se relevante, sobretudo para justificar ou não as políticas adotadas pelos governantes no sentido de aumentar a oferta de microcrédito objetivando a geração de ocupação remunerada, como p.ex. o trabalho autônomo e o surgimento de pequeno empreendimento de base familiar, com repercussão direta no nível de pobreza.

Assim esse trabalho foi dividido em três partes. Na primeira parte buscou-se abordar os aspectos mais gerais relevantes para a pesquisa, tais como a discussão de elementos teóricos sobre a pobreza, bem como o funcionamento do mercado de crédito e o papel do sistema financeiro na economia. A segunda parte concentrou-se no debate em torno do microcrédito e discutiu-se sua trajetória, definição, características e diretrizes para alcançar o objetivo de inibidor da pobreza. Por fim, na última parte foi examinado que influência de fato a concessão de microcrédito exerce no índice de pobreza em municípios nordestinos.

Para atingir o objetivo central da pesquisa utilizou-se como amostra os municípios que receberam microcrédito do programa Crediamigo. Os demais dados referentes às cidades nordestinas são oriundos do instituto de pesquisa econômica aplicada. Como principal recurso fez-se uso de instrumental econométrico a fim de averiguar se há influência significativa da modalidade de crédito aqui em questão nos níveis de pobreza do nordeste brasileiro.

1. CONSIDERAÇÕES SOBRE POBREZA E O SISTEMA FINANCEIRO

1.1. Abordagem sobre a pobreza

1.1.1. Definição e Mensuração

Nas últimas décadas vem crescendo o debate em torno do tema pobreza. São muitas indagações e tentativas de respostas para esse fenômeno que incomoda os mais variados países, com destaque, e não poderia ser diferente, para aqueles menos desenvolvidos.

No centro desse debate, o questionamento sobre como definir e mensurar a pobreza ainda é um tema bastante freqüente. Há vários aspectos na literatura mostrados sobre tal fenômeno. Do ponto de vista de avaliações econômicas, a pobreza tem sido abordada segundo os aspectos materiais, talvez por este apresentar menor complexidade em sua mensuração.

Dentro da concepção material, uma das formas mais freqüente de se medir a pobreza é, sem dúvida, fazendo uso de uma concepção unidimensional, isto é, unicamente dimensionada pela insuficiência de renda, a qual determina um nível mínimo de renda abaixo do qual os indivíduos seriam considerados pobres. É dentro dessa concepção que foi elaborada uma linha de pobreza com razoável aceitação internacional, na proporção de US\$1 dia *per capita*, adotada pela ONU.

Conforme Hagenars e De Vos (Apud Hoffmann, 2006), todas as definições de pobreza podem ser enquadradas numa das três categorias seguintes:

- a) pobreza é ter menos do que um mínimo objetivamente definido (pobreza absoluta);
- b) pobreza é ter menos do que outros na sociedade (pobreza relativa);

c) pobreza é sentir que não se tem o suficiente para seguir adiante (pobreza subjetiva).

De fato, várias definições de ampla utilização na literatura são possíveis de serem enquadradas nessas categorias, como afirma os autores. Dentre as concepções de pobreza absolutas estão: i) o enfoque nas necessidades básicas, desencadeada geralmente na linha de pobreza já descrita; ii) o enfoque baseado na Lei de Engel, que tem como parâmetro a proporção da renda utilizada para consumir alimentos; iii) o princípio da utilização da razão entre os custos fixos domésticos e a renda total; iv) a concepção que leva em conta a razão entre os gastos correntes e a renda, na qual o indivíduo pobre seria aquele que recorre freqüentemente a empréstimos para sobreviver.

Já com relação à pobreza relativa pode ser citada a carência relativa no tocante a cesta de bens considerados comuns naquela região. Por fim, entre as definições de pobreza na concepção subjetiva entra a conceituação que considera pobres aqueles cujo nível de renda está aquém daquele que considera o que seria o suficiente para sobreviver (Hoffmann, 2006)

Dentro da concepção absoluta o ponto chave para se medir a pobreza e indigência em uma determinada unidade é estabelecer uma fronteira pautada na renda (linha de pobreza) que separa pobres e não-pobres. Um exemplo dessa forma de demarcação da fronteira que separa estes dois estratos sociais, muito utilizado, é o valor dólar dia *per capita*, através do qual é estabelecido a quantidade monetária por dia necessária para um indivíduo suprir suas necessidades básicas. No Brasil frações do salário mínimo, a exemplo de Hoffmann (2006), por vez, também são utilizados como linha de fronteira entre tais estratos sociais.

Como já referido, dentre os critérios assinalados, os enquadrados em uma concepção de pobreza absoluta aparecem com maior frequência que os demais. No entanto tal metodologia é recorrentemente alvo de críticas, e mesmo dentro dessa concepção os valores apresentados como consequência desse método são divergentes.

Um trabalho elaborado por Diniz e Arraes (2006) objetivando verificar a possibilidade de haver superestimação no cálculo da taxa de pobreza, ou proporção de pobres no Brasil de acordo com a literatura denota bem esse fato. Os autores demonstram haver uma divergência das estimativas nas taxas de pobreza e em relação aos números de pobres no Brasil. A pesquisa leva em consideração as estimativas ponderadas para se tomar decisões nas políticas públicas, isto é, os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, que se encontram na base denominada de IPEADATA; os dados do Atlas do Desenvolvimento Humano, calculado pela Fundação João Pinheiro, em parceria com o próprio IPEA e Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e, dentro dos objetivos do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD; e, ainda as estimativas feitas em diversas pesquisas realizadas por Rocha (1993, 1997, 2000, 2003, 2004), autora com razoável número de citações em relação ao tema proposto.

Na tabela apresentada no trabalho dos autores aparecem grandes diferenças nos resultados das taxas de pobreza ou proporção de pobres para os estados brasileiros considerando as fontes citadas. Algumas diferenças chegam a ser bastante significativas. Quando comparamos os dados apresentados por Rocha¹ e

¹ ROCHA, Sonia. Impacto sobre a Pobreza dos Novos Programas Federais de Transferência de Renda. In XXII Encontro Nacional de Economia. **Anais...**, 2004.

pelo Atlas do Desenvolvimento Humano 2000², percebem-se valores acima de 100%, como é o caso do Distrito Federal e São Paulo, onde enquanto Rocha apresenta a taxa de pobreza nessas cidades de 38,85% e 30,35% respectivamente, o Atlas apresenta a taxa de 16,07% e 14,37%. Tal diferença quando avaliada em números absolutos de pessoas pobres nos estados mais populosos, como é o caso de São Paulo, podem representar milhões de pessoas, como bem afirma os autores da pesquisa, Diniz e Arraes (2006). Mesmo entre o IPEA e o Atlas podem ser observadas diferenças que ultrapassam a 30%, como p.ex. para os estados do Espírito Santo e Mato Grosso do Sul.

Tabela 1 – Diferentes Estimativas da Taxa de Pobreza para os Estados Brasileiros – 2002

	Rocha (2004)	IPEADATA	ATLAS
Rondônia	31.17	30.63	35.2
Acre	40.3	38.54	47.83
Amazonas	45.28	44.43	52.97
Roraima	45.02	44.42	35.9
Pará	44.34	43.68	51.89
Amapá	42.15	40.08	42.95
Tocantins	45.61	48.8	50.79
Maranhão	50.68	60.84	66.82
Piauí	48.29	59.14	61.82
Ceará	50.45	53.43	57
Rio G. Norte	39.47	48.17	50.63
Paraíba	44.06	54.46	55.26
Pernambuco	54.13	56.24	51.31
Alagoas	52.97	63.06	62.24
Sergipe	40.48	48.85	53.99
Bahia	48.26	55.45	55.32
Minas Gerais	27.09	22.74	29.77
Espírito Santo	22.05	21.02	28.04
Rio de Janeiro	28.01	18.29	19.23
São Paulo	30.35	17.64	14.37
Paraná	19.28	21.6	23.69
Santa Catarina	9.18	12.47	16.24
Rio G. do Sul	16.78	21.52	19.69
Mato G do Sul	34.83	20.47	28.66
Mato Grosso	35.32	21.18	27.78
Goiás	36.94	21.25	26.65
Distrito Federal	38.85	20.86	16.07

Fonte: Elaboração própria com base em Diniz e Arraes (2006). – Referência o ano de 2000

* Variação percentual entre o menor e maior

² FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP; PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD; INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS – IPEA. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2000.**

Nesse contexto, e fazendo uso de métodos estatísticos, os autores concluíram haver superestimação em grande medida da taxa de pobreza, sendo esta inversamente relacionada com o tamanho econômico do estado e diretamente com a distribuição de renda.

Outra pesquisa elaborada por Vasconcellos e Costa (2006), também tece críticas ao modelo da linha de pobreza absoluta, o qual, como visto, está pautado na satisfação de necessidades básicas, dentre as quais o suprimento dos requerimentos nutricionais usando como base a satisfação das necessidades energéticas.

Desse modo, o trabalho levanta algumas limitações metodológicas e operacionais para a construção de linhas de pobreza absolutas no Brasil, para tanto parte de alguns pressupostos emanados da conceituação da linha de pobreza absoluta apresentado na literatura, a saber: (1) a pobreza é definida pela não-satisfação das necessidades básicas; (2) quaisquer que sejam as necessidades, elas devem ser baseadas no consumo observado (Rocha, 1977); (3) a renda é usada como critério para medir pobreza; e (4) uma vez que o balanço energético é atingido, todos os requerimentos nutricionais são satisfeitos.

Os objetivos de Vasconcellos e Costa resumem-se em discutir as considerações que devem ser feitas durante a elaboração da LPA (Linha de Pobreza Absoluta) e avaliar em que medida a violação de alguns dos pressupostos citados acima interfere nos resultados, tendo como principal fonte de dados Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF). Por questões metodológicas, o trabalho ficou dividido em quatro assuntos distintos: (1) o que é consumo alimentar? Quantidades obtidas na semana ou quantidades ingeridas na semana?; (2) como o consumo é expresso em energia e quais as diferentes estratégias de construção das tabelas de

composição dos alimentos?; (3) qual conceito de requerimento energético usar e como calculá-lo? e (4) as limitações da taxa de adequação em energia como indicador do estado nutricional.

Várias observações foram constatadas no trabalho que podem comprometer o resultado na elaboração da LPA, ocasionando subestimação, por exemplo. A falta de informações sobre a presença às refeições no período de referência, não considerando a ausência de moradores às refeições em casa; a falta de um tratamento adequado dos pesos da parte comestível dos alimentos, visto que este deve ser feito com base nas proporções de resíduo existentes em tabelas de composição (que refletem práticas laboratoriais e não as práticas culinárias das famílias, com exceção da tabela do ENDEF). Os determinantes de requerimentos energéticos internacionais usados como referência são inadequados ao caso brasileiro; em suma, entre outras observações os autores citam “que a linha de indigência somente retrata o valor necessário para eliminar a restrição alimentar energética e, se não forem feitas provisões para a melhora das condições não-alimentares, as LPA não satisfazem seus pressupostos de satisfação das necessidades básicas” (Vasconcellos e Costa 2006).

De modo geral, parece inegável que independente do método adotado na medição da pobreza sempre vão existir aspectos relativos, já que o conjunto de bens e serviços dados como necessários oscila com a variação da renda da população, e do mesmo modo tais necessidades tendem a mudar com o tempo e/ou grupo social considerado.

Na realidade, o que é importante perceber aqui na breve elucidação desse tópico é que, em linhas gerais, as medidas de pobreza querem chegar a uma forma de medição, de forma mais ou menos relativa, dos números de pessoas pobres,

pautada em privações materiais, sociais e até culturais, onde tais privações, em dado nível, impunha aos pobres a exclusão de um padrão de vida minimamente aceitável na sociedade em que vivem.

De forma geral, apesar das críticas tecidas aos métodos absolutos, que geralmente são balizados monetariamente, estes são os mais utilizados na literatura, aparecendo com grande frequência inclusive nos índices oficiais. Tudo leva a crer que a popularidade dessa técnica está relacionada à sua objetividade e facilidade de parametrizar a pobreza, estabelecendo uma quantia monetária que possibilite a aquisição de itens, alimentares e não alimentares, para atender as necessidades básicas do indivíduo ou família estudada. Uma outra explicação da preferência pelo método pode ser o maior grau de cientificidade nele contido quando comparado com outros métodos, uma vez que ele encontra base na teoria do consumidor no qual expressa os gastos correntes como uma melhor aproximação da renda permanente, como bem observa Diniz e Arraes (2006).

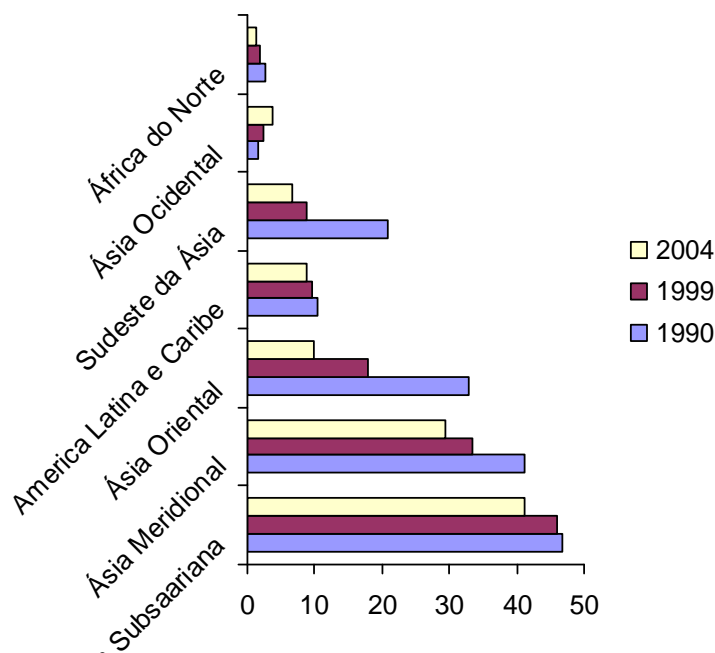
Para fins dessa pesquisa os índices de pobreza apresentados foram levantados através do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)³, o qual também faz uso do método absoluto pautado no nível de renda. Ou seja, o grau de pobreza quando citado, salvo quando expresso de outra forma, diz respeito ao percentual de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$75,50, equivalentes a 1/2 do salário mínimo vigente em agosto de 2000, ano de referência desse trabalho. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

³ O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) é uma fundação pública federal vinculada ao Núcleo de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros. Os trabalhos do Ipea são disponibilizados para a sociedade por meio de inúmeras e regulares publicações e seminários e, mais recentemente, via programa semanal de rádio e TV em canal aberto e fechado.

1.1.2. A pobreza no mundo

A pobreza é uma preocupação de todos os países do mundo, mas é nas nações menos desenvolvidas, é possível se julgar, onde se têm o problema mais grave. Embora os índices de pobreza no mundo venham melhorando, conforme gráfico abaixo, a situação é preocupante. De acordo com o relatório Metas do Desenvolvimento do Milênio 2007⁴ aproximadamente 19% da população mundial vive abaixo da linha de pobreza, segundo critério da ONU isso representa viver com menos de US\$ 1 por dia. A África Subsaariana aparece como a região que tem a maior proporção de pobres. Em 1990 era cerca de 46,8%, em 1999 passou para 45,9% e 2004 reduziu para 41,1%, significando uma redução próxima de 12% entre 1990 e 2004.

Gráfico 1 – Proporção de pessoas que vivem com menos de US\$ 1 por dia no mundo em 1990, 1999 e 2004.



Fonte: The Millennium Development Goals Reports

⁴ O relatório Metas de Desenvolvimento do Milênio (*The Millennium Development Goals Reports*) é uma publicação da ONU e representa atualmente um instrumento importante para subsidiar debates e investimento das Nações Unidas.

O relatório da ONU mostra que o número de pessoas em países em desenvolvimento vivendo com menos de um dólar ao dia reduziu para 980 milhões em 2004, contra 1,25 bilhão em 1990. A proporção foi diminuída, todavia os benefícios do crescimento econômico foram desiguais entre os países e entre regiões dentro destes países. As maiores desigualdades estão na América Latina, Caribe e África Subsaariana. Se o ritmo de progresso atual continuar, o primeiro objetivo, ou seja, a erradicação da pobreza extrema e da fome, não será cumprido: em 2015 ainda haverá 30 milhões de crianças abaixo do peso no sul da Ásia e na África, segundo o relatório.

Na América Latina e no Caribe, 8,7% da população vivia com menos de US\$ 1 por dia em 2004, conforme gráfico 1; já em 1990, a taxa era de 10,3%, uma redução na pobreza próxima de 15,5%.

O percentual de avanço até 2004 na redução da pobreza em toda região ficou em 34%, embora, desde 1990, mais da metade do tempo previsto para alcançar as metas do desenvolvimento do milênio tem transcorrido. Apenas o Brasil, Equador, México, Paraguai e Uruguai – além do Chile que já havia cumprido – teriam conseguidos avanços no mínimo iguais ao esperado. Por outro lado, a Argentina e a Venezuela registraram níveis de pobreza extrema maior do que em 1990.

A erradicação da pobreza e da fome está entre os oito objetivos que a ONU pretende alcançar até 2015. Os outros objetivos do milênio das Nações Unidas são: i) atingir o ensino básico universal; ii) promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; iii) reduzir a mortalidade infantil; iv) melhorar o atendimento de saúde a gestantes e mães; v) combater a Aids, a malária e outras doenças; vi) garantir sustentabilidade ambiental; vii) desenvolver uma parceria global pelo desenvolvimento.

Segundo publicações do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento⁵, estudos da CEPAL indicam que a taxa de crescimento do produto por habitante necessária para que cada um dos países da região cumpra a meta em 2015 é, em média para a região, de 2,9% ao ano. Conforme a mesma publicação, esta média esconde, porém, importantes diferenças. Por exemplo, os países que registram atualmente os maiores níveis de pobreza extrema, superiores a 30% – Bolívia, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Paraguai –, deveriam incrementar sua renda por habitante a uma taxa média anual de 4,0% durante os próximos 11 anos. Isso permitiria a esse grupo de países cumprir a meta de reduzir a pobreza extrema à metade, na hipótese de a distribuição da renda se manter inalterada. No grupo de países com menor pobreza extrema – Chile, Costa Rica e Uruguai –, o produto por pessoa precisaria crescer tão-somente 0,4% ao ano, em média, nos próximos 11 anos. O grupo dos países com incidência média de pobreza extrema, entre os quais se encontram a Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, El Salvador, México, Panamá, Peru e Venezuela, requer uma taxa anual de crescimento por habitante da ordem de 3,1% ao ano, em média.

1.1.3. A pobreza no Brasil e as formas de combate

Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil, o Brasil vem cumprindo o objetivo de reduzir à metade o número de pessoas vivendo em extrema pobreza até 2015: de 8,8% da população em 1990 para 4,2% em 2005. Mesmo assim, 7,5 milhões de brasileiros ainda têm renda domiciliar inferior a um dólar por dia. Em 2005 o governo se comprometeu a reduzir o número de brasileiros

⁵ Folha Informativa. Disponível em http://www.pnud.org.br/arquivos/ODM_CEPAL_1.doc. Documento que aborda o objetivo um do ODM das nações unidas, com uma visão a partir da América Latina e Caribe.

em pobreza extrema a 25% do total existente em 1990 e a acabar com a fome no Brasil até 2015.

De acordo com dados do IPEA em 1991 aproximadamente 40% da população brasileira estavam abaixo da linha de pobreza, com destaque para o região nordestina com cerca de 67% da sua população abaixo da linha de pobreza, seguida pela região norte com cerca de 52% de pessoas pobres. Embora o nordeste contribuisse muito mais para o aumento nos índices nacionais de pobreza por sua população ser bem maior, o equivalente ao quádruplo da população do norte em 1991. Entre os dez estados com maior percentual de pobreza no período considerado nove são do Nordeste, a exceção era Tocantins, o que caracteriza uma acentuada desigualdade regional.

Tabela 2 – Os dez estados do Brasil com maior percentual de pessoas pobres em 1991

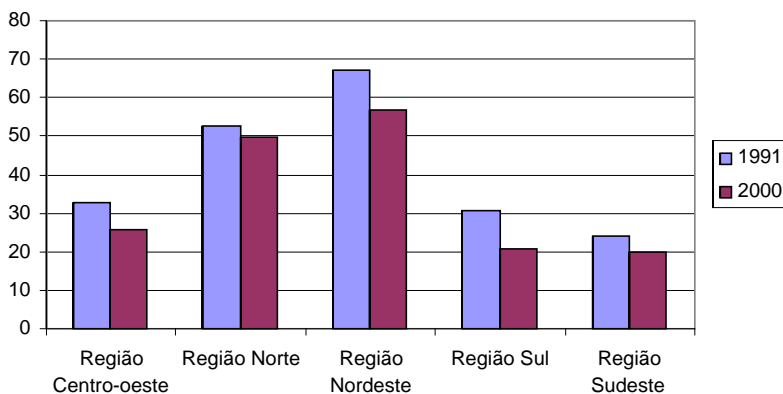
ESTADOS	POBREZA
Maranhão	75.07
Piauí	74.46
Paraíba	69.04
Ceará	68.23
Alagoas	67.18
Bahia	67.04
Rio Grande do Norte	61.71
Sergipe	61.06
Tocantins	60.98
Pernambuco	60.04

Fonte: IPEA, Elaboração própria

Quase uma década depois, no ano 2000, as regiões Nordeste e Norte continuaram com os maiores percentuais de pobres. Embora não tenha havido uma mudança na classificação das regiões quanto ao nível de pobreza, todas as regiões brasileiras apresentaram redução na proporção de pobres. A redução mais significativa foi a da região Sul, que entre 1991 e 2000 apresentou uma redução no

percentual de pessoas pobres em aproximadamente 33%. As menores reduções ocorreram justamente nas regiões mais pobres, ou seja, Norte e Nordeste, com diminuição próxima de 6% e 15% respectivamente.

Gráfico – 2 Percentual de pessoas pobres por região em 1991 e 2000



Fonte: Ipea, Elaboração própria.

O documento “*The Millennium Development Goals Reports 2007*” das Nações Unidas citado anteriormente coloca os fatores climáticos como um dos grandes entraves para erradicação da pobreza e para redução das desigualdades regionais de renda no mundo. É nesse contexto que o Nordeste Brasileiro parece estar enquadrado. A região tem um histórico, no âmbito climático, desfavorável ao desenvolvimento regional. A ocorrência periódica de secas é um problema que os nordestinos, mais especificamente do semi-árido, têm enfrentado há décadas e fomentando a idéia de não haver solução fácil e/ou imediata.

Diversas alternativas são apontadas na literatura como forma de combate a pobreza, sendo que o crescimento econômico aparece em praticamente todas as citações de combate a pobreza. O aumento do nível de atividade produtiva, geralmente medido pelo PIB, tem efeito direto sobre a redução da pobreza absoluta, evidenciado pelos aumentos e reduções do número de pobres ao longo dos anos

80, acompanhando diretamente os movimentos dos ciclos econômicos de curto prazo (Rocha, Apud Rocha 1995). Entretanto é importante mencionar que os efeitos do crescimento econômico sobre a redução da pobreza provavelmente não sortirão os efeitos desejados se, ao crescer o produto interno do país, não houver uma distribuição do excedente gerado.

A distribuição de renda é sem dúvida outro fator de relevância a ser considerado no combate a pobreza, uma distribuição de renda mais eqüitativa tende a potencializar o efeito do crescimento econômico. Estimativas revelam que uma redução de apenas 5% no valor do coeficiente de Gini permitiria se reduzir para 2,1% ao ano o produto regional por habitante necessário para atingir a meta referida anteriormente, em lugar dos 2,9%.

A transferência de renda também tem sido muito utilizada no Brasil como forma de reduzir os índices de pobreza, tais programas vem sendo enfatizado no governo Lula, a exemplo do Programa Fome Zero⁶, caracterizado como o principal programa do governo para combater a fome. O Fome Zero tem como carro chefe a ação batizada de Bolsa Família, que é um programa de transferência de renda destinado as famílias em situação de pobreza, com renda familiar per capita de até R\$ 120,00 mensais.

Rocha (1995) afirma que os programas de complementação de renda para combater a pobreza têm três motivações básicas. Em primeiro lugar, a

⁶ O FOME ZERO é uma estratégia impulsionada pelo governo federal para assegurar o direito humano à alimentação adequada às pessoas com dificuldades de acesso aos alimentos. Tal estratégia se insere na promoção da segurança alimentar e nutricional buscando a inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome. O programa atua a partir de quatro eixos articuladores: acesso aos alimentos, fortalecimento da agricultura familiar, geração de renda e articulação, mobilização e controle social

complementação de renda dos pobres demanda um investimento modesto. Segundo, a pouca eficácia dos programas baseados na distribuição gratuita de alimentos. Tais programas custam muito mais do que o valor dos bens transferidos e/ou são mal focalizados. Por fim, a última razão está ligada ao fato de acreditar que o bem-estar do beneficiário é maximizado quando ele próprio decide como usar a renda adicional.

A geração de emprego é outra maneira de buscar a redução da proporção de pobres. Nesse sentido vários programas de geração de emprego são tentados ao longo de décadas; ação motivada no Brasil, principalmente pela onda de desemprego que este vem enfrentando.

É diante desse quadro que a busca de alternativas para o problema do desemprego, levaram os governantes e estudiosos do tema a apresentar como solução “a abertura do próprio negócio”, que na literatura econômica vem ganhando cada vez mais espaço e geralmente aparece sobre a denominação de “empreendedorismo”. Todavia surge outro questionamento, como abrir o próprio negócio ou incrementar o pequeno negócio já existente se não tenho capital para isso. É nesse contexto que o microcrédito ganha corpo nas políticas públicas em resposta a esse questionamento. Boa parte desses programas de microcréditos tem como objetivo principal o combate a pobreza, como é o caso do CredAmigo, que será tratado posteriormente.

1.2. Considerações sobre o sistema financeiro e o mercado de crédito.

1.2.1. A importância do sistema financeiro na economia.

Antes de discutir o mercado de crédito é imprescindível entender a importância do sistema financeiro na economia, sobretudo a relação entre crescimento financeiro e desenvolvimento econômico. Já na primeira metade do

século XX, John Maynard Keynes, considerado pioneiro da macroeconomia, já tinha formulado concepções teóricas que serviria de subsídio para tal discurso. Da mesma forma, Alois Joseph Schumpeter, considerado precursor da teoria do desenvolvimento capitalista, ressaltava a importância da ampliação do poder de compra para o desenvolvimento através da obtenção de crédito.

Atualmente, as idéias de Keynes apresentadas em suas obras; “Tratado sobre a Moeda”, escrito em 1930 e “A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda” escrito em 1936; exerce significativa importância nas análises feitas sobre a influência do sistema financeiro no desenvolvimento econômico.

Com a abordagem da preferência pela liquidez, mostrando uma concepção inovadora a respeito da taxa de juros, a qual não era mais vista como um simples ponto de equilíbrio entre a oferta e a demanda de recursos, e ao ancorar sua análise na ausência de coordenação entre poupadores e investidores, Keynes contribui na formação teórica da discussão relativa ao papel da intermediação financeira no desenvolvimento econômico. Do mesmo modo, quando demonstra que a posição de equilíbrio do sistema capitalista pode não ser a do pleno emprego, Keynes defende a intervenção do estado na economia, objetivando a elevação do nível de produção por meio do incentivo ao investimento privado (Calvacante, 2006).

Schumpeter (1983) ao discutir o desenvolvimento, mesmo no início do século XX, já denotava que o essencial para o desenvolvimento econômico seria a ampliação do poder de compra, de modo que este representa a forma pelo qual o desenvolvimento é impulsionado no sistema de propriedade privada e divisão de trabalho. Contudo, a alternativa para aumentar o poder de compra empresarial seria o crédito “anormal”, ou seja, aquele em que não há uma garantia real, por ser

lastreado em bens que ainda não foram produzidos. Tal denominação faz contraponto ao crédito normal, que tem como garantia a entrega previa de bens.

Atualmente o Sistema Financeiro vem passando por transformações. Novos produtos, formas de financiamento e mercado são criados ou desenvolvidos. Paralelamente, há um aumento no número de participantes e transações nos mercados existentes. Estes fatos têm dificultado a compreensão do sistema financeiro dentro do sistema econômico.

Nas últimas décadas vários trabalhos têm examinado a relação de causalidade entre o crescimento econômico e desenvolvimento financeiro, isto está ligado aos indícios da existência dessa relação, pois diversos são os argumentos que justificariam o comportamento interrelacionado entre os dois parâmetros aqui discutidos. Levine (1997) enumera várias funções do sistema financeiro que a vincula ao crescimento econômico de uma nação, entre as quais podemos citar:

- Aproximação funcional: o custo de adquirir informações e fazer transação criar incentivos para emergência do mercado financeiro e instituições.
- Facilita Lidar com riscos: Mercados Financeiros e instituições desenvolvidas aparecem para facilitar a comercialização, proteção e diversificação de riscos; fato que possibilita uma melhor eficiência do capital.
- Melhora a informação sobre investimentos e alocação de recursos: Intermediários Financeiros reduzem custos de obtenção de informações sobre investimentos, facilitando uma melhor alocação dos recursos.
- Monitorando diretores e exercendo controle sobre as corporações: A financeirização das atividades econômicas faz com que às instituições adquirentes das atividades produtivas exerçam um monitoramento dos diretores

das firmas e controle sobre as corporações; o arranjo de melhores controles tende a promover uma maior acumulação de capital e crescimento por melhorar a alocação do capital das corporações.

- Mobilização de poupança: Intermediários financeiros absorvem uma fração dos recursos da poupança doméstica, que será transformada em investimento.
- Facilidade de negociação de mercadorias e serviços.

Embora haja uma predominância no sentido de que o desenvolvimento financeiro tem relação com o crescimento econômico, existem controvérsias na relação de causalidade entre eles. Não está claro se o desenvolvimento econômico provoca o crescimento financeiro, ou se é crescimento financeiro que ocasiona o desenvolvimento econômico, ou ainda se a relação é de bicausalidade; embora, comparativamente, haja uma predominância da segunda. Conforme afirma Graff (Apud Marques e Porto, 2004) os trabalhos que discutem a relação do desenvolvimento financeiro com o crescimento econômico podem seguir de quatro formas. Primeira: o desenvolvimento financeiro e o crescimento econômico não se relacionam, a correlação encontrada entre eles é espúria. Segunda: o desenvolvimento financeiro é decorrência do crescimento econômico, nesse sentido, o desenvolvimento financeiro é impulsionado pela demanda. Terceira: o desenvolvimento financeiro é determinante no crescimento econômico, de modo que é indutor de investimentos mais eficientes. Por fim, a atividade financeira pode ser um impedimento ao crescimento econômico, em condições circunstanciais, já que o sistema financeiro sofre crises frequentemente.

De acordo com uma pesquisa de King e Levine (1993) para avaliar a relação entre crescimento financeiro e o desenvolvimento econômico, envolvendo 80 países, existe uma significativa relação entre finanças e desenvolvimento econômico, a

pesquisa indicou forte correlação parcial entre a taxa média de crescimento do Produto Interno Bruto per capita e o grau médio de desenvolvimento do setor financeiro entre 1960 e 1989. Mesmo quando relacionados com outras variáveis com possível influência no crescimento, como por exemplo, o crescimento nos investimentos, os resultados apresentaram significativa e positivamente correlacionados.

Outro estudo elaborado por Kar e Pentecost (2000), dessa vez para o caso específico da Turquia, enfatiza a importância de cinco *proxies* para isso tentou mensurar através de series temporais a relação entre desenvolvimento financeiro e crescimento econômico:

One of the most important issues in assessing the relationship between financial development and economic growth is how to obtain a satisfactory empirical measure of financial development. The five most commonly used proxies for financial development are: the ratio of money to income, the ratio of banking deposit liabilities to income, the ratio of private sector credit to income, the share of private sector credit in domestic credit and the ratio of domestic credit to income. These proxies are considered in turn (Kar e Pentecost, 2000, pag. 7).

Os autores ao testar a relação entre M2 e o Produto, depósitos bancário e o Produto, crédito doméstico e o Produto, crédito do setor privado e o Produto, bem como crédito do privado sobre crédito doméstico; chegaram à conclusão que a relação de causalidade está vinculada ao tipo de *proxy* utilizada na mensuração do desenvolvimento financeiro. Assim, Para a relação M2 sobre o Produto, a direção da causalidade flui do desenvolvimento financeiro para crescimento econômico, quando são utilizadas as razões: depósitos, crédito doméstico e crédito ao setor privado sobre o Produto; a relação de causalidade encontrada é no sentido inverso do crescimento econômico para o desenvolvimento financeiro, isso no caso da Turquia.

Em um estudo análogo para o caso brasileiro, Matos (2002) através da utilização de dados dos períodos 1947-2000, 1963 e 1970-2000, tiveram resultados a indicar existência de impactos diretos e unidirecionais no sentido desenvolvimento

financeiros sobre o crescimento econômico, quando foram usadas as razões crédito ao setor privado/PIB, crédito do sistema financeiro ao setor privado/PIB e recursos do público confiados ao sistema financeiro/M2, como indicadores do sistema financeiro.

Marques e Porto (2004) fizeram uma avaliação como os mesmos objetivos dos trabalhos anteriores, também para o caso brasileiro no período de 1950 a 2000. Nesse trabalho os autores concluíram que a relação de causalidade é inequívoca partindo da análise de que o desenvolvimento financeiro causa o crescimento econômico quando os indicadores são de desenvolvimento do sistema bancário. Quando a relação de causalidade é aplicada aos indicadores de desenvolvimento do mercado de capitais, a conclusão é contraditória. Porém, há maior robustez para a causalidade no sentido de desenvolvimento financeiro para crescimento econômico, nesse último caso. Portanto, segundo essa pesquisa, não é conclusiva a relação de causalidade entre mercado de capitais e crescimento do PIB, pelo menos para o caso do Brasil.

Em suma, como visto, diversos são os posicionamentos na literatura a respeito da relação crescimento financeiro e desenvolvimento econômico. Tal discussão tem sentido dado a importância do tema na atualidade, o sistema financeiro tem ganhado maiores proporções dentro do conjunto econômico de relações e é natural que estudos apareçam para avaliar os impactos econômicos dessas mudanças. Da mesma forma, o fato do sistema financeiro internacional ser instável, leva às avaliações recorrentes para que se mensure até que ponto isso pode afetar o tão importante crescimento econômico das nações, o qual tem efeito nas mais variadas esferas da econômica.

Por fim, como bem observa Matos (2002), “a globalização, na forma de intensificação de fluxos financeiros internacionais, tem gerado polêmica a respeito do impacto efetivo sobre financiamento de setores produtivos, sobretudo em países em desenvolvimentos”. Diante desse cenário, e da falta de consenso com relação aos verdadeiros efeitos do sistema financeiro no crescimento econômico justifica-se tais estudos.

1.2.2. O funcionamento do mercado de crédito

O estudo do funcionamento de mercados nas ciências econômicas exerce um papel de grande importância, todavia a definição de mercado constitui-se uma tarefa árdua, diversos conceitos podem ser formulados sobre tal tema. Se nos reportássemos a outros períodos da história perceberemos que a definição de mercado como um lugar físico onde agentes de mercado (compradores e vendedores) confrontavam-se através de compras e vendas de produtos caberia bem. Entretanto, na atualidade, com o desenvolvimento tecnológico, sobretudo na área de comunicação, os agentes de mercado não necessitam encontrar-se para efetuar transações comerciais, pois é possível que o comprador de um determinado produto jamais tenha visto o vendedor do produto que adquiriu; ou seja, o conceito de mercado vai além das fronteiras geográficas e possibilita uma definição mais abstrata, nesse caso, o termo “lugar físico” na definição supra citada perde o sentido.

Nesse tópico estamos interessados em abordar de forma sucinta apenas um tipo de mercado o qual servirá de base teórica para esse trabalho, assim adotaremos a definição em que o mercado é entendido como interações reais ou possíveis entre grupos de compradores e vendedores que engloba todas as possibilidades de transações comerciais (compra, venda, troca etc.).

O mercado pode ser classificado de várias formas. Com relação as característica dos produtos, são inúmeros os tipos de mercado, p.ex.: mercado de crédito, mercado imobiliário, mercado de calçados, mercado de fatores etc. Aqui, só estamos interessados em conhecer e caracterizar o mercado de crédito. Nesse mercado são realizados os financiamentos de curto e médio prazo e estão inseridas as instituições de microcrédito, de grande relevância para essa pesquisa. No Brasil, estão inseridos nessa categoria, ainda, os bancos comerciais, as companhias financeiras e os bancos múltiplos, cuja carteira engloba as atividades de bancos de negócios de carteira comercial, investimento, crédito, financiamento, investimento e crédito imobiliário.

O mercado de crédito é formado basicamente, por um lado, pelas instituições financeiras, detentora de recursos creditício obtido junto aos agentes superavitários, e por outro, pelos agentes demandante de crédito dispostos a obter recursos financeiros para os mais variados fins.

A discussão em torno do funcionamento do mercado de crédito passa necessariamente pelo debate em volta da disponibilidade diferenciada de informações entre os dois principais protagonistas nesse tipo de negocio, o ofertante do crédito e o tomador de empréstimo. A essa situação em que um dos agentes envolvido na transação tem mais informação do produto contratado do que o outro é denominada assimetria de informação; uma característica bem exposta no mercado de crédito.

Desse modo, ao contratar um empréstimo, o tomador possui muito mais informações em relação ao conhecimento do agente responsável pela concessão do mesmo. No caso de um empréstimo pessoal o cliente sabe perfeitamente quais suas intenções – se deseja pagar ou não; sabe bem que finalidade vai dar àquele recurso

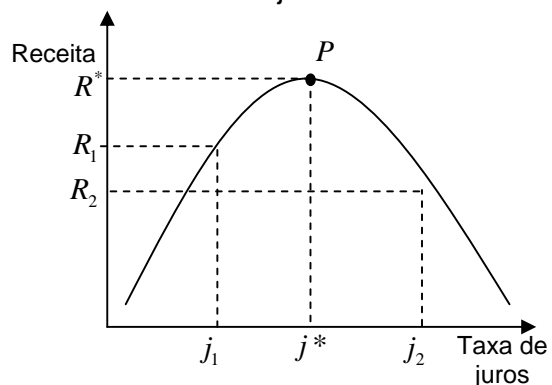
e/ou ainda sua verdadeira condição financeira para arcar com o compromisso assumido para os próximos meses. Mesmo em empréstimos com fins específicos, como é o caso de financiamentos para abertura de empresa ou sua ampliação, existe a possibilidade da não utilização daquele recurso para o objetivo predefinido, do mesmo modo é difícil mensurar a real capacidade de gerir o negócio pelo tomador.

Em síntese, uma distribuição não homogênea de informação entre tomador e ofertante de crédito em torno de um projeto potencializa os riscos de uma transação financeira, uma vez que o protagonista com mais informação pode sentir-se estimulado a fazer uso de tal vantagem no sentido tentar conseguir o crédito mesmo sabendo - ele só, que o risco do projeto é muito maior que o estimado pelo prestador. A existência dessa possibilidade é conhecida na literatura como *risco moral*, ou seja, a possibilidade de uma das partes fazer uso de informações ao qual o outro menos informado não tem, mas que pode afetar a probabilidade ou a magnitude do pagamento.

Uma maneira de tentar minimizar as perdas decorrentes do *risco moral* é incorporar ao preço do produto - os juros, no caso do crédito. Entretanto essa alternativa tem limite, a partir de determinado ponto os custos mais elevados de crédito podem incentivar a inadimplência, raciocínio análogo ao descrito na *curva de lafer*⁷ com relação às arrecadações governamentais através de tributos.

⁷ Curva desenvolvida pelo economista monetarista Arthur Lafer, segundo a qual existe uma relação particular entre a arrecadação tributária e a taxa de impostos cobrados. Assim até determinado ponto um aumento nas taxas de tributos representaria aumento na arrecadação a partir daí qualquer aumento iria significar uma baixa na arrecadação.

Gráfico 3 – Taxa de juros versus receita do prestador.



No gráfico acima, j^* representa a taxa de juros que conduz a receita máxima R^* . Observemos que um aumento na taxa de juros aumentaria a receita até certo ponto (P), a partir do qual qualquer um aumento na taxa de juros implicaria redução na receita esperada pela instituição responsável por emprestar. Em nosso gráfico a taxa de juros j_1 gera uma receita R_1 , que é maior que receita R_2 ocasionada pela taxa de juros J_2 , embora esta seja mais alta.

A redução da receita a partir de dado patamar justifica-se pelo fato de que um aumento na taxa de juros representaria maior custo para um projeto, o qual poderia ter diminuída suas chances de sucesso, já que os rendimentos esperados seriam reduzidos. Da mesma forma, os projetos considerados mais seguros geralmente com rentabilidade menores seriam inviabilizados.

Diante desse contexto, então, com uma taxa de juros relativamente alta haveria uma tendência da demanda por crédito ser formada basicamente por projetos mais arriscados, e, portanto com maior probabilidade de tornarem-se inadimplentes. A tal fato a literatura trata como *seleção adversa*. Ou seja, situação em que na tentativa de compensar a assimetria de informação, por não conhecer o tomador de empréstimo, o credor determina o juro médio, entre o qual cobraria para um mal pagador e para um bom pagador, o que acaba atraindo pagadores

duvidosos, e como afirma Pindyck (2002), e que mais uma vez acabaria por elevar mais ainda a taxa de juros, que atrai tomadores duvidosos e assim por diante.

Conforme afirma Candido (1997) às crises na área financeira são oriundas de agravamentos dos problemas de informações assimétricas, de modo que o risco moral e a seleção adversa tornam inviáveis as atividades normais dos agentes financeiros. Dessa forma, as crises são impulsionadas pela elevação da taxa de juros, declínio no mercado acionário e crescimento da incerteza.

Nesse contexto, o resultado é uma queda no patrimônio líquido das empresas e os projetos de investimentos são adiados em virtude do aumento da incerteza e pela oferta insuficiente de crédito. Concomitantemente, os bancos com volume significativo de crédito concentrado em setores deficitários, buscando recuperar o equilíbrio financeiro, começam a arriscar-se mais e com isso retornam ao dilema do risco mora e seleção adversa (Candido, 1997). Assim, o resultado desse quadro é um declínio na liquidez bancária ocasionando redução em sua credibilidade; o que acaba por aumentar as retiradas dos depósitos e amplia ainda mais a crise no setor.

1.2.3. O crédito na economia brasileira

Os debates em torno do mercado de crédito são frequentes dado sua importância, o crédito exerce um papel importante para a economia de um país porque parte do crescimento da nação se deve a ele, já que o maior volume de crédito produtivo disponível no mercado pode se traduzir em maior produção e conseqüentemente em emprego e renda. Nesse contexto, as instituições financeiras aparecem como parte importante no processo. Captando recurso de poupadores e disponibilizando para os investidores. Assim, as instituições financeiras aparecem como gerentes de intermediação financeira, possibilitando a chegada de recursos

financeiro às mãos de quem deseja investir (sobretudo, investimento produtivo). Desse modo, uma economia na qual, o sistema de intermediação é ineficiente pode prejudicar o crescimento do país. Sabendo disso, os formuladores das políticas macroeconômicas estão, muitas vezes, interferindo nesse sistema, seja regulamentando-os ou por meio de ações que visem possibilitar a inclusão de setores com dificuldades de acesso ao sistema financeiro.

No Brasil, as operações de crédito têm crescido nos últimos anos, uma justificativa significativa para esse fato é o contexto macroeconômico favorável. Desde os anos 90, mais precisamente após o Plano Real em 1994, os níveis inflacionários estão reduzindo; da mesma forma as taxas de juros na economia caíram significativamente no mesmo período; outro fator bastante relevante foi a ampliação nos prazos de pagamento dos créditos, implicando grande estímulo para os tomadores de empréstimos.

Tabela 3 – Evolução do crédito total entre 2003 e 2006

Discriminação	2003	2004	2005	2006	Variação	
					t-1	t-3
Total	418,3	498,7	607	732,6	20,7	75,1
Recursos livres	255,6	317,9	403,7	498,3	23,4	95,0
Recursos direcionados	162,6	180,8	203,3	234,3	15,2	44,1
Participação %:						
Total/PIB	24,0	24,5	28,1	30,8		
Recursos livres/PIB	14,7	15,6	18,7	21,0		
Recursos direcionados	9,3	8,9	9,4	9,9		

Fonte: Banco Central

O crédito total brasileiro aumentou 75,1% entre 2003 e 2006, saindo de R\$ 418,3 bilhões para R\$ 732,6 bilhões. De acordo com O Relatório de Economia Bancária e Crédito (2006) do Banco Central, os empréstimos efetuados pelos bancos privados nacionais corresponderam a 41,2% do total do sistema financeiro,

vindo logo em seguida as instituições públicas e estrangeiras, com 36,7% e 22,1% respectivamente. Observando a tabela acima se percebe que a participação do crédito total no PIB também cresceu, motivada principalmente pela modalidade crédito livre.

Apesar do crescimento no mercado de crédito doméstico ter de fato ocorrido, uma ressalva importante deve ser considerada. A participação das micros e pequenas empresas no total de crédito concedidos pouco aumentou ao longo dos anos, apesar das políticas de incentivos ao pequeno e micro empresário, tendo em vista a importâncias destas para a geração de emprego, já que este segmento tem se mostrado como uma alternativa nesse sentido, diante do desemprego alto no país.

Conforme publicação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, o desembolso do sistema BNDES em 1997 para micros e pequenas empresas foi de R\$ 2.357,66 milhões, representando 5,47% do desembolso do banco; quase uma década depois, em 2006, passou para R\$ 4.021,2 bilhões, representando 7,84% do total desembolsado, isto é, uma ampliação na participação de apenas 2,36%. Com relação ao crédito produtivo, aquele destinado a quem deseja abrir um negócio, concedido a pessoas físicas, a situação é pior ainda, entre 1997 e 2006 houve uma queda na participação relativa ao total concedido, caiu de 6,02% para 5,86%, embora tenha apresentado um aumento em termos absoluto, subindo de aproximadamente R\$ 5.593,30 milhões para R\$ 3.009,60 milhões.

Tabela 4 – Desembolso Anual do Sistema BNDES (R\$ milhões de 2006)

Discriminação	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Micro e Pequena	2.357,66	1.248,92	1.649,84	2.533,07	3.095,35	3.250,75	4.088,50	3.424,70	4.166,43	4.021,20
Média	359,37	2.157,39	2.023,59	2.456,23	2.520,15	3.153,64	3.106,86	3.170,01	3.910,87	4.086,50
Subtotal	2.717,02	3.406,30	3.673,43	4.989,30	5.615,50	6.404,39	7.195,35	6.594,71	8.077,30	8.107,70
Pessoa Física	2.593,30	1.999,77	1.799,74	2.883,50	3.715,87	4.700,76	4.722,35	6.725,81	4.027,75	3.009,60
MPME	5.310,32	5.406,08	5.474,16	7.872,81	9.331,37	11.105,28	11.917,82	13.320,42	12.105,05	11.117,40
Grande	37.760,78	39.336,48	30.413,42	33.310,04	31.342,85	38.737,49	27.953,63	28.863,57	36.660,50	40.200,60
Total	43.071,10	44.742,56	35.887,57	41.182,84	40.674,21	49.842,77	39.871,45	42.183,99	48.765,55	51.318,00

Fonte: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
 Observação: Valores corrigidos pelo IGP-M

Se considerarmos o conjunto formado pelas MPME – Micro Pequenas e Médias Empresas – a participação destas no total se mostra mais representativa, ou seja, quase que dobrou no período considerado, variando de 12,33% para 21,66%. Isso se deve a inclusão das empresas de porte médio, apesar de grande parte dos programas governamentais de incentivo ao crédito ser direcionado exclusivamente às pequenas e micros empresas, sobretudo os programas com objetivo de combater a pobreza. Alguns autores atribuem tal quadro às dificuldades dos empresários de pequeno porte em obter crédito no sistema financeiro tradicional, questão que trataremos posteriormente.

Em síntese, como visto nessa primeira fase da pesquisa, existe algumas dificuldades metodológicas na construção da linha de pobreza no Brasil, entretanto apesar dessas limitações é inegável que o número de pobres existente no país é considerável, independente de sua mensuração ser determinada por critérios relativos ou absolutos.

Por outro lado, foi visto que o sistema financeiro tem um papel importante na economia e é possível que aquele influencie positivamente este. É com base nessa fundamentação que surge às formulações que tentam estabelecer uma relação entre a concessão de crédito e o desenvolvimento econômico com repercussão nos indicadores de pobreza. É nessa linha de raciocínio que o próximo capítulo seguirá para entender o debate em torno da redução da pobreza através da facilitação do acesso dos mais pobres ao sistema financeiro.

2. CARACTERIZAÇÃO DO SISTEMA DE MICROCRÉDITO E SUAS ESTRATÉGIAS DE COMBATE A POBREZA

2.1. Caracterização e trajetória do microcrédito

2.1.1. Características e definição

O microcrédito pode ser entendido como um crédito de pequeno valor, na maioria das vezes abaixo de R\$ 5.000,00, concedido quase sempre sem exigência de garantias reais e focalizado na camada da população que tem dificuldade de conseguir aprovação no sistema bancário tradicional.

Conforme Lhacer (2003) o microcrédito diferencia-se do crédito tradicional pelas seguintes características: público-alvo, finalidade e montante. Ou seja, esse tipo de crédito destina-se de modo especial às pessoas que esteja abaixo da linha de pobreza ou pouco acima dela e que não tenha acesso à linha de crédito tradicional; seu uso pode ser destinado à ampliação do capital de giro ou capital fixo do microempreendedor, mas nunca como crédito para consumo; e o volume em questão é sempre pequeno.

Botelho e Ribeiro (2006) definem o público alvo do microcrédito como as pequenas unidades produtivas caracterizadas pela: i) baixa produtividade, ii) informalidade, iii) escassez de capital, iv) incapacidade de oferecer garantias, e v) inacessibilidade ao setor bancário.

De acordo com os autores, tais características estão inter-relacionadas, exercendo ação mútua de causalidade entre elas. Desse modo, a baixa produtividade causaria a escassez de capital e vice versa; a baixa produtividade causaria a informalidade; a escassez de capital tornaria o empresário impossibilitado de oferecer garantias ao setor bancário tradicional. Com dificuldade de oferecer garantias e na informalidade os empresários nessa categoria tenderia a ficar cada vez mais excluídos do sistema bancário tradicional.

Tendo em vista a importância de ter o público alvo atingido, nesse tipo de mercado são comuns também métodos peculiares para atingi-los, já que os demandantes dessa modalidade de crédito possuem limitações que os impossibilitaria de obtê-las caso fosse imputadas as mesmas exigências dos créditos tradicionais. Poderíamos citar como exemplos desses métodos: i) a busca constante da minimização da burocracia; ii) ausência de garantias reais e iii) a pratica do marketing direto, caracterizado pela visita dos representantes das instituições fornecedoras de créditos à residência ou estabelecimento comercial do cliente.

Outra característica do microcrédito amplamente discutido na literatura diz respeito aos juros. Nesse sentido existe a preocupação das IMFs de praticar juros subsidiados por haver a crença de ser esse um dos principais entraves para os empreendimentos pequenos terem acesso ao sistema bancário.

Entretanto, a esse ponto de vista não há um consenso, Santos (2002) p.ex., discorda e enfatiza que os juros são apenas um componente na formação do preço do crédito e tal posicionamento desconsidera a grande importância dos custos transacionais nestas operações⁸. Desse modo, a redução dos juros porém, com altos custos de transacionais ocasionaria um custo implícito ao qual o pequeno empresário não estão dispostos a incorrer.

Por outro lado, o autor apresenta evidência de que sem acesso ao crédito no sistema bancário o empresário de baixa renda recorre a outros meios de financiamento cujos juros são ainda maiores que o praticado no sistema financeiro tradicional, mas que porém, os custos transacionais tendem a serem menores. Entre

⁸ Tais custos são bem diversificado e de difícil mensuração: providenciar documentação, deslocamento e horas de trabalhos perdidos no processo, etc.

as quais estão: pagamento de fornecedores a prazo, cheque especial, cheque pré-datado, cartão de crédito, entre outros.

Em suma, é consenso que o microcrédito representa empréstimos de volume médio pequeno, com público alvo formado por pessoas com dificuldade de acesso ao sistema bancário tradicional e que são pequenos empresários ou que pretendem abrir um negócio cujo volume de investimento demandado é bem pequeno, na maioria das vezes abaixo de R\$ 5.000,00.

Na realidade o microcrédito é mais um elemento, talvez o mais importante, dentro de um conjunto denominado microfinanças, cujos demais elementos são: poupança, seguros, serviços de contas correntes entre outros. Serviços esses que podem ser fornecidos não só por bancos públicos, mas também por bancos privados, cooperativas, financeiras, ONGs e OSCIPS. Nas seções seguintes será discutida a trajetória do microcrédito no Brasil e no mundo.

2.1.2. Trajetória do microcrédito no mundo

A primeira notícia conhecida sobre o microcrédito ocorreu no sul da Alemanha em 1846. Denominada Associação do Pão, ela foi criada pelo pastor Raiffeisen que, após um rigoroso inverno, deixou os fazendeiros locais endividados e na dependência de agiotas. O pastor cedeu-lhes farinha de trigo para que, com a fabricação e comercialização do pão, pudessem obter capital de giro. Aos poucos a idéia foi amadurecendo, a associação cresceu e transformou-se numa cooperativa de crédito para a população pobre. Também na Itália pode-se perceber experiência antiga de microcrédito; conforme Caldas (2003), Robert D. Putnam, trata das experiências de crédito no norte italiano que remontam à Idade Média. Segundo o mesmo autor no século passado, várias experiências criadas geralmente em torno

de Igrejas e Paróquias financiaram produtores em tempos de crise (Alemanha, 1846 e Canadá, 1900).

No entanto foi em meados dos anos 70, com uma inovadora experiência do professor Muhammad Yunus, quando o conceito de microcrédito usado hoje teve origem, O professor foi o idealizador e realizador de uma experiência pioneira de *microcrédito* que ficou conhecida no mundo todo, e que lhe rendeu o Prêmio Nobel da Paz, dividindo com o Grameen Bank, em 2006. Yunus começou a conceder, em 1976, em Bangladesh, empréstimos de pequena monta, inicialmente com seus recursos próprios, para *famílias pobres* de produtores rurais, com foco nas mulheres e utilizando um sistema revolucionário de *garantias morais mútuas*, formando grupos de cinco pessoas que ficam moralmente responsáveis umas pelas outras.

Tudo começou quando o professor de economia notou que a população aos redores da universidade onde ensinava tinha como única fonte de sobrevivência seus pequenos empreendimentos informais. Apesar de serem muito pobres mantinham seus negócios fazendo uso de empréstimos de agiotas com juros muito além do que era praticado no mercado formal, e mesmo assim conseguiam pagar.

Desse modo, Yunus observou que essas pessoas necessitavam de microcrédito para tocarem seus negócios e fazerem com que seus negócios oferecessem mais do que a simples condição de subsistência. A lógica de aquelas pessoas poderem fazer parte de um mercado de microcrédito formal e até sem subsídios era simples, bastava olhar sua capacidade de pagamento, já que os agiotas cobram altíssimas taxas de juros e mesmo assim esses microempresários informais conseguiam pagar em dia seus empréstimos.

Nesse contexto o professor concluiu que aquelas pessoas precisavam de créditos sem muita burocracia e sem a exigência de garantias reais. Desse modo, Yunus começou a emprestar o seu próprio dinheiro para aqueles microempresários. Depois de ter tomados diversos empréstimos para oferecer aquele povo ele decidiu, em 1979, fundar o Grameen Bank.

De acordo com Lhacer (2003) o novo método criado pelo Grameen Bank consiste na adoção do aval solidário e na figura do agente de crédito. O autor afirma que o aval solidário solucionou o problema da falta de garantias reais para os empresários. Em relação ao agente de crédito, ou seja, o indivíduo que faz, o já mencionado, marketing direto, acompanha a criação dos grupos solidários e recolhe pagamentos. Diferente de como ocorre no sistema bancário tradicional o banco vai até os clientes.

O Grameen Bank cresceu bastante desde sua fundação até os dias atuais e segundo Lhacer (2003) esta entre os maiores bancos de Bangladesh em volume aplicações – quase US\$290 milhões registrados em 2001.

Desde a fundação do bem sucedido Grameen Bank, diversos outros bancos no mundo todo foram criados adjetivando atender a uma demanda por microcréditos. Dentre esses podemos citar: Bank Rakyat na Indonésia fundado em 1984, um ex-banco rural e deficitário que o governo local transformou em um eficiente banco de microcrédito; Bancosol na Bolívia fundado em 1986. Banco privado comercial que se especializou no atendimento a microempresas e que, a exemplo do Grameen Bank, tem como principal característica o trabalho de visitação dos agentes aos microempreendedores; Corposol na Colômbia fundado em 1988, uma entidade civil sem fins lucrativos especializada no atendimento de microempresários,

principalmente os moradores de bairro de invasão, os agentes dessa instituição também trabalham visitando clientes e avaliando projetos; Fossis no Chile criado em 1991, esta sendo uma instituição pública ligada a Presidência da república e embora não atue como uma empresa que opera com microcrédito, é repassadora de recursos para instituições que atuem como tal, ONG's, cooperativas e instituições privadas de microcrédito; e por fim Fogapi no Peru que foi criada em 1979 e atua, principalmente, como fornecedora de carta de fiança para os microempresários que não possuem garantia.

2.1.3. Trajetória do microcrédito no Brasil

No Brasil, o microcrédito tem sua origem relacionada ao programa UNO em 1973, por iniciativa e com assessoria técnica da Acción Internacional e que envolvia a participação de entidades empresariais de Pernambuco e da Bahia. A UNO foi criada especificamente para desenvolver um programa de crédito e capacitação para micro-empresários populares, particularmente no setor informal. Tratava-se de uma associação civil, sem fins lucrativos.

Buscado uma melhor eficiência operacional para a “nova” modalidade de crédito, a União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO) buscou novas formas de análise de crédito que fossem coerentes com a realidade do pequeno tomador de empréstimo. Nesse sentido formou profissionais com esse novo perfil e financiou milhares de pequenos empreendedores em diversos municípios de Pernambuco e Bahia. Assim como viria a fazer o Grameen Bank, a UNO direcionou seus esforços para um público sem garantias reais e sem acesso a crédito bancário e outros serviços, como capacitação e assistência técnica. A UNO mostrou-se pioneira nesse tipo de iniciativa. No âmbito da América Latina, a idéia

perdura até hoje e vem cada vez mais tomando espaço na retórica política e acadêmica.

Desde a implantação da UNO vários outros programas e até instituições surgiram objetivando atender ao pequeno empreendedor. Nos anos 80, foi criado a CEAPE (Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos), inicialmente primeiro no Rio Grande do Sul e depois espalhado-se pelo Brasil. Podemos citar também, nessa trajetória do microcrédito, o Banco da Mulher e a Portosol. Todavia um dos maiores destaques desta modalidade de microfinanças parece ser o Banco do Nordeste do Brasil, o quadro abaixo expressa bem tal afirmativa.

Quadro 1 – Estimativa da Atividade total de microfinanças no Brasil

Instituições	Cientes ativos de microempréstimos	Carteira de empréstimos (R\$ milhões)	Número de MFIs
MFIs financiadas pelo BNDES	29.775	25	24
CEAPE-MA	2.111	2,8	1
Banco do Nordeste	36.786	8,9	1
Banco do Povo	2.029	3,7	1
Outras MFIs*	6.000	3,0	20
Total de MFIs no Brasil	76.701	43,4	47

Fonte: BNDES

Dados extraídos de um trabalho que pretendia ser um documento preparatório, a ser distribuído aos apresentadores no Seminário Internacional de Microfinanças do BNDES, entre 2 e 3 de maio de 2000.

*Não se tem certeza sobre o número exato das outras MFIs, mas estima-se que seja em torno de 20. Elas são em sua maioria MFIs menores, criadas pelo governo. Esse gráfico estima uma média de 300 clientes cada e um tamanho de empréstimo de R\$500.

O programa piloto do BNB, nesse sentido, foi o Crediamigo. Operacionalizado a partir de abril de 1998, inicialmente com cinco agências-piloto, o Crediamigo alcançou, até maio de 2002, conforme Valente (SD), expressiva marca de 721 mil empréstimos concedidos, beneficiando pessoas de baixa renda com recursos da ordem de R\$ 540 milhões, com 164 unidades de negócios e 55 postos de atendimento. Marcas estas que lhe faz um dos maiores programa de microcrédito da América Latina.

De modo geral, no Brasil, assim como em outros países da América Latina, as organizações não governamentais (ONG's) foram as primeiras a introduzir metodologias atuais de microfinanças. Desde que o Projeto Uno foi iniciado em Recife, em 1973, dezenas de ONG's de microfinanças foram criadas em todo o país. O processo de abertura de instituições nesse setor continuou em meados da década de 1980. Entretanto, a maioria das ONG's de microfinanças do Brasil iniciou suas operações somente após a implantação do Plano Real e a estabilização macroeconômica a partir de 1994. Já em 2001 a composição das instituições no Brasil encontrava-se como descrito no quadro abaixo.

Quadro 2 - Instituições de microfinanças no Brasil com mais de 2.000 clientes ativos (2001).

Ranking por número de clientes*	Tipo de IMF***	Estrutura legal****	Clientes ativos	Carteira ativa (R\$)	Valor médio do empréstimo (R\$)
Banco do Nordeste (CE)	Instituição financeira	Banco estatal	85.309	49.847.600	584
Banco do Povo de São Paulo (SP)	Agência do governo	Iniciativa do governo	9.521	16.148.660	1.696
Banco do Povo de Goiás (GO)	Agência do governo	Iniciativa do governo	7.535	8.386.455	1.113
CEAPE (MA)	Afiliação de rede internacional	OSCIP	5.467	2.985.111	546
CEAPE (RN)	Afiliação de rede internacional	ONG	5.411	4.030.880	745
CEAPE (PE)	Afiliação de rede internacional	OSCIP	4.527	2.996.848	662
Visão Mundial** (BA/MG/PE/RN)	Afiliação de rede internacional	ONG	2.583	1.591.880	616
CEAPE (SE)	Afiliação de rede internacional	OSCIP	2.543	1.826.593	718
Portosol (RS)	Organização de sociedade civil	OSCIP	2.069	3.860.355	1.866

Fonte: BNDES, Apud Nichter (2002)

Todos os dados referem-se a dezembro de 2001, exceto para CEAPE (PE) e Visão Mundial, que se referem a junho de 2001.

* Utilizou-se o número de clientes atuais como critério de classificação (em vez da carteira ativa) para evitar distorcer os resultados devido a diferenças regionais com respeito ao valor médio de empréstimo.

** As filiais individuais do programa de microcrédito da Visão Mundial estão combinadas porque compartilham uma administração unificada. Os CEAPEs não estão combinados porque são administrados independentemente e são entidades legais separadas (observe que todos os CEAPEs com mais de 2.000 clientes ativos são OSCIPs, enquanto que outros CEAPEs menores são ONGs).

*** Tipos de instituição discutidos na próxima seção.

**** Categorias legais descritas no Box1.

Conforme Nichter, essas nove IMFs com mais de 2.000 clientes ativos atendem a 79% dos clientes ativos de microfinanças no Brasil. O autor observa ainda que seis dessas nove IMFs estão localizadas no Nordeste. Além disso, o valor médio do empréstimo nessas IMFs reflete as diferenças regionais: o valor médio do empréstimo nas seis maiores IMFs no Nordeste é de R\$ 642, muito inferior ao valor médio de empréstimo da Portosol no Sul (R\$ 1.866), do Banco do Povo de São Paulo, no Sudeste (R\$ 1.696), e do Banco do Povo de Goiás, no Centro-Oeste (R\$ 1.113).

Em síntese, é difícil contestar o crescimento do setor de microcrédito, não só no Brasil, mas também no mundo. Diante das inegáveis dificuldades de algumas regiões brasileiras em se desenvolver e em reduzir a pobreza, a ênfase dos governantes nos pequenos e microempresários tem se apresentado como uma alternativa.

É nesse sentido que gestores públicos e estudiosos em suas pesquisas têm apresentado como solução para o desenvolvimento local e conseqüentemente para promoção da equidade sócio-econômica essa modalidade das microfinanças. Desse modo, depois de uma breve introdução e de um apanhado histórico do microcrédito no mundo e de modo especial no Brasil, pretende-se, na seção seguinte, fazer algumas reflexões sobre a importância do microcrédito para o combate da pobreza, o que representa de fato o objeto de estudo desse trabalho.

2.2. Caracterização dos programas de microcréditos no Brasil

2.2.1. Programa UNO

No início dos anos 70 foi criado no Brasil o Programa UNO, União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações. A entidade teve sua origem mais

precisamente em Salvador e Recife sobre a assistência técnica da Acción Internacional — na época, AITEC — e com a participação de entidades empresariais e bancos locais.

A UNO era uma organização não governamental especializada em microcrédito e capacitação para trabalhadores de baixa renda do setor informal, cujas operações eram lastreadas por uma espécie de “aval moral”. Os recursos iniciais vieram de doações internacionais, posteriormente, incrementados por outras linhas de crédito.

O novo programa de auxílio financeiro aos trabalhadores mais pobres tinha também como uma de suas principais características a capacitação gerencial dos seus tomadores de empréstimos, além de fazer um levantamento do perfil do microempresário informal e o impacto do crédito. Esse trabalho resultou no fomento ao associativismo, com a criação de cooperativas, associações de artesãos e grupos de compra. A UNO se tornou uma referência para expansão de programas de microcrédito na América Latina, tornando-se uma grande financiadora de pequenos empreendimentos, criou muitos agentes de créditos especializados em créditos para o setor informal.

Embora tenha sido bem sucedida na área técnica, a UNO deixou de existir quase duas décadas depois de sua criação, talvez, por deixar de considerar a auto-sustentabilidade parte fundamental de suas políticas, de modo a transformar as doações recebidas em patrimônio financeiro e negociando com os parceiros a cobrança de juros reais em todas as linhas de créditos que operava. Entretanto, apesar de seu desaparecimento deixou o grande e bem sucedido exemplo da capacitação dos clientes como forma de minimizar os riscos de créditos, exemplo a

ser seguido posteriormente por outros programas de microcréditos governamentais ou não.

2.2.2. Rede CEAPE

A partir da experiência da Accio Internacional e de organizações não governamentais colombianas, a metodologia dos Grupos Solidários, que utiliza o aval solidário, foi replicada no Brasil. A primeira experiência ocorreu em Porto Alegre, em 1987, com o Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos Ana Terra (CEAPE/RS), instituído sob a forma de organização não governamental, que além da Accio Internacional, teve a participação do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). O grande objetivo era apoiar atividades econômicas informais de mulheres e famílias de baixa renda em áreas periféricas de Porto Alegre. Assim como o Programa UNO, o CEAPE, também, envolveu a parceria de organizações empresariais locais e buscava capacitar os clientes.

A consolidação do CEAPE/RS estimulou a continuidade da parceria entre o UNICEF e a Accion no sentido de estender a experiência para outros estados, prioritariamente para o Nordeste. Partindo da sensibilização de atores locais - principalmente entidades empresariais - este trabalho levou à criação de novas organizações especializadas com perfil semelhante ao CEAPE/RS quanto à estrutura, metodologia e foco de atuação. Após a experiência de Porto Alegre, foram constituídos CEAPes no Maranhão e no Rio Grande do Norte, em 1989. A partir do início dos anos 90, a expansão foi contínua: em 1992 com os CEAPes de Pernambuco, Sergipe e Distrito Federal; em 1994, Paraíba e Goiás; Pará e Bahia em 1995; Piauí e Espírito Santo em 1997 e São Paulo, recriado em 1999. Com exceção de Paraíba, Goiás e Bahia, onde os CEAPes têm seus escritórios-sede nos municípios de Campina Grande, Anápolis e Feira de Santana, a implantação dos

CEAPEs ocorreu a partir das capitais dos estados, expandindo-se posteriormente em municípios do interior.

Em janeiro do ano 2000 estavam constituídos 13 CEAPEs, articulados à FENAPE. Todas estas organizações são entidades civis sem fins lucrativos, especificamente voltadas para o apoio aos pequenos empreendimentos, definindo-se por uma perspectiva de promoção de trabalho, renda e cidadania.

As entidades que compõem o Sistema CEAPE, como passou a ser denominado a partir de novembro de 1999, definem como orientações gerais: i) ação com caráter não assistencial; ii) preocupação com a qualidade técnica, aliada ao comprometimento social e iii) visão estratégica que articula auto-sustentação com perspectiva de atendimento em larga escala. O foco da ação é o "microcrédito orientado", direcionado a empreendimentos de pequeno porte, muitas vezes informais, mantidos por pessoas de baixa renda que não têm acesso ao crédito institucional.

O público dos CEAPEs corresponde a pequenos empreendedores geralmente sem acesso ao crédito institucional. São mulheres e homens integrantes de famílias de baixa renda que têm na atividade por conta própria uma alternativa de vida. Conforme a definição utilizada nos documentos da FENAPE, ao longo dos anos, esses empreendimentos são "unidades muito pequenas, geradoras de renda familiar, cujos proprietários trabalham diretamente nos empreendimentos, acumulando funções produtivas e gerenciais, com pequeno número de pessoas ocupadas, recorrendo principalmente aos membros da família, dispondo de pouco capital e tecnologia rudimentar".

Atualmente a Rede CEAPE concede microcrédito aos pequenos empresários nas áreas de comércio, serviços e produção. Para ser cliente exigem-se

basicamente as seguintes características: ser brasileiro ou estrangeiro com residência permanente; maior de 18 anos ou emancipado; proprietário de empreendimento que apresente viabilidade econômica; deve residir e desenvolver sua atividade econômica na área de abrangência do CEAPE; que desenvolva atividade por conta própria há, no mínimo, 06 (seis) meses; a atividade desenvolvida não deve agredir ao meio ambiente e nem se caracterizar como delituosa; que não possua o nome registrado nos Serviços de Proteção ao Crédito (SPC, SERASA, TELECHEQUE e etc.). O crédito pode ser usado para capital de giro ou para aquisição de equipamentos e são apresentadas duas modalidades de créditos: Individual (com apresentação de avalista) ou Grupo Solidário. Para o crédito Individual é necessária a apresentação de avalista com renda suficiente para garantia do empréstimo, e para o Grupo Solidário junta-se 3 a 5 empreendedores para formar um Grupo de aval solidário onde todos são responsáveis pelo crédito como um todo.

2.2.3. Banco da mulher

O Banco da Mulher foi criado em 1984 pelo Conselho da Mulher Executiva da Associação Comercial do Rio de Janeiro sobre a denominação de “Associação Nacional para o Desenvolvimento da Mulher”, entidade filiada a Women’s World Bank –WWB, de origem holandesa.

A Rede do Banco da Mulher tem como objetivos gerais: ser agente de transformação das economias locais, mediante o fortalecimento das atividades produtivas realizadas por empresárias de baixos rendimentos; contribuir para reduzir a pobreza e a discriminação econômica contra a mulher; trabalhar para a obtenção de políticas públicas adequadas à expansão de suas atividades; Missão e Visão:

incorporar empreendedores de pequenos rendimentos, especialmente mulheres e suas famílias ao sistema econômico.

Atualmente, o Banco da Mulher forma uma rede com representação nos Estados do Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Amazonas, Minas Gerais e Rio de Janeiro, além da Bahia. Até setembro de 2001, o Banco da Mulher concedeu cerca de 9 mil créditos totalizando, aproximadamente, R\$ 6,7 milhões.

Os serviços oferecidos pelo BM vão desde financiamento, assessoria de acompanhamento de crédito, apoio à comercialização até a análise de qualidade do produto. Nesse sentido, visando à cobertura desses serviços o Banco firma parcerias em todo Brasil. Um exemplo são as parcerias firmadas com SEBRAE, na área de capacitação gerencial; SENAI e SESC.

2.2.4. PortoSol

A instituição comunitária de crédito PORTOSOL (ICC PORTOSOL) foi fundada em 1995, porém iniciou suas operações em janeiro de 1996 na cidade de Porto Alegre, onde a prefeitura em parceria com entidades da sociedade civil promoveu a criação da ONG. Teve início, dessa forma, um modelo institucional que vem sendo referência para a criação de várias outras instituições de microcrédito no país com base na iniciativa conjunta do Poder Público e controlada pela sociedade civil e apoiada no princípio da auto-sustentabilidade.

Do ponto de vista político, o mais importante consenso construído em torno da proposta, praticamente desde o início do processo, era que o controle da Instituição não deveria ficar a cargo da municipalidade, buscando-se garantir à iniciativa um caráter público não-estatal. Superadas as dúvidas de caráter jurídico, a opção pela formação de uma associação civil autônoma praticamente modelou a constituição da ICC PORTOSOL. O mais importante é que o processo de construção

desses consensos foi definitivo para viabilizar as parcerias, propiciando a criação e a consolidação de um espaço plural de discussão, envolvendo atores sociais e pessoas com diferentes posições e filiações político-partidárias. A aprovação da Lei nº 7.679, de outubro de 1995, autorizou a participação do "Município em Associação Civil Ideal com a finalidade precípua de, a partir de uma ação facilitadora do acesso ao crédito, fomentar a constituição e/ou consolidação de pequenos e microempreendedores instalados no âmbito do território municipal. Em 1998, o inciso VI do art. 5º da Lei nº 7.679, que vinculava a participação do Município de Porto Alegre como sócio fundador em uma associação civil com atuação limitada em Porto Alegre, foi revogado, permitindo, desta forma, a continuidade do Município na ampliação dos serviços microfinanceiros a outras municipalidades.

O PORTOSOL tem como objetivos, conforme expresso no site oficial do banco⁹, facilitar a criação, crescimento e consolidação de empreendimentos de pequeno porte, formais ou informais, associados ou não e dirigidos por pessoas de baixa renda, a fim de fomentar o desenvolvimento sócio-equilibrado de Porto Alegre e de outros municípios do Estado do Rio Grande do Sul, bem como criar tecnologias e transferi-las para entidades afins, desde que os objetivos dessas Organizações sejam compatíveis com o da PORTOSOL.

Hoje, a Portosol atua em toda a região metropolitana de Porto Alegre e Vale do Rio dos Sinos oferecendo diversos serviços de financiamento para pequenos empreendedores. São mais de R\$ 90 milhões já liberados aos pequenos empreendedores da região. Os interessados para terem acesso ao crédito nessa instituição devem trabalhar por conta própria há mais de 6 (seis) meses, registrado ou não; residirem e/ou desenvolverem sua atividade econômica nos municípios de

⁹ <http://www.portosol.com/>

Porto Alegre, Eldorado, Canoas, Sapucaia, Esteio, São Leopoldo, Cachoeirinha, Gravataí, Alvorada, Viamão, Novo Hamburgo, Portão, Sapiranga, Ivoti, Campo Bom, Estância Velha e Dois Irmãos e não estarem registrado no SPC e/ou SERASA. Ainda são exigidas garantias, que podem ser na modalidade fiador/avalista, garantias reais (bens móveis e imóveis) e aval solidário (grupo de três a cinco empreendedores).

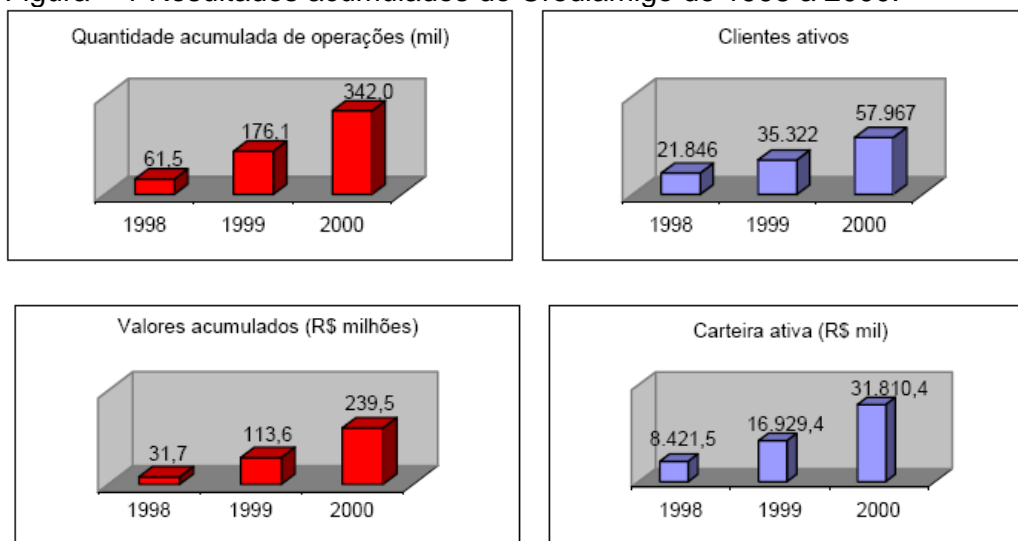
2.2.5. O Crediamigo

O Crediamigo é um programa de microcrédito do Banco do Nordeste do Brasil, criando em 1998, com o objetivo de conceder créditos aos pequenos empreendedores com renda baixa na região Nordeste, norte de Minas Gerais e Espírito Santo. É o único programa de microcrédito de atendimento direto implementado por banco estatal.

A exemplo de outros programas no Brasil e no Mundo o Crediamigo faz uso do Aval Solidário como forma de garantias para concessão de créditos; também, do mesmo modo que outros programas aludidos anteriormente nesse trabalho, o programa do BNB oferece capacitação gerencial para os tomadores. Toda a operacionalização do programa, incluindo os Assessores de Crédito, é realizada de forma autônoma das atividades do banco.

Já no seu terceiro ano de atuação, os dados apresentados no relatório do BNB demonstram o significativo crescimento do programa, o Crediamigo tinha acumulado um total de R\$ 239,5 milhões de aplicações relativo a 342 mil contratos, representando um aumento de mais de 700% nas aplicações e mais de 500% nas operações em relação ao ano de sua implantação. Tais dados representavam 57.967 clientes ativos, o que denotava a maior fatia do mercado de microcrédito na área de atuação do Banco.

Figura – 1 Resultados acumulados do Crediamigo de 1998 a 2000.



Fonte: BNB

Em 2001, embora o maior número de IMFs estivessem localizadas na região Sudestes, 50 ao todo; era o Nordeste que detinha a maioria dos clientes ativos do Brasil, mais de 72%, segundo dados do BNDES¹⁰, contra pouco mais de 11% do Sudeste. O valor médio emprestado era de R\$ 598, inferior a média nacional que ficou em torno de R\$ 875, ou aproximadamente R\$ 1.616 quando excluímos o nordeste do cálculo; a maior média foi do Sul, cerca de R\$ 2.010. Essas informações relativas ao valor médio são importantes porque influênciam diretamente focalização nos mais pobres, um dos principais objetivo das políticas públicas voltadas para o incentivo do microcrédito, fato que estudaremos em tópico posterior.

Nesse cenário o Crediamigo aparecia com expressiva representatividade na região dita a mais pobre do país, mais de 70% do mercado nordestino no final de 2001. A segunda instituição mais expressiva foi a CEAPE, embora apareça bem abaixo do Crediamigo, enquanto este tinha 85.309 clientes ativos, aquele somava

¹⁰ Fonte: BNDES – Programa de Desenvolvimento Institucional / Entendendo as microfinanças no Contexto Brasileiro

17.948 clientes ativos, considerando as CEAPes mais expressivas da região, ou seja, CEAPE/SE, CEAPE/RN,CEAPE/PE e CEAPE/MA, conforme quadro 2, apresentada anteriormente.

Desde a implantação do Crediamigo até 2007 o estado que mais teve clientes atendidos foi o Ceará, onde fica a superintendência geral do BNB, seguido pela Bahia e Pernambuco respectivamente. Entretanto, em termos proporcionais o estado de Sergipe foi o maior beneficiado com o programa seguido pelo Ceará e Piau. A Bahia apesar de ter o maior número de clientes atendidos em valores absolutos, em termos relativo foi quem menos foi beneficiado.

Tabela 5 – Clientes Atendidos e Empréstimos Desembolsados por Estado – Período 1998 a 2007

GERÊNCIA DE MICROFINANÇAS	CLIENTES ATENDIDOS	DESEMBOLSADOS (R\$ MILHÕES)	POPULAÇÃO JUN/2006	POBREZA EM 2000	ÍNDICE DE * PROPORCIONALIDADE CLIENTES/POPULAÇÃO
AL-Alagoas	48.247	221,9	3.037.715	62,24	1,588
BA-Bahia	113.874	542,7	13.914.496	55,32	0,818
CE-Ceará	180.203	765,8	8.217.085	57	2,193
MA-Maranhão	79.455	473,7	6.184.538	66,81	1,285
PB-Paraíba	62.229	268,4	3.623.215	55,26	1,718
PE-Pernambuco	89.646	355,4	8.502.603	51,31	1,054
PI-Piauí	62.774	346,4	3.030.444	61,81	2,071
RN-Rio Grande do Norte	49.971	198,2	3.040.612	50,63	1,643
SE-Sergipe	45.332	175,2	2.000.738	53,99	2,266

Fonte: Elaboração própria com base em dados do BNB e IPEA

* Razão entre número de clientes atendidos e a população, em seguida multiplicado por 100 para dar melhor visibilidade.

Levando em consideração que um dos principais objetivos do Crediamigo é o combate a pobreza o programa deveria despender uma maior atenção aos estados do Maranhão e Alagoas, já que, como pode ser visualizado acima, estes estão entre os quatros estados com maior proporção de pobres da região, e entretanto, em termos relativos, estão dentre os quatros estados que menos se beneficiaram do programa.

O perfil dos clientes do programa é marcado por clientes que trabalham por conta própria em negócios pequenos e, portanto, utilizam pouca mão de obra, como é característico nesse tipo de negócio, geralmente familiar e/ou assalariada. Os clientes que mais procuram o Crediamigo são do comércio; em 2000, esse setor representava 84% da clientela do banco, seguido pela indústria com 12%; já em 2007 a participação do setor do comércio chegou 92% seguido pelo setor de serviço com 6%, este ultrapassado a indústria, agora com 2%. A participação de mulheres na condição de clientes mostrou-se crescente durante a atuação do programa, em 2002 a participação feminina era de 49% saltando para 64% em 2007. Com relação ao nível educacional a maior parte dos tomadores de empréstimos tem pouca ou nenhuma escolaridade, os que tem nível superior tem pouca representatividade, em 2000 era 1,8% e em 2007, 4%.

Atualmente o programa dispõe de vários produtos: o Giro Popular Solidário, Capital de giro para empreendedores com pelo menos 1 ano de atividade. O Crediamigo Comunidade, através do qual são formados bancos na comunidade, contemplando pessoas que tenham ou queiram iniciar uma atividade produtiva. O crédito é destinado ao financiamento de capital de giro e pequenos equipamentos para a população de áreas urbanas e semi-urbanas, comerciantes, prestadores de serviços, vendedores ambulantes e pequenos fabricantes. O Giro Solidário, Capital de giro para empreendedores, com valores acima de R\$ 1.000. O Giro Individual, Capital de giro para clientes com experiência anterior no Crediamigo, que desejam complementar seus recursos para expansão de sua atividade. Investimento Fixo, operação para clientes do Crediamigo, cujos valores variam de R\$ 100,00 a R\$ 5.000,00.

Para a obtenção de crédito o interessado precisa ser maior de idade; ter ou iniciar uma atividade comercial; reunir um grupo de amigos empreendedores, que morem ou trabalhem próximos e confiem uns nos outros. Conforme o BNB, esta união possibilita o "aval solidário", que é a garantia conjunta para o pagamento das prestações.

2.3. O microcrédito como estratégia de combate à pobreza

2.3.1. Fundamentação do debate

Nas últimas décadas, o Brasil vem enfrentando uma onda de desemprego que tem impactos nas mais variadas esferas sociais, inclusive segurança com aumento da criminalidade. O baixo nível de emprego nesse período tem explicações conjunturais, já que, principalmente a partir dos anos 90, são adotadas políticas restritivas de combate à inflação; e tem explicações estruturais, uma vez que as mudanças nos paradigmas tecnológicos fazem-se necessárias novas qualificações por parte dos trabalhadores, que muitas vezes não conseguem se adequar às novas exigências. Tem-se ainda que as inovações na informática, comunicação e eletrônica, aumentaram consideravelmente a produtividade do trabalho efetivo, diminuindo a demanda por trabalho.

A pobreza intensificada por esse quadro tem gerado uma série de debates, os quais buscam apresentar alternativas de combate e controle da pobreza, bem como ações preventivas. Tal debate é mais enfático nas economias em que a desigualdade social é grande, na qual o Brasil está inserido. O discurso político e até acadêmico tentam formular alternativas que combatam a pobreza, e o viés em evidência, nesse sentido, tem sido o desenvolvimento econômico local.

Para Santos (2002), p.ex. um desenvolvimento econômico e social que busque atingir grande parte da população, e ao que parece é esse o objetivo das políticas públicas, depende da participação das prefeituras voltadas para o desenvolvimento local. Associado a esse aspecto cita ainda como fundamental, ações que busquem o desenvolvimento pautado em instrumentos de fomento e apoio às micro e pequenas empresas. O autor busca demonstrar a importâncias dessas unidades produtivas com base nas pesquisas do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), onde as micros e pequenas empresas aparecem como responsáveis pelo emprego de 59% da população economicamente ativa do país e pela criação de 614 mil postos de trabalho, ou 65% dos 936 mil postos criados no país nos doze meses anteriores a abril de 2003, segundo o autor.

Entretanto, tratar de desenvolvimento local não é uma tarefa fácil. Fontes, Diogo e Marchesini (2003) chamam a atenção para o grau de complexidade de tratar o desenvolvimento local partindo de ações regionais. Conforme os autores, “pensar desenvolvimento econômico local pressupõe um universo constituído por circuitos extremamente sensíveis, pertencentes a um conjunto de relações no qual se cruzam as causas e os efeitos, onde as transformações ocorridas em uma região provocam alterações em outras, independente de sua localização geográfica”.

De outra forma podemos falar que diversas variáveis estão envolvidas nesse processo de desenvolvimento; algumas delas fogem ao controle dos gestores públicos locais, como p. ex., fatores relacionados à conjuntura macroeconômica. A adoção de uma política econômica restritiva por parte do governo federal seria suficiente para afetar negativamente políticas locais de desenvolvimento se não tivesse ressalvas aparando tais regiões. Da mesma maneira, iniciativas locais poderiam não surtir os efeitos desenvolvimentistas esperados devido ao impacto de

outras medidas de regiões circunvizinhas ou até inconsistente com as políticas macroeconômicas.

Desse modo, Fontes, Diogo e Marchesini (2003) sustentam que o desenvolvimento local deve ser impulsionado pelas três esferas do governo, embora o maior destaque seja dado aos governos locais; estes podem acelerar o surgimento de um ambiente produtivo e ocasionar o desenvolvimento do potencial empresarial dentro do território. Sempre enfatizando as convergências das ações no aspecto macro e microeconômico.

O discurso sobre o desenvolvimento local tem conduzido, de forma quase que natural, a um debate relacionado à criação de ambientes produtivos, como citado acima. Tais ambientes são apresentados como impulsionados por negócios de pequeno porte, no sentido de proporcionar uma maior dinâmica econômica local com impactos positivos na redução da pobreza através da geração de ocupação e renda.

Nesse debate enfaticamente é apresentada a acessibilidade ao crédito como uma variável de grande relevância ao desenvolvimento local. Botelho e Ribeiro (2006), p.ex., afirmam que um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento da economia brasileira é o baixo volume de crédito. De modo que as mudanças na estrutura da economia intensificada a partir de início da década de 90 bem como a estabilização monetária proporcionada pelo plano real não foram suficientes para mudar esse quadro.

Observa-se que nesse contexto, muitos são os trabalhos que abordam o microcrédito como uma alternativa para subsidiar o desenvolvimento local, principalmente possibilitando o acesso ao crédito por parte das camadas de baixa renda, geralmente excluída do sistema financeiro tradicional. Porém, existe uma sutil

diferença entre microcrédito destinado ao desenvolvimento local e microcrédito que busca influenciar de forma imediata e diretamente os índices de pobreza, apesar de atualmente algumas IMFs englobarem as duas situações.

Embora no primeiro caso, certamente, possa ser alcançado uma redução da pobreza através daquele tipo de crédito, esses efeitos pode não ter o impacto no curto prazo e ainda assim não ter o resultado na proporção esperada, tendo em vista que há uma tendência histórica no sistema financeiro tradicional de conceder créditos através de garantias e em volume médio considerado viável, de modo que os tomadores hábeis a oferecer tais garantias são aqueles que já possuem alguma estabilidade financeira; esse seria, por exemplo, o caso de pequenos empresários com algum grau de consolidação do seu negócio. Desse modo, ao receber o crédito, supondo sua utilização bem sucedida e ocasionando ampliação do negócio, esta ampliação, provavelmente, não atingiria o chamado núcleo duro da pobreza, formado por pessoas com muito pouco ou nenhum estudo, os quais continuariam com dificuldades de se inserir no mercado de trabalho e abaixo da linha de pobreza.

A outra situação é personificada por um crédito bem baixo objetivando atingir diretamente a redução da pobreza. Percebe-se nesse caso a busca da dinamização da economia local, mencionada outrora, é relegada ao segundo plano, pode até vir como consequência, porém o grande objetivo é atingir diretamente os índices de pobreza e não proporcionar o desenvolvimento local para que só então a partir daí haja uma melhoria desse indicador.

O crédito supracitado diferencia-se do tradicional pelas seguintes características: público-alvo, finalidade e montante. Ou seja, esse tipo de crédito destina-se de modo especial às pessoas que estejam abaixo da linha de pobreza ou

pouco acima dela e não tenham acesso à linha de crédito tradicional; seu uso pode ser destinado a ampliação do capital de giro ou capital fixo do microempreendedor, embora nunca como crédito para consumo; e o volume em questão é sempre pequeno. Nesse segundo contexto, podemos apontar o clássico exemplo do *Grameen Bank* idealizado por Muhammad Yunus, o crédito disponibilizado pelo *Grameen Bank* tinha como meta principal atingir a população pobre, como já foi explicado em tópico anterior.

Atualmente, programas como o Crediamigo do BNB, disponibiliza microcrédito que engloba simultaneamente as duas situações acima. Existem linhas de microcrédito disponível no Crediamigo podendo chegar a R\$ 10.000,00 e beneficiar pequenos empresários já consolidados, como é o caso do “Giro Individual”, este exige avalista e cobra juros ente 2% a 3% ao mês mais TAC; como também tem linhas em condições especiais para empréstimos abaixo de R\$ 1.000,00 pautados no aval solidário e com taxas de juros mais baixas, 1,95% ao mês mais TAC¹¹.

Estudos internacionais e nacionais têm sido dedicados aos impactos econômicos do microcrédito, sobre tudo quanto instrumento de combate à pobreza, gerando e/ou aumentando a renda dos mais pobres, bem como gerador de ocupação. No bojo desse discurso aparece em evidência o debate questionando a sustentabilidade das IMFs (Instituições Micro Financeiras) envolvidas no processo, bem como as características e as consequências das medidas adotadas por essas instituições objetivando a focalização nos menos favorecidos financeiramente. Também o papel do Estado como subsidiador e possibilitador do acesso ao crédito pelos mais pobres aparece quase que natural nesse discurso. Tais questões são

¹¹ Taxa de Abertura de Crédito

importantes e merecem detalhamentos mais apurados, os quais serão estudados nos tópicos subseqüentes.

2.3.2. Exigências de garantias

O sistema de garantias dentro do debate microcrédito exerce um papel de grande relevância, não é por acaso que alguns autores, px. Passos (2002a), embute a exigência de garantias na própria definição de microcrédito, quando define este como “crédito para pobres, dados sem garantias reais e de forma sustentável para geração de auto-emprego”.

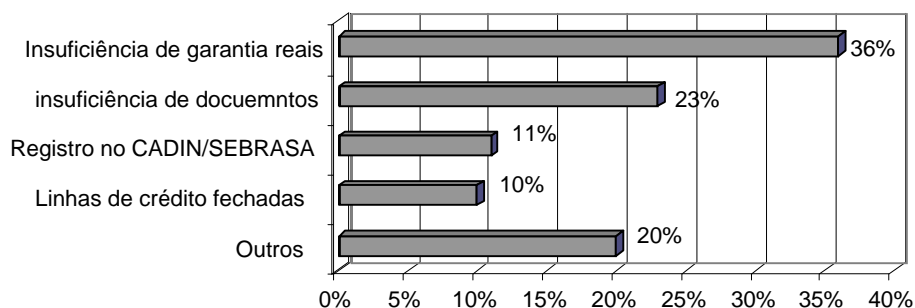
Duas pesquisas elaboradas pelo Sebrae de São Paulo e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – USP¹² publicada pela CEPAL denotam as barreiras de acesso ao crédito pelas pequenas empresas, situação que segundo as pesquisas parece ter se agravado no intervalo entre elas, já que quando comparado os resultados da primeira pesquisa em 1999 com a segunda em 2004 e considerando a utilização da mesma metodologia, percebeu-se o financiamento bancário em 2004 sendo menos utilizado do que na pesquisa anterior. Os principais motivos para tal efeito foram: altas taxas de juros, exigências de garantias, a burocracia dos bancos, a aversão dos empresários em tomar empréstimos e as incertezas com relação as políticas econômicas deixando os empresários inseguros.

Na pesquisa de 1999 o percentual de empresários que não tinha adquirido crédito convencional chegou 79%, excluídos desse total as operações de descontos de recebíveis e/ou uso de cartão de crédito e cheques especiais. Os motivos

¹² A Questão do Financiamento das MPES no Estado de São Paulo, pesquisa de campo realizada em agosto de 1999, com amostra inicial de 450 empresas da indústria, comércio e serviços – Sebrae de São Paulo e Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – USP, set/1999.

apontados como de maior relevância estavam relacionados a exigências de garantias reais, cerca de 36%, seguidos por insuficiência de documentos, 23%.

Gráfico 4 – Razões alegadas pelos bancos para não conceder os empréstimos solicitados em São Paulo. 1999.¹³

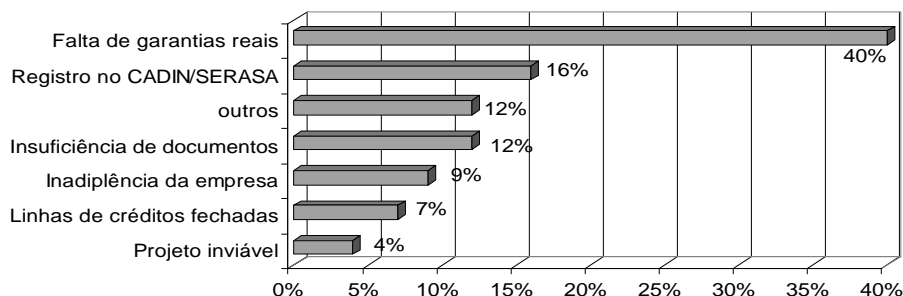


Fonte: SEBRAE-SP (pesquisa de campo)

Em 2004, na segunda pesquisa, dentre os pequenos empresários da amostra que recorreram a empréstimos bancários e não obtiveram êxito o principal motivo continuou sendo aqueles relacionados a incapacidade de apresentar garantias, 40%, dessa vez seguido por motivos de registros negativos em centrais de informação de crédito. Como alternativa 20% buscaram acesso ao crédito na condição de pessoa física, através do qual as exigências são menores, porém os juros se apresentam maiores, o que tende a aumentar a probabilidade de insucesso do pequeno empresário.

¹³ Segundo MPEs entrevistadas que tiveram solicitação de crédito negada em 1999.

Gráfico 5 – Razões alegadas pelos bancos para não conceder os empréstimos solicitados em São Paulo. 2004.¹⁴



Fonte: SEBRAE-SP

As dificuldades de acesso ao crédito por parte das pequenas empresas são fundamentadas na assimetria de informação aludida em tópicos anterior. A disponibilidade diferenciada de informações entre os dois principais protagonistas nesse tipo de negócio, o ofertante do crédito e o microempresário, faz surgir o risco moral. Dispondo de menos informação que o investidor, a instituição operadora do microcrédito para compensar a assimetria de informação institui a apresentação de colaterais (garantias), e por outro lado incorpora o risco à remuneração do capital, nesse caso o juros. O problema da assimetria em torna da informação aumenta quando os bancos não dispõem de unidades especializadas e/ou departamentos que visem desenvolver um maior conhecimento e tecnologia voltada para o setor, dispondo de capacidade limitada para avaliar os pequenos projetos apresentados. Recursos científicos no âmbito da economia e matemática, como VPL, TIR, Teoria das Opções Reais entre outros, são indicadores longe da realidade do pequeno empresário, o qual tem dificuldade de justificar a viabilidade econômica de seu

¹⁴ Segundo MPEs entrevistadas que tiveram solicitação de crédito negada em 2004.

projeto, e por isso, muitas vezes é interpretado pelas instituições financeiras como projetos de alto risco.

Na economia internacional existem diversos métodos que tentam suprir a necessidades de garantias. Estas embutida em sistemas de garantias que diferenciam-se entre si pela forma jurídica de sua constituição, mecanismo de tomada de decisão, a origem dos fundos, o tipo de crédito, o grau de cobertura do risco creditício etc. (Llisterri, 2007).

Llisterri (2007) descreve alguns modelos básicos encontrados no mundo que buscam dar uma solução as necessidades de colaterais: fundos de garantias, sociedades de garantias, garantias a entidades intermediarias e instituições de microfinanças, seguro de crédito e garantias de segundo piso ou refinanciamento, os quais são descritos como apresentado em seguida.

Os fundos de garantias são constituídos por capital público e são gerenciados por entidades que firmam convênios com bancos comerciais nos quais estabelecem os critérios pelos quais atribui uma garantia do fundo a um percentual das operações da carteira de crédito a pequenas e micros empresas. Em síntese, quando há inadimplência o banco notifica a operadora do fundo a qual assegura os tramites necessário para tentar recuperar o volume emprestado e em seguida abona a entidade de crédito no valor correspondente ao débito garantido pelo fundo.

Nas sociedades de garantias o financiamento provém de recursos públicos ou privados, através de acordos formalizados entre as sociedades e os bancos garantem-se empréstimos as empresas individuais. A própria sociedade avalia o risco de crédito antes de conceder o aval. Por outro lado o banco também faz sua avaliação, principalmente se o aval da sociedade não cumpre totalmente o risco.

Nesses sistemas são assumidas morosidades, falências e assume-se a recuperação de falidos.

Já o sistema de garantias a entidades intermediária e instituições de microfinanças é balizado na garantia das carteiras das instituições microfinanceiras por outra entidade pública ou privada, objetivando que as IMFs obtenham recursos de outras fontes aplicados a créditos para microempresas. A lógica é o beneficiamento do pequeno negócio em condições próprias do pequeno crédito, e por outro a facilitação da captação de recursos pelas IMFs através da garantia da carteira.

Com relação aos seguros de créditos, a cobertura é feita a riscos específicos da operação de crédito em que a probabilidade de ocorrência pode ser mensurada por meio de técnicas atuariais. Desse modo, o seguro cobriria, por exemplo, o risco de morte ou incapacidade do tomador do empréstimo, risco de cambio, risco comercial para as exportadoras, entre outros.

As garantias de segundo piso ou refinanciamento aparecem quando as garantias de primeiro piso chega a seu limite de cobertura. Pode se dizer que as garantias de segundo piso é um sistema de ressegura de apoio por meio do encargo de parte do risco assegurado pelas sociedades de garantias. Os principais exemplos no mundo desse sistema são encontrados na Alemanha, Áustria e Espanha.

Atualmente, uma alternativa em evidência que visa substituir a exigência de garantias reais são as chamadas colaterais sociais, com destaque para o aval solidário. O método surgia na década de setenta em Bangladesh tendo sido experimentado pela primeira vez no Grameen Bank. O aval solidario é fundamentado em uma fiança em que o empréstimo é garantido por todos membros

do grupo, desse modo cada pessoa do grupo responde como fiador dos demais membros, quando um dos membros não paga o empréstimo todos pagam, caso não pagem futuros créditos não serão afetados a esses membros. Nesse contexto todos são fiscais do grupo e de cada membro e eles mesmos buscam para compor o grupo pessoas que acreditam ser bons pagadores o que acaba diminuindo o risco da IMF.

Diversas instituições que oferecem produtos microfinanceiros operam, hoje, no Brasil, fazendo uso do aval solidário, entres as quais podemos citar o CEAPE e o Crediamigo do BNB, o método ajudou bastante os pequenos empresários que não tinham como apresentar garantias reais. Por outro lado, diminui a assimetria de informação e o risco do banco ter o empréstimo reembolsado, já que o grupo tem interesse que ninguém se torne inadimplente e apresentara alternativa quando algum dos membros mostrar dificuldade em pagar a dívida; e mesmo que um membro não pague, os demais membros pagarão, a segurança maior para o banco torna-se evidente. Relatórios do BNB denotam que tal metodologia vem sendo bem sucedida em programa de microcrédito os quais a algum tempo já se tornou o maior do Brasil.

Em síntese, não é possível discutir políticas voltadas para o microcrédito sem fazer referência a formas de garantias, as quais se não moldada para o público alvo a que se pretende atingir as microfinanças, possivelmente não irá atingi-lo. Os projetos pequenos não devem ser tratados e avaliados com tecnologias e métodos de projetos que demandam volume de capital maior sobre pena de projetos pequenos, porém viáveis economicamente, serem excluído do processo produtivo local, os perdedores nesse quadro seriam não só os pequenos produtores mas toda economia local e até nacional.

2.3.3. Sustentabilidade das IMFs

A sustentabilidade das instituições operadora de microfinanças é outro ponto importante no debate aqui em voga, e por isso, fruto de preocupações dos gestores públicos e estudiosos do tema. A preocupação, nesse sentido, é de que os produtos no âmbito das IMFs sejam oferecidos aos excluídos dos serviços bancários e de forma contínua e sustentável; ou seja, não necessite de recursos de doações, seja do governo ou de outra entidade qualquer, objetivando a cobertura total dos custos operacionais. E que, portanto sejam cobertos por receitas próprias, de modo especial pela cobrança de juros, que tendem a serem altos dados os custos operacionais serem grandes, isto porque, entre outros motivos, o volume de crédito médio é baixo e muitas vezes as IMFs acaba exercendo o papel também de consultoria empresarial dado o baixo nível de conhecimento técnico e gerencial dos tomadores de empréstimos.

De acordo com Meyer (2002), a sustentabilidade pode ser enquadrada em duas fases: a sustentabilidade operacional e a sustentabilidade financeira. No primeiro caso a receita operacional é suficiente para cobrir os custo de funcionamento da IMF, inclusive salários, perdas de empréstimos e outras despesas administrativas. Já o segundo caso, encontra-se no nível mais elevado tendo em vista que além das despesas operacionais, pode cobrir as despesas com os fundos e com outras formas de subsídios recebidos quando avaliados a taxas de mercados. Desse modo, alcançar essas duas fases é necessário para as instituições microfinanceiras firmarem-se no mercado.

Porém, para manter a sustentabilidade institucional no longo prazo é importante ainda acumular reservas de capital suficiente para se proteger de possíveis choques futuros, como afirma Meyer (2002, p. 4):

“...However, this does not always assure long-term institutional sustainability. In addition, the MFI must earn enough income to build capital reserves required for growth and as protection against future shocks. Measuring financial sustainability requires that MFIs maintain good financial accounts and follow recognized accounting practices that provide full transparency for income, expenses, loan recovery, and potential losses.”

Alguns trabalhos avaliam a possibilidade da existência de um *trade-off* entre a busca da sustentabilidade das intuições de microcréditos e a focalização nos mais pobres; isto porque algumas medidas que buscam a sustentabilidade pode gerar desvio no foco. Um exemplo de uma dessas medidas é o aumento do volume médio de empréstimo como forma de aumentar a receita média. O aumento no empréstimo médio pode acabar por conduzir os recursos das IMFs aos empresários com necessidades de capitais maiores que os das camadas considerados como alvo das políticas de microcréditos, desvirtuando o principal foco das políticas do pequeno crédito.

A tal respeito, buscando elucidar essa dúvida, Hulme e Mosley (apud Passos, 2002a), elaborou um estudo através do qual os autores mostrou não existir, na amostragem considerada em seu trabalho, uma correlação significativa entre sustentabilidade e perda do foco nos mais pobres. Por outro lado, os elaboradores apontam que as instituições na busca da sustentabilidade tendem a direcionar seus esforços nos moderadamente pobres excluindo, desse modo, o núcleo duro da pobreza; confirmando parcialmente a existência de um *trade-off*.

Outro ponto de destaque relacionado a sustentabilidade é o aumento da competição no setor. A teoria econômica indica que aumenta bastante a

probabilidade de melhoria nos produtos oferecidos nos mercados e há uma redução nos preços quando a competição torna-se mais acirrada. No caso das IMFs, associados a esses benefícios para o consumidor, a literatura especializada tem chamado atenção para um problema típico do setor, a sobreposição; ou seja, o cadastramento do tomador de empréstimos a várias operadoras de pequeno crédito simultaneamente, o que repercute na capacidade de pagamento do cliente com impacto na inadimplência. Isso ocorre nesse segmento financeiro porque, diferentemente do segmento tradicional, as informações sobre os clientes são incipientes, já que uma das políticas de setor é reduzir a burocracia e as exigências para conceder empréstimos.

Ao que parece, existem alguns entraves para o sucesso das IMFs, principalmente relacionada às suas dificuldades administrativas pertinentes a custos e operacionalidade, tais como: baixo valor médio de empréstimos; quantidade de funcionários mais elevadas, já que o crédito deve ir ao encontro dos clientes potenciais através dos agentes de créditos; informação incipiente sobre os clientes; dificuldade de fazer exigência de garantias reais, entre outros. Entretanto, essas dificuldades parecem pequenas perto do benefício que as políticas voltadas para a ampliação do microcrédito pretendem resolver, e tudo leva a crer que por esses motivos muitos governantes têm se esforçado para incentivar as instituições que trabalham com baixo nível médio de crédito, inclusive envolvendo-se diretamente com IMFs, o que tem sido ponto de críticas na literatura.

Conforme Passos (2002a), na realidade, a maioria das críticas feitas à intervenção governamental nas IMFs, não está relacionada à criação de um quadro institucional apropriado ao sucesso das IMFs e/ou na disponibilização de fundos

objetivando a estruturação das instituições de microfinanças; esta ligado sim ao envolvimento direto das instituições oficiais junto às IMFs.

Para Mukherjee (Apud Passos, 2002a) o sucesso das operadoras de microcrédito estatais são poucos expressivos e a maior parte das IMFs bem sucedidas têm caráter privado. Segundo ele, os principais riscos de sustentabilidade das instituições públicas é a influência política direta, critérios de seleção frágeis, pouca ou nenhuma supervisão e taxas de juros subsidiadas. Todas essas ocorrências podem tornar as instituições veneráveis e com uma constante dependência de recursos governamentais e/ou de outros doadores.

Já para os autores Gibbons e Meehan (1999), os subsídios e os créditos em condições especiais têm cumprido um papel importante no financiamento de IMF em seus primeiros anos de existência. Tais vantagens exercem particular importâncias nas fases preliminares das instituições, quando, na maioria dos casos, os déficits são enormes e o capital disponível incipiente. No entanto, os subsídios e os créditos em condições especiais concedidos, sempre têm oferta limitada e toma muito tempo em sua obtenção. Desse modo, é provável que sejam insuficientes para financiar um maior número de IMFs para assim atender um maior número de pessoas em extrema pobreza.

De modo geral, acredita-se que o risco da não sustentabilidade nas IMFs é grande independente destas serem pública ou privada, em virtudes dos problemas apresentados nessa seção, dificuldade que se apresenta, como é de se esperar em qualquer negócio, maiores em fases preliminares de sua existência. Porém os gestores públicos indicam estar convencidos da importância da existência das IMFs como forma de auxiliar nas políticas voltadas para melhoria de indicadores de pobreza, níveis de emprego e distribuição de renda, p.ex.

Porém seria muito oneroso para o estado auxiliar instituições operadoras de microfinanças, e se aquelas não se tornarem sustentáveis, o caráter das políticas de microcrédito de melhoria de renda dos mais pobres com apenas um auxílio inicial (crédito), tende a desvirtua-se e tornar-se transferência de renda; uma vez que, não sendo sustentável, as IMFs teriam que sempre ter aporte de capital público, o qual seria incapaz de se reproduzir, sendo necessário portanto sempre a intervenção do estado a fim de manter a existência das operadoras do pequeno crédito.

Diante desse quadro, parece razoável a opinião supra citada de suporte governamental nos primeiros anos de operação da IMF, de modo que passado essa fase inicial e atingido um patamar de maturação, aquelas poderiam se sustentar. É importante perceber que diante das dificuldades e peculiaridades desse setor, a maturação só é possível de ser alcançada com uma operação eficiente, já que os juros cobrados não devem estar muito acima dos juros de mercado, e só com um gerenciamento eficiente será possível gerar receitas que torne as IMFs sustentáveis. Por fim, ser uma instituição sem fins lucrativos também ajudaria na sustentabilidade tendo em vista que os lucros gerados seriam revertidos para a própria instituição não havendo necessidades de distribuição.

2.3.4. Focalização

Existe uma íntima relação entre as questões relacionadas a sustentabilidade, exigências de garantias, abordadas nos subitens anteriores, e a focalização. Quando o setor microfinanceiro busca a minimização das exigências de garantias estar, na realidade, tentando alcançar os mais pobres; ao passo que, como visto, quando focaliza nos mais pobres surge as dúvidas quanto a possibilidades da não sustentabilidade da IMF, pelos motivos já abordados. É nesse contexto que a focalização, a exigência de colaterais e a sustentabilidade das operadoras do

pequeno crédito tornam-se o tripé das IMFs que visam reduzir os índices de pobreza possibilitando o acesso ao crédito para pobres que pretendem desenvolver uma atividade produtiva.

Partindo do pressuposto que se quer atingir os excluídos do sistema financeiro tradicional, a preocupação com a focalização deve ser, de fato, assim como os demais elementos da tríade, componente de atenção especial nas políticas de crédito. Amin, Raí e Topa (Apud Passos, 2002a), por exemplo, chama a atenção para a importância do público-alvo estar bem definido, e por outro lado, para atingir o público pretendidos os critérios de concessão de créditos são de suma importância. O Gramenn e o Brac, de Brangladesh, aparecem como exemplos eficientes de focalização.

Botelho e Ribeiro (2006) a partir de uma pesquisa de campo com sete instituições de microfinanças do estado de Minas Gerais, observou que tais instituições apresentam características que as aproximavam bastante do sistema bancário tradicional, uma vez que operam com taxas de juros, formas de garantias e destinações das aplicações, que se assemelham aos estabelecimentos de créditos tradicionais, o que acaba por repercutir na questão da focalização nos mais pobres, distanciando-se do principal objetivo das políticas de incentivo ao microcrédito mais acessível, isto é, o combater a pobreza por meio de uma maior acessibilidade ao pequeno crédito.

Em outro trabalho, feito a partir de nove programas de microcrédito brasileiro executado no âmbito local¹⁵, Caldas (1999) observou a inexistência de programas direcionados microempreendedores iniciantes (menos de seis meses de atividade), o que segundo ele enfatiza a reforça a idéia de que os programas de microcrédito não

¹⁵ Os programas selecionados para a pesquisa foram: PortoSol (Porto Alegre), Banco da Mulher, Mãos de Minas, CEAPE/PE, CEAPE/PB, Caixa do Povo, ORGAPE, MOC, APAEB.

devem ser vistos como substitutos de outros programas de proteção social, sendo na verdade complementar a estes, o autor frisa ainda que tais programas tenham que estar bem focalizados, para não haver confusão de objetivos e público alvo.

Mas, ao que parece, não é tarefa fácil conseguir alcançar os mais pobres. A seleção adversa associada à assimetria de informação, característica típica do setor são atributos que tendem a dificultar ainda mais o objetivo focalizador. Quando pensamos em economias com fortes desníveis sociais, marcado por uma grande desigualdade de renda, como é o caso dos países latino-americanos, tal situação se agrava ainda mais e as taxas de juros praticadas pelas IMFs tendem a ser ainda mais altas.

Um outro problema é o grau de oligopólio do setor financeiro tradicional, o qual se apresenta com grandes barreiras a entrada, de forma que, com baixa concorrência podem praticar taxas de juros mais elevadas, como é comum em mercados com pouca concorrência, do mesmo modo a baixa concorrência não motiva as instituições financeiras buscarem novos mercados, como por exemplo, dos pequenos ou muito pequenos e até informais produtores; já que conseguem ter rendimentos bastante atrativos em mercados com “menor risco”. Lembrando que o oligopólio não é caracterizado somente por pequenas quantidades de empresas, mas também quando pequenos números de empresas dominam o mercado, como parece ser o caso do setor financeiro brasileiro.

A esse respeito, ou seja, diante de uma estrutura oligopolizada do setor aqui em questão, e diante do benefício de grandes lucros auferidos, Carvalho e Abramovay (2004) afirmam que os bancos conseguem expandir com eficácia a oferta de crédito sempre que há um aquecimento da atividade produtiva, principalmente, se os juros nominais declinam, entretanto “sem expandi-la até o

ponto de incorporar a enorme demanda não atendida, localizada nas micro e pequenas empresas e nos empreendimentos individuais e familiares.”

Porém, por outro lado, não de menor importância é a possibilidade da existência do risco de perda do foco nos mais pobres ao passo que as instituições especializadas no tema se expandam. Assim, um crescimento do setor poderia induzir para algumas mudanças a gerarem custos de transações mais onerosas para as IMFs que podem ser repassados para o tomador de empréstimos e repercutir no foco. Ou seja, a expansão do setor pode conduzir ao acesso a fundos comerciais ou mobilizar poupança de clientes para empréstimos, de modo que tais recursos induzissem a aumento dos custos financeiros das IMFs. Os aumentos dos custos poderiam levar ainda a um aumento no empréstimo médio, o que provocaria uma maior receita média como forma de compensação de aumento nos custos, porém essa decisão implicaria na focalização (Passos, 2002a).

De modo geral, não é tarefa fácil alcançar os empreendedores de baixa renda e por isso demanda um esforço extra das IMFs para atraí-los; sendo bem mais fácil encontrar empreendedores formais, cuja renda e outras informações são mais acessíveis. Há que se considerar ainda que entre os empreendedores informais, os quais geralmente são os de menor renda, exista o temor de ser descoberto por órgãos governamentais fiscalizador, fazendo com que o empreendedor não procure as IMFs nem queiram ser encontrados.¹⁶

Porém, a focalização nos mais pobres deve ser buscada sobre pena das políticas de combate a pobreza por meio do financiamento do pequeno produtor ter

¹⁶ A melhor abordagem sobre a penetração das IMFs em camadas de baixa renda ver NICHTER, Simeon, GOLDMARK, Lara, FIORI, Anita. Entendendo as microfinanças no Brasil. Rio de Janeiro: PDI/BNDES, 2002.

seus objetivos frustrados. Se desejar atingir essas camadas sociais da população deve-se iniciar pelo treinamento dos agentes de crédito e os objetivos dos programas os quais esses agentes representam deve estar bem claros para eles. Do mesmo modo, o público alvo deve estar bem definido, que por sua vez, embora estejam classificados como pobres, deve ter claro que os créditos a sua disposição são recursos com finalidade produtiva e devem ser reembolsados. A cultura do empréstimo não reembolsável, ou em outras palavras, os empréstimos a “fundo perdido” deve ser suprimida.

Por fim, focalização, exigências de colaterais e sustentabilidade são três elementos que devem ser tratados conjuntamente no âmbito das microfinanças, não sendo possível serem pensados separadamente. A participação do estado deve ser constante nesse processo haja vista ser uma política de estado visando combater a pobreza; e por outro, a ausência deste pode acarretar desvio dos objetivos a que se destinam tais políticas. No entanto, a participação direta nas IMFs, inclusive com subsidiador, deve ser pensada apenas nos primeiros anos de existência do programa, e mesmo no início a IMF já deve caminhar para a sustentabilidade. Assim, passado essa fase inicial, a participação do estado deve ser sintetizada e pode desenvolver formas de atuação no processo que ajudem a garantir o princípio da focalização nos mais pobres com fins de combate a pobreza.

3. O MICROCRÉDITO E O IMPACTO SOBRE A POBREZA NA ECONOMIA NORDESTINA.

Como visto, diante da falta de ocupação remunerada, formalizada nos indicadores de desemprego, associado ao grande número de pessoas pobres e indigentes, sobretudo nos países menos desenvolvidos, inclusive o Brasil, tem existido um grande debate em torno das formas de combate a pobreza.

Nessa discussão, o microcrédito é colocado como alternativa para proporcionar uma melhoria nos indicadores de pobreza. Através desse crédito idealiza-se a focalização principalmente nos mais pobres, que desprovidos de colaterais matérias e outras exigências do sistema financeiro tradicional e sem ocupação remunerada se vêem excluídos do processo produtivo.

Perante esse quadro, o presente capítulo visa examinar a influência do microcrédito na redução da pobreza. Para tal foi escolhido como referência a Região Nordeste do Brasil, considerada uma das regiões mais pobres do país e que tem instalado o maior programa de microcrédito nacional.

3.1. Caracterização da economia nordestina

O nordeste brasileiro é formado pelos estados de Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia que juntos totalizam uma área correspondente a aproximadamente 18% do território nacional e possui a maior área litorânea do Brasil. Detêm um relevo diversificado com presença de planaltos antigos, chapadas e depressões, além de planície e tabuleiros litorâneos. A vegetação é formada principalmente por Matas Atlânticas, próximas ao litoral; Cerrado, na Bahia e Maranhão; Caatinga, no sertão; e Matas dos Cocais, em parte do Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte e Ceará. A situação climática

nordestina também é bastante diversificada com a presença de clima equatorial úmido, litorâneo úmido, tropical e tropical semi-árido.

Quanto ao desenvolvimento da região, Guimarães Neto (1997, p. 38) apresenta uma proposta de periodização que descreve as principais fases por quais passou a região Nordeste desde a época da colonização até as décadas recentes. O autor destaca três momentos importantes:

- A consolidação de uma estrutura econômica e social descrita como *Complexo Econômico do Nordeste*, resumida no povoamento e colonização do território posteriormente denominado Nordeste, fundamentado economicamente na exploração da cana-de-açúcar a princípio, mas depois desenvolvendo também a cultura do algodão, fumo e cacau, voltada para o mercado externo. E por outro lado, a pecuária e a agricultura de subsistência.

- A concentração do complexo regional para o mercado interno, articulando-se de forma a manter relações comerciais com outras regiões do país na condição de produtor ou consumidor. Isso por volta do final do século XIX e até a segunda metade do século XX.

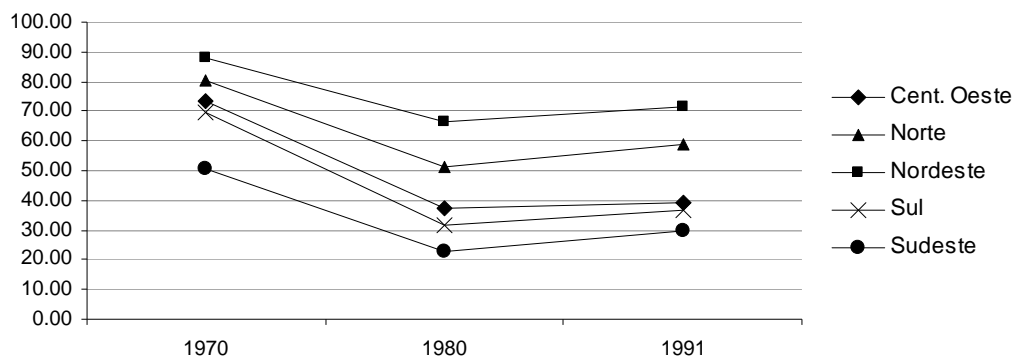
- A superação da articulação comercial anterior, caracterizada – coincidindo com uma importante fase de consolidação da indústria pesada brasileira – pela migração de capital produtivo para regiões periféricas, entre as quais o nordeste, propiciando a integração produtiva dessas regiões, cuja articulação comercial iniciou no momento anterior e agora era fortificada pela presença de capitais dos grandes grupos econômicos já instalados anteriormente nas regiões mais industrializadas.

Na fase da articulação supra citada no processo de integração entre o Nordeste e as outras regiões economicamente mais desenvolvida o Estado teve um papel importante, a idéia era reduzir a disparidades socioeconômicas entre o Nordeste e as demais regiões. Conforme Viana e Fortunato (2007) as políticas implementadas para integrar as regiões Centro-Sul e Nordeste, com a participação preponderante do Estado, foram largamente responsáveis pelo nível de desenvolvimento que o Nordeste tem atualmente, porém não foi possível equipara-lo ao desenvolvimento das regiões mais desenvolvidas.

Conforme os autores, tal equiparação tornou-se mais difícil diante da abertura comercial e financeira vigente na economia brasileira, já que expôs as diferenças regionais de desenvolvimento entre o Nordeste e Sudeste, isso associado ainda as desigualdades contida dentro da própria região Nordeste, no qual as áreas onde conseguirão alcançar níveis de desenvolvimento razoáveis convivem com áreas onde persiste uma grande proporção de pobre.

A propósito, a tal respeito, isto é a pobreza, ao que parece esta persiste por muito tempo na região e tornou-se uma preocupação recorrente do Estado, o qual tem desenvolvido medidas que visam minimizar o problema; uma dessas medidas está relacionada a ações que visam o desenvolvimento regional, como já citado. Outra maneira, de forma mais direta, são os incentivos voltados para abertura de um negócio por parte das camadas socioeconômicas menos favorecidas. O problema pode ser mais bem visualizado no gráfico seguinte.

GRÁFICO 6 – Percentual de Pessoas Pobres nas Regiões Brasileiras



Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA

Periodicidade: Decenal

Unidade: (%)

Comentário: Percentual de pessoas com renda familiar per capita inferior a 50% do salário mínimo de 1º de

Como pode ser visualizado no gráfico acima, o Nordeste tem um histórico de pobreza persistente permanecendo sempre acima das demais regiões, nos anos 70 o percentual de pobres na região era próximo de 90% e embora tenha declinado ao longo dos anos o número de pessoas que vivem com renda que mal dá para alimentar-se permaneceu alto. Entre 1970 e 1991 a redução no percentual de pobres na região foi a menor quando comparada às demais, cerca de 18%; no mesmo período a região Sul conseguiu reduzir a pobreza em cerca de 47%, foi o melhor resultado entre as regiões brasileiras juntamente com o Centro Oeste que conseguiu reduzir, praticamente, ao mesmo montante. Depois do Nordeste o pior resultado foi do Norte, quase 27%, mas ainda assim significativamente melhor que aquele.

Nas seções seguintes analisaremos a eficácia de uma das medidas de combate à pobreza com grande evidência nos últimos anos, a concessão de microcrédito à população pobre excluída do sistema financeiro tradicional. Tal

medida não é uma peculiaridade nordestina, todavia tornou-se uma ação de grande utilização na tentativa de reduzir a pobreza na região, tendo como principal representante o Crediamigo do Banco do Nordeste do Brasil.

3.2. A influência da concessão de microcrédito no índice de pobreza em municípios nordestinos.

3.2.1. Caracterização da pesquisa

Diante de todo contexto apresentado aqui, faz-se necessário avaliar que influência, de fato, a concessão de microcrédito às camadas da população excluída do sistema financeiro tradicional tem sobre a pobreza instalada nos municípios nordestinos do Brasil. Tal abordagem mostra-se relevante, sobretudo para justificar ou não as políticas adotadas pelos governantes no sentido de aumentar a oferta de microcrédito objetivando a geração de ocupação remunerada, como p.ex. o trabalho autônomo e o surgimento de pequeno empreendimento de base familiar, com repercussão direta no nível de pobreza.

Nesse sentido, pretende-se alcançar o objetivo geral da pesquisa que é avaliar o impacto da concessão de créditos na pobreza instalada nos municípios da região nordeste do Brasil. Em termos específicos busca-se averiguar se o número de pessoas atendidas pelo programa de microcrédito é mais importante do que o volume de crédito concedido; verificar quais outros fatores tem influência no combater a pobreza, tais como: o tamanho econômico, a educação, a concentração de renda e as transferências governamentais; examinar se os determinantes da pobreza nordestina em análise aqui exercem influência sobre a pobreza de forma análoga para diferentes estados do nordeste. Por fim, captar quais as principais variáveis, em termos gerais, seriam mais importantes no combate a pobreza municipal nordestina. Nesse ultimo caso, como critério para tal avaliação, leva-se em

conta as variáveis que se apresentarem mais vezes estatisticamente significantes nos modelos simulados nessa pesquisa.

Outros apontamentos da pesquisa; como p.ex. a metodologia, descrição dos dados e a adoção de modelos; serão tratadas em seguida, os quais, dado sua importância estarão em subseções exclusivas.

3.2.2. Aspectos metodológicos

3.2.2.1. O método

Em qualquer trabalho científico é imprescindível a adoção de um método de pesquisa, por outro lado deve-se observar que a utilização de um método não exclui o uso de outros auxiliares, muito embora na pesquisa preponderem determinado método. O uso de uma forma específica de investigação é influenciado principalmente pelos objetivos da pesquisa e pelas aptidões do investigador. Nessa seção pretendemos esclarecer os métodos utilizados nesse trabalho.

As duas primeiras etapas dessa investigação formalizaram-se basicamente por meio de uma descrição acerca do tema proposto, visando demonstrar como e em que níveis estão sendo conduzidos os estudos e debates em torno do assunto. Em termos técnicos podemos dizer que nessas fases preponderou o método sintético, por meio do qual o investigador procura contextualizar um conjunto de informações sobre um determinado fenômeno com base em trabalhos de pesquisas preexistentes.

Na terceira etapa desse trabalho aparece o método analítico, embora de forma secundária. Resumidamente, por definição, esse procedimento de investigação busca estudar os fenômenos através da análise de seus componentes, objetivando identificar as causas primárias do fenômeno. Ou seja, tem como ponto de partida a observação de determinados pontos do objeto de estudo e a partir daí

compreender as principais causas e efeitos do fenômeno. Assim, quando se buscou determinar quais fatores tem influência no nível de pobreza nos municípios nordestinos estamos fazendo uso do método analítico, já que estamos interessados em conhecer quais as causas do maior ou menor nível de pobreza da região estudada.

Porém, nessa fase da investigação o procedimento metodológico predominante é o método matemático através da utilização de modelos. Os modelos econômicos matemáticos são geralmente constituídos por um conjunto de equações que visam descrever a estrutura do modelo. Essas equações auxiliam-nos a estabelecer relações entre variáveis e apresentam-se como um eficiente instrumento de auxílio aos economistas na investigação de determinados fenômenos econômicos. Desse modo, fazendo uso de modelos econométricos, elaborados com o auxílio do *software Eviews*, procuramos tirar um conjunto de conclusões relativo ao microcrédito e pobreza, averiguando a existência de algum grau de causalidade entre estes, e entre a pobreza e outros fatores, tais como: transferências governamentais, produto interno bruto municipal, desigualdade de renda municipal, entre outros.

Conforme afirma Chiang (1982), três tipos de equações podem ser utilizadas nas análises econômicas: equações de definição, equações de equilíbrio e equações de comportamento. Em nosso caso particular estamos interessados nas equações de comportamento para compor nosso modelo.

A equação de definição é explicada como aquela que estabelece uma identidade entre duas expressões que possuem o mesmo sentido. Um exemplo desse tipo de equação é o lucro, definido como sendo a diferença entre receita total e custo total.

Quando o modelo envolve a noção de equilíbrio utilizam-se as equações de equilíbrio. Assim o equilíbrio é formalizado por uma equação que na realidade contem a demonstração matemática do pré-requisito para alcançar o equilíbrio. Um exemplo clássico dessa equação é o equilíbrio de um modelo de mercado, onde o pré-requisito implica igualdade entre a quantidade demandada e ofertada.

Por fim, quando uma equação visa determinar a forma pela qual uma variável se comporta com relação a oscilações em outras variáveis defini-as como de comportamento. É esse tipo de equação que o presente trabalho faz uso para elaboração de seus modelos com vistas a inferir um conjunto de conclusões a respeito do tema em questão.

3.2.2.2. O modelo econométrico

Os modelos propostos nessa pesquisa examinam os determinantes da pobreza nos municípios nordestinos (POB) no ano de 2000. A princípio considerou-se como variável explicativa apenas o tamanho econômico e a concentração de renda, de forma análoga ao apresentado por Diniz e Arraes (2006). Em seguida, foram incluídas como variáveis explicativas as transferências governamentais e a educação, visando verificar se a inclusão destas acarretaria uma melhora no grau de explicação do modelo, tendo em vista que as mesmas aparecem na literatura como sendo possíveis influenciadores da pobreza no Brasil¹⁷. Por fim, inclui-se o microcrédito tentando captar a existência de alguma influência deste na proporção de pobres do nordeste brasileiro.

Para representar o tamanho econômico utilizou-se o PIB municipal (PIB), a fim de verificar se este tem influência na pobreza. A concentração de renda nos municípios (GINI) esta representada nos modelos pelo índice de *Gini* – que mede o

¹⁷ Para ver os achados de outros trabalhos a respeito da influência de tais variáveis na pobreza consultar: Soares *et al* (2006), Diniz e Arraes (2006), Amadeo *et al* (1994) e Rocha (1995).

grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Para educação (IDH-E) utilizou-se como *Proxy* o índice de desenvolvimento humano – educação, o qual é obtido a partir da taxa de alfabetização e da taxa bruta de freqüência escolar nos municípios. Quanto às transferências governamentais (TR) foi representada pelas transferências de aposentadorias, pensões e programas oficiais de auxílio. Por fim, para representar o microcrédito (EMP) utilizou-se o volume de microcrédito acumulado entre os anos de 1998 a 2000 concedido pelo programa Crediamigo do Banco do Nordeste do Brasil.

Visando também captar a influência do pequeno empréstimos na pobreza utilizou-se ainda a variável quantidade de clientes atendidos pelo Crediamigo (CL), esta sendo representada pelo numero de clientes atendidos pelo programa entre os anos de 1998 a 2000.

De modo geral foram analisados os efeitos da concentração de renda (GINI), das transferências governamentais (TR), do tamanho econômico (PIB), da educação (IDH-E) e, sobretudo do microcrédito (EMP) na proporção de pobres (POB) dos municípios nordestinos. A primeira equação considerada segue o mesmo padrão da utilizada por Diniz e Arraes (2006), contemplando apenas duas variáveis explicativas da pobreza; ou seja, o tamanho econômico e a concentração de renda.

$$POP = \beta_0 + \beta_1 GINI + \beta_3 PIB + \mu \quad (1)$$

A Segunda equação incorporou o indice de desenvolvimento humano – educação como *Proxy* da educação objetivando avaliar se esta geraria um modelo com capacidade explicativa nas variações da pobreza maior que o da equação (1). Rocha (1995) reforça que no combate a pobreza o acesso a educação de boa qualidade por parte dos mais pobres é imprescindível, na equação (2) objetivou captar a importância da educação no combate a pobreza.

$$POB = \beta_0 + \beta_1 GINI + \beta_2 PIB + \beta_3 IDH-E + \mu \quad (2)$$

A variável TR (transferências governamentais) teve sua importância avaliada nas equações (3), (4) e (5) sendo que nos modelos considerados não a utilizou conjuntamente com o PIB em virtude de supor haver relação direta entre as duas variáveis, o que acabaria por gerar multicolinearidade nos modelos.

Tal suposição é bastante razoável já que cidades com PIB maior pressupõem maior volume de pessoas empregadas e que, portanto tenderam naturalmente a aposentar-se; e o volume de aposentadorias é um componente de peso nas transferências governamentais. Do mesmo modo, um maior volume de atividade econômica pressupõe maior número de pessoas circulando no mercado de trabalho e, portanto, propensos ao recebimento de seguro-desemprego.

$$POB = \beta_0 + \beta_1 GINI + \beta_2 TR + \beta_3 IDH-E + \mu \quad (3)$$

Por fim, objetivando captar alguma influência do microcrédito sobre a variação na pobreza da amostra considerada, foram consideradas outras duas variáveis. Primeiro foi incluído o volume de microcrédito concedido (EMP), conforme equação (4). Em seguida abstrai-se o volume de crédito concedido e inclui o número de clientes atendidos (CL) como variável do modelo, conforme exposto na equação (5).

$$POB = \beta_0 + \beta_1 GINI + \beta_2 TR + \beta_3 IDH-E + \beta_4 EMP + \mu \quad (4)$$

$$POB = \beta_0 + \beta_1 GINI + \beta_2 TR + \beta_2 IDH-E + \beta_3 CL + \mu \quad (5)$$

Embora as duas variáveis citadas acima representem o microcrédito, a utilização de ambas separadamente objetiva averiguar se o volume de crédito concedido responde de forma diferenciado ao número de clientes atendidos nos modelos considerados.

Com referência à relação matemática o esperado é que o tamanho econômico dos municípios, representado pelo Produto Interno Bruto, aparecesse com sinal negativo, denotando relação com a pobreza, já que não é difícil crer que um aumento na atividade produtiva seja acompanhado de geração de emprego e renda, assim como descreve a literatura econômica.

Da mesma forma o esperado para as transferências governamentais é mostrar-se caminhar no sentido inverso da pobreza; as transferências governamentais são sem dúvida a forma mais imediata de subsidiar os mais pobres e proporcioná-los alguma forma de renda, o que em tese propiciaria a redução da pobreza. Essa tendência é confirmada em uma pesquisa elaborada por Soares *et al* (2006). O trabalho objetivava avaliar a contribuição dos programas de transferência de renda para a redução da desigualdade de renda no Brasil entre 1995 e 2004, bem como seu impacto sobre a pobreza. Os autores concluem que os programas de transferências de renda contribuem na redução da pobreza, porém enfatizam que a maioria dos programas de transferência tem influência limitada sobre a pobreza.

Com relação ao índice de desenvolvimento humano – educação, também se espera que este apareça com sinal negativo, de modo que para uma população com mais educação prever-se um melhor aproveitamento das oportunidades, sobre tudo de ocupações remuneradas; além de aumentar as chances de ter remunerações mais altas.

Uma pesquisa elaborada por Amadeo *et al* (1994) levanta indícios que a educação tem forte influência na desigualdade de renda no Brasil, conforme a pesquisa a educação tem maior poder explicativo na desigualdade brasileira em comparação aos fatores relacionados à segmentação, como p.ex. setor de atividade, e/ou discriminação, como p. ex. idade, gênero e etatus ocupacional. Os autores

afirmam que a desigualdade global no Brasil declinaria 30 a 35% caso os diferenciais de educação não dessem origem a diferenças de salários.

A respeito da concentração de renda, o movimento esperado é no mesmo sentido da pobreza; quanto menor a pulverização das riquezas municipais significa mais pessoas alheias ao processo produtivo, ou se dentro dele, participando com uma proporção bem pequena das riquezas das cidades, o que, em tese, beneficia a pobreza.

Já com relação ao microcrédito espera-se que este tenha sinal negativo, indicando que um aumento na concessão de microcrédito contribuiria na redução da pobreza, assim como prever os defensores do combate a pobreza por meio da concessão de microcrédito produtivo. A idéia é que com a concessão de pequenos créditos produtivos, os mais pobres excluídos do sistema financeiro tradicional possam ter uma ocupação proporcionando-lhe renda continuada e assim atravessem a linha de pobreza no sentido dos não pobres.

3.2.2.3. Base de dados

Os dados utilizados nessa pesquisa foram obtidos através do Banco Central do Brasil, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). Entretanto, os dados usados especificamente nos modelos desse capítulo são oriundos do IPEA e do BNB.

Assim, as informações relativas ao volume de microcrédito concedidos por município nordestino bem como os números de clientes atendidos foram fornecidos pelo BNB; e as informações sobre as demais variáveis foram adquiridas junto ao IPEA através do sítio www.ipeadata.gov.br. Todas as variáveis usadas estão

especificadas abaixo e estão descritas como apresentadas por suas respectivas fontes.

Pobreza - pessoas pobres - Percentual de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a R\$75,50, equivalentes a 1/2 do salário mínimo vigente em agosto de 2000. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

Renda - de transferências governamentais - Equivale à participação das rendas provenientes de transferências governamentais (aposentadorias, pensões e programas oficiais de auxílio, como renda mínima, bolsa-escola e seguro-desemprego, etc) na renda total do município. O universo de municípios da tabela é definido pelo IBGE no levantamento censitário e não necessariamente coincide com o oficialmente existente ou instalado na data de referência.

Renda - desigualdade - índice de Gini - Mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

PIB Municipal - R\$ de 2000 - Deflacionado pelo Deflator Implícito do PIB nacional - Fontes: Para 2002-2005: Sistema de Contas Regionais Referência 2002. Para 1999-2001: Antigo Sistema de Contas Regionais. As estimativas do PIB a custo de fatores e a preços básicos são iguais à soma dos setores: agropecuária, indústria e serviços. Conceito utilizado antes de 1999: a custo de fatores. A partir de 1999 o conceito do PIB utilizado é o de preços de mercado, neste período deve ser acrescentado a *dummy* financeira e os impostos sobre produtos. Para os anos

censitários de 1970 a 1996, elaborado pelo IPEA¹⁸. Para dados anteriores a 1999 as estimativas do PIB das atividades em nível municipal não são consistentes com aquelas em nível estadual e nacional. O problema se deve à utilização de metodologias distintas.

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – educação - Sub-índice do IDH relativo à Educação. Obtido a partir da taxa de alfabetização e da taxa bruta de frequência à escola, convertidas em índices por: $(\text{valor observado} - \text{limite inferior}) / (\text{limite superior} - \text{limite inferior})$, com limites inferior e superior de 0% e 100%. O IDH-Educação é a média desses dois índices, com peso dois para taxa de alfabetização e peso um para taxa bruta de frequência. O universo de municípios da tabela é definido pelo IBGE no levantamento censitário e não necessariamente coincide com o oficialmente existente ou instalado na data de referência.

Empréstimos – volume de microcrédito acumulada nos anos de 1998, 1999 e 2000, concedidos pelo programa Crediamigo do BNB. Os empréstimos concedidos nesse período poderiam chegar a R\$ 4.000,00 por cliente, embora atualmente essa margem seja bem maior. Os valores de 1998 e 1999 foram deflacionados para o ano de 2000 através do IGP-M.

Clientes atendidos – números total de pessoas que obtiveram crédito através do programa Crediamigo nos anos de 1998, 1999 e 2000.

Em virtude do BNB só dispor do volume de empréstimos concedidos por agência, a distribuição do volume de créditos por municípios se deu mediante ponderação pelo PIB municipal de acordo com a jurisdição de cada agência. No entanto, foram feitas simulações supondo que o volume de crédito concedido pelas agências foi todo adquirido por residentes dos respectivos municípios sede das

¹⁸ Para ver metodologia do PIB Municipal de 1970 a 1996 acessar:
http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=947061867&Tick=1217254475812&VAR_FUNCAO=Ser_Temas%28127%29&Mod=R

agências. Isso significa dizer que a grande maioria dos clientes do microcrédito do BNB tinha seus negócios na própria cidade onde estava a agência concedente do crédito. Tal suposição é bastante razoável por vários motivos. Primeiro porque no ano de 2000, período base desse trabalho, o Crediamigo ainda estava dando seus primeiros passos, e estava em fase de conquistas de seus primeiros clientes; é provável que este fosse mais conhecido no município onde estava localizado, já que a própria existência do prédio da agência na cidade já representa um marketing local, e da mesma forma, a proximidade dos clientes é um fator relevante nesse negócio.

Segundo, as agências do Crediamigo são estrategicamente localizadas onde estão seus clientes potenciais, são cidades onde geralmente existe o maior número de microempreendimentos da jurisdição. Locais onde o potencial empreendedor se destaca em relação às demais cidades onde não há agências. Por fim, se considerarmos que, em 2000, segundo relatório do próprio banco, o programa atendeu, aproximadamente, somente três municípios por agências, e observado que dentre as três, a agência sede estava onde apresentava maior potencial empreendedor, podemos afirmar, com pouca margem de erro, que a grande maioria dos clientes estavam nas cidades pólos, isso quando não totalmente.

Quanto a estrutura de dados fez-se uso de dados de cortes transversal ou simplesmente dados de corte (*cross-section*) – os quais representam informações coletadas em determinado ponto do tempo, tais como o caso aqui em voga, PIB municipal, transferências governamentais, distribuição de renda, entre outros, todos coletados para o ano de 2000. Os deflacionamentos, quando feitos, foram feitos para o ano 2000.

Abaixo está descrito o sumário das variáveis utilizadas para 1270 observações, as quais correspondem aos municípios nordestinos sobre jurisdição do Banco do Nordeste.

Tabela 6 – Resumo das Estatísticas Descritivas, Nordeste Brasileiro em 2000.

Variáveis	Média	Intervalo	Mediana	Desvio padrão	Assimetria	Mínimo	Máximo
EMPRÉSTIMOS	295459,447	20901825,669	41239,906	1252920,779	10,648	322,862	20902148,531
POBREZA (%)	69,279	90,275	70,876	10,396	-1,218	2,741	93,016
GINI	0,576	0,437	0,569	0,053	0,496	0,358	0,795
PIB - EM R\$ DE 2000 (mil)	99916,325	9774934,316	20060,845	571407,695	13,251	1785,194	9776719,510
IDH	0,613	0,383	0,609	0,052	0,508	0,479	0,862
TRANSFERÊNCIAS	2277,282	251585,845	713,951	11740,407	15,739	33,385	251619,231

Fonte: BNB e IPEA.

3.2.3. Resultados empíricos

Diante de toda discussão apresentada até o momento resta apresentar os resultados dos testes que buscaram captar a influência de algumas variáveis nos indicadores de pobreza municipais, dando maior destaque, dentre essas, a concessão de microcrédito.

Fazendo uso de uma estrutura de dados de corte transversal e mediante a utilização do método de mínimos quadrados ordinários examinou-se a hipótese das variáveis transferências governamentais, concentração de renda, educação, tamanho econômico e microcrédito terem impacto significativo sobre a pobreza nos municípios nordestinos da amostra.

Após a eliminação de *outliers*, os quais podem resultar em implicações para o pressuposto de homocedastidade do modelo, as estimações ficaram da seguinte maneira:

Tabela 7 - Equações com variáveis determinantes da pobreza dos municípios nordestinos em 2000.

POB	(1)	(2)	(3)	(4)
Constante	57.50886*** (24.03220)	140.7272*** (58.57773)	138.5378*** (56.93177)	140.7738*** (58.57373)
GINI	25.91017*** (6.225851)	28.68077*** (11.05314)	32.09283*** (12.26348)	28.72992*** (11.06780)
PIB	-5.49E-05*** (-21.86826)	-1.92E-05*** (-10.93776)	(-)	-1.81E-05*** (-8.023976)
IDH-E	(-)	-141.5921*** (-44.18822)	-140.7126*** (-44.43760)	-141.7156*** (-44.17356)
TR	(-)	(-)	-0.000892*** (-11.86244)	
EMP	(-)	(-)	(-)	-2.71E-07 (-0.829370)
Nº Observações	1243	1243	1243	1243
R² Ajustado	0.281928	0.721015	0.725278	0.720945
Teste F	244.8163	1070.950	1093.977	803.1819

Nota: Os números entre parênteses representam a estatística t dos parâmetros. Significativos a 1% é denotado por ***, 5% denotado por ** e 10% por *.

Observando os resultados acima pode-se inferir que, conforme o coeficiente de determinação ajustado, o modelo representado pela equação (1) explica aproximadamente 28% das variações na variável *pob*. As demais equações mostraram-se ainda mais explicativas com seus respectivos coeficientes de determinação maior que 70%. Os testes t demonstram que individualmente os coeficientes são estatisticamente significantes. Da mesma forma, o teste F indica que as variáveis conjuntamente também são significativas para os modelos.

Entretanto, apesar dos resultados bastante sugestivos foram realizados testes adicionais para a certificação de que os testes não estivessem subestimados ou superestimados. Um pressuposto importante do modelo clássico linear é que a variância dos termos da perturbação (μ_i) seja constante, tal pressuposto é conhecido como homocedasticidade. Se tal fato não ocorre os testes podem estar comprometidos.

Para verificar se há ausência de homoscedasticidade, ou de outra forma, a presença de heteroscedasticidade no modelo realizou-se o teste de White, bastante

utilizado na literatura econômica. Para essa avaliação contratou-se as seguintes hipóteses.

H_0 : Há homoscedasticidade

H_1 : Há heteroscedasticidade

A avaliação das hipóteses acima através do teste de White sobre a estimação de Mínimo Quadrado Ordinário com modelo linear para os modelos acima resultou em:

Tabela 8 - Resumo do Teste de White para detecção de heteroscedasticidade

Equações		Resultados dos testes		
(1)	F-statistic	14.53943	Probability	0.000000
	R-squared	68.99501	Probability	0.000000
(2)	F-statistic	3.214529	Probability	0.000734
	R-squared	28.49676	Probability	0.000788
(3)	F-statistic	3.420646	Probability	0.000361
	R-squared	30.27947	Probability	0.000393
(4)	F-statistic	2.610745	Probability	0.000976
	R-squared	35.92754	Probability	0.001070

Como pode ser observado na tabela acima a hipótese nula de homoscedasticidade pode ser rejeitada em todas as equações da tabela 7 para um nível de significância inferior a 1%, confirmando assim que a variância do erro modifica com as observações.

Na realidade, esse resultado já era esperado tendo em vista que estamos lidando com dados de corte transversal, onde é trabalhado com um conjunto em certo ponto do tempo, nesse caso os municípios nordestinos, os quais são bastante heterogêneos e por isso aumenta a chance de existir heteroscedasticidade, fato facilmente observado no resumo da estatística descritiva apresentado anteriormente.

Os municípios da amostra apresentam PIB, Índice de pobreza e níveis de transferências bem distintos.

Como tentativa de corrigir o problema, estimou-se o modelo através do método dos Coeficientes de variância de White, já que o mesmo oferece estimadores mais consistentes e erros-padrões robustos, mas ainda assim a heteroscedasticidade persistiu. Desse modo, visando melhorar os resultados do modelo e aumentar a chance ter modelos na presença de homoscedasticidade, foi realizado cortes no sentido de trabalhar com municípios com características mais próximas entre si.

Nos cortes realizados levou-se em conta principalmente o tamanho econômico dos municípios, o estado onde estão inseridos e se o município tem como sede uma agência do Crediamigo. Quanto ao corte por estado, ao tratar as observações nesse nível, podemos reduzir significativamente a heterogeneidade comum em dados de corte, já que as cidades consideradas no modelo pertencem ao mesmo estado e, portanto submetido às mesmas políticas e prioridades do governo estadual. Da mesma forma, é bem mais provável que tenham indicadores econômicos mais próximos entre si, do que quando comparados com municípios de outras cidades; em síntese, características comuns mais parecidas. A respeito do tamanho econômico, a parametrização nesse aspecto objetivou contemplar nos modelos municípios de estados diferentes, mas que, porém não divergissem tanto, ao tratar cidades com desenvolvimento econômico próximos entre si.

1.2.3.1 Corte por tamanho econômico

Nessa estratificação foi considerado o tamanho econômico; de modo que, primeiro levou-se em conta os municípios com produto interno bruto menor que R\$ 50,00 milhões. Em um segundo conjunto de equações contemplou os municípios

com PIB de R\$ 50,00 até R\$ 100,00 milhões. Por fim, tendo em vista que ao considerar produtos internos brutos maiores ocasionam uma redução significativa no número de observações, os dois últimos conjuntos de equações, para não ocasionar amostras significativamente pequenas, contemplam municípios em um intervalo do PIB maior que os anteriores; ou seja, entre R\$ 100,00 e R\$ 200,00 milhões e de R\$ 200,00 a R\$ 500,00 milhões respectivamente para o terceiro e quarto conjuntos de equações.

No primeiro conjunto de equações elaborou-se modelos com dados dos municípios com PIB menor que R\$ 50,00 milhões e eliminação de *outliers*. As cidades consideradas como *outliers* foram Fernando de Noronha e Toritama, ambos nos estado de Pernambuco. Tais cidades apresentaram proporções de pobres bem distintos dos demais municípios. Os resultados estão descritos abaixo.

Tabela 9 – Equações com variáveis determinantes da pobreza dos municípios nordestinos com PIB menor que R\$ 50,00 milhões, em 2000.

POB	(1)	(2)	(3)	(4)
Constante	54.14179*** (22.07621)	96.91905*** (30.96529)	94.94815*** (29.68231)	95.05544*** (29.56406)
GINI	37.16790*** (8.516366)	34.37779*** (9.111163)	36.86628*** (9.459667)	36.81334*** (9.434685)
PIB	-0.000183*** (-9.457697)	-0.000147*** (-8.741597)	(-)	(-)
IDH-E	(-)	-61.71950*** (-18.56748)	-61.53805*** (-18.36860)	-61.63240*** (-18.32802)
TR	(-)	(-)	-0.003308*** (-7.997771)	-0.003264*** (-7.538533)
EMP	(-)	(-)	(-)	-5.03E-07 (-0.345536)
Nº Observações	1014	1014	1014	1014
R² Ajustado	0.114762	0.339380	0.331721	0.331138
Teste F	66.66223	174.4692	168.6112	126.3780

Nota: Os números entre parênteses representam a estatística t dos parâmetros. Significativos a 1% é denotado por ***, 5% denotado por ** e 10% por *.

Na equação (1) as variáveis concentração de renda e o tamanho econômico, esta ultima representada pelo PIB, aparecem com sinal dentro do esperado com relação ao impacto na pobreza. A concentração de renda impactando

negativamente e o tamanho econômico positivamente, ambos estatisticamente significantes a até 1%.

Na regressão (2), com a inclusão da variável educação, representada pelo IDH-E, os resultados praticamente não se alteram, os coeficientes das variáveis se mantiveram próximos da equação anterior e estatisticamente significantes, entretanto o grau de explicação do modelo aumenta de forma considerável, passando de 11,4 para aproximadamente 34%. A substituição do tamanho econômico pelas transferências governamentais representada na equação (2) não proporcionaram mudanças significativas no modelo.

A inclusão do microcrédito, conforme expresso na equação (4), praticamente não modificou os resultados com relação à equação (3) e grau de explicação permaneceu inalterado. Embora o sinal da variável microcrédito tenha ocorrido dentro do esperado esta não se mostrou estatisticamente significativa, diferentemente das demais variáveis, todas significantes a 1%.

Um dos supostos básicos do modelo de regressão afirma que μ precisa ser distribuído normalmente, desse modo procedeu-se ao teste de normalidade dos resíduos para certificar-se da não violação do pressuposto e dar maior confiabilidade as inferências estatísticas dos modelos supracitados.

Para verificar a suposições de normalidades dos resíduos foi realizada a prova de Jarque-Bera com o auxílio do software Eviews. A estatística de Jarque-Bera respectivamente para as equações (1), (2), (3) e (4) foram: 66,47; 54; 45,43 e 47,78 todos com probabilidade associadas próxima de 0,0%. Esses resultados indicam que as equações desse corte não possuem distribuição normal dos resíduos, o que compromete as inferências estatísticas.

A regressão (1) acumulou ainda a violação do pressuposto de autocorrelação serial, e as equações (2), (3) e (4) acumulou a violação do pressuposto de autocorrelação e heteroscedasticidade.

Com esses resultados dos testes as inferências estatísticas para essa estratificação ficam comprometidas, entretanto os resultados aqui alcançados são importantes para comparar com os resultados dos demais cortes.

Na segunda estratificação, como outrora, buscou-se avaliar a influência das transferências governamentais, do produto interno bruto, da distribuição de renda, da educação e dos empréstimos de pequeno porte nos índices de pobreza dos municípios nordestinos, sendo que agora com PIB entre R\$ 50,00 e R\$ 100,00 milhões.

Tabela 10 – Equações com variáveis determinantes da pobreza dos municípios nordestinos com PIB entre R\$ 50,00 e R\$ 100,00 milhões, em 2000.

POB	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Constante	62.98292*** (6.923961)	119.4234*** (14.07753)	115.2785*** (13.54997)	114.3132*** (13.33463)	112.0407*** (13.19393)
GINI	21.55749 (1.539315)	26.31619*** (2.626277)	29.45837*** (2.923007)	30.37426*** (2.998659)	34.62917*** (3.400932)
PIB	-0.000134** (-2.316947)	-2.78E-05 (-0.651701)	(-)	(-)	(-)
IDH-E	(-)	-94.68645*** (-10.35745)	-91.37038*** (-9.942124)	-90.74265*** (-9.843513)	-92.47553*** (-10.22043)
TR	(-)	(-)	-0.000870* (-1.731636)	-0.000996* (-1.916108)	-0.000916* (-1.853852)
EMP	(-)	(-)	(-)	1.21E-06 (0.946079)	(-)
CL	(-)	(-)	(-)	(-)	0.000455** (2.198637)
Nº Observações	114	114	114	114	114
R² Ajustado	0.046981	0.513132	0.524222	0.523768	0.540247
Teste F	3.785288	40.69863	42.50191	32.06979	34.19597

Nota: Os números entre parênteses representam a estatística t dos parâmetros. Significativos a 1% é denotado por ***, 5% denotado por ** e 10% por *.

No conjunto de equações exposto na tabela 10 realizaram-se provas objetivando a constatação da violação de algum pressuposto básico do modelo econométrico. Desse modo, foi aplicado a o teste de White, o teste de Breusch-

Godfrey e a prova de Jarque-Bera; para vitrificar respectivamente se os modelos eram homoscedasticidade, se os resíduos estavam distribuídos normalmente e se os mesmos tinham autocorrelação serial, nesse último caso avaliado até a segunda ordem. Os resultados finais indicaram que nenhuns dos pressupostos foram violados.

Embora o teste F indique que pelo menos uma das variáveis escolhida seja diferente de zero e os sinais estejam dentro do esperado, a primeira equação apresentou-se com grau de explicação praticamente insignificante quando observado o coeficiente de determinação ajustado.

A inclusão do Índice de Desenvolvimento Humano – Educação (IDH-E) na equação (2) modifica largamente o grau de explicação do modelo em relação a pobreza na amostra considerada, insinuando grande importância do aspecto educacional para a regressão em questão. Nessa regressão os sinais também não contradizem ao especificado na literatura e as variáveis aparecem todas significativa a 1%, com exceção do PIB que se mostrou estatisticamente não significativa.

Na equação (3) foi substituído PIB pela transferência governamentais (TR) a fim de tentar captar se a inclusão desta poderia melhorar a capacidade explicativa do modelo. O PIB não pôde ser usado conjuntamente com as transferências governamentais por ocasionar multicolinearidade significativa, confirmando o suposto anteriormente.

Os resultados da terceira equação apontaram para um grau de ajuste e interpretação dos demais indicadores de qualidade do modelo semelhante ao da equação (2). Os sinais continuaram todos dentro do esperado e os parâmetros associados às variáveis não apresentaram alterações significativas. A variável *TR* aparece com sinal negativo e significativa a 10%.

A inclusão do microcrédito; seja representado pelo volume de microcrédito ou pelos números de clientes atendidos, respectivamente nas equações (4) e (5); não melhorou o modelo além de apresentar sinal contrário ao esperado.

Em suma, podemos dizer que nesse conjunto de regressões as equações (2) e (3) apresentaram-se mais adequadas que as demais para explicar a pobreza. Os dois modelos são capazes de explicar mais de 50% das variações na proporção de pobres. A regressão (3), de modo especial, apresentou a vantagem de ter todas as variáveis estatisticamente significantes, sendo que a distribuição de renda e a educação significativas a 1% e as transferências governamentais a 10%.

Na terceira estratificação dentre os cortes considerando o tamanho econômico foi considerado apenas os municípios com produto interno bruto entre R\$ 100,00 e R\$ 200,00 milhões. O resultado do modelo para captar a influência das variáveis *PIB*, *GINI*, *TR*, *EMP* e *CL* sobre a variável *POB*, então, ficou como descrito abaixo.

Tabela 11 – Equações com variáveis determinantes da pobreza dos municípios nordestinos com PIB entre R\$ 100,00 e R\$ 200,00 milhões, em 2000

POB	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Constante	24.34225* (1.770566)	93.42731*** (4.760571)	91.29062*** (4.871361)	92.23753*** (4.910557)	90.61689*** (4.670173)
GINI	61.03371*** (3.069595)	45.42200** (2.557715)	56.75707*** (2.965896)	54.66208*** (2.834976)	57.49348*** (2.890779)
PIB	-2.14E-05 (-0.469764)	-8.05E-06 (-0.201387)	(-)	(-)	(-)
IDH-E	(-)	-82.36942*** (-4.457253)	-84.37772*** (-4.64144)	-84.76647*** (-4.657542)	-84.19336*** (-4.584083)
TR	(-)	(-)	-0.001024 (-1.416797)	-0.000725 (-0.918102)	-0.001032 (-1.412611)
EMP	(-)	(-)	(-)	-9.96E-07 (-0.944864)	(-)
CL	(-)	(-)	(-)	(-)	5.77E-05 (0.152274)
Nº Observações	65	65	65	65	65
R² Ajustado	0.110018	0.317660	0.338959	0.337795	0.328201
Teste F	4.955783	10.93161	11.93899	9.161690	8.816649

Nota: Os números entre parênteses representam a estatística t dos parâmetros. Significativos a 1% é denotado por ***, 5% denotado por ** e 10% por *.

Dentre as equações acima, as equações (1), (2) e (3) apresentam-se com sinais dentro do esperado. Nesse conjunto de equações o tamanho econômico e as transferências governamentais não se mostraram estatisticamente significantes. Já a educação e a concentração de renda mais uma vez mostram-se importantes na explicação da pobreza.

Como nos modelos anteriores, aqui também a inclusão do microcrédito quando não apresentou sinal diferente do esperado, como exposto na equação (5), mostrou-se estatisticamente não significativa, como expresso na regressão (4).

Contudo, nesse conjunto de equações as inferências estatísticas ficaram comprometidas em virtude das regressões dessa estratificação apresentarem distribuição dos resíduos não normal, ocasionando o mesmo problema detectado na primeira estratificação dos dados. O teste de Jarque-Bera, como outrora, nos ajudou a detectar a violação desse pressuposto¹⁹.

Os resultados para estratificação dos municípios com produto interno bruto entre R\$ 200,00 e R\$ 500,00 milhões foram mais promissores em se tratando da não violação dos pressupostos básicos. Submetidos os modelos aos testes de verificação de possíveis violações dos pressupostos do modelo de regressão, observou-se que em todos os testes a hipótese nula foi aceita; isto é, os modelos não estão diante de heteroscedasticidade, não possuem autocorrelação serial, nem apresentam multicolinearidade e tem distribuição normal em seus resíduos. Na tabela 12 estão postos os resumos das regressões.

¹⁹ Muitas vezes a violação da normalidade está ligada à omissão de variáveis explicativas importantes, inclusão de variáveis explicativa irrelevante para o modelo e/ou má especificação da forma funcional. Assim várias simulações foram feitas incluindo novas variáveis e/ou excluindo outros, bem como a modificou-se diversas vezes a forma funcional, entretanto em todas as formulações o problema persistiu.

Tabela 12 – Equações com variáveis determinantes da pobreza dos municípios nordestinos com PIB entre R\$ 200,00 e R\$ 500,00 milhões, em 2000

POB	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Constante	55.29480*** (3.852693)	110.5109*** (6.844030)	98.21714*** (6.308028)	92.96179*** (5.940240)	93.56666*** (6.168910)
GINI	2.481104 (0.107777)	7.604514 (0.415389)	21.96750 (1.248677)	26.08883 (1.493589)	23.16521 (1.367260)
PIB	-1.47E-05 (-1.227751)	-6.62E-08 (-0.006651)	(-)	(-)	(-)
IDH-E	(-)	-80.27847*** (-4.826110)	-71.29028*** (-4.761660)	-67.45596*** (-4.527743)	-68.53981*** (-4.734721)
TR	(-)	(-)	-0.000512** (-2.606759)	-0.000715*** (-3.071747)	-0.000457** (-2.390902)
EMP	(-)	(-)	(-)	8.59E-07 (1.554925)	(-)
CL	(-)	(-)	(-)	(-)	0.000414* (1.985754)
Nº Observações	41	41	41	41	41
R² Ajustado	0.039539	0.362787	0.461655	0.481523	0.501323
Teste F	0.782171	8.591115	12.43394	10.28724	11.05307

Nota: Os números entre parênteses representam a estatística t dos parâmetros. Significativos a 1% é denotado por ***, 5% denotado por ** e 10% por *.

Os sinais das equações, com exceção da (4), ocorreram dentro do esperado, a equação (1) não apresentou grau de ajuste significativo. A inclusão do microcrédito quando não apareceu com sinal diferente do esperado, mostrou-se estatisticamente não significativa pela avaliação do teste t. Como outrora as equações (2) e (3) foram as quais se mostraram mais adequadas para explicar a pobreza municipal nordestina.

Os resultados seguiram indicando que as transferências governamentais embora estatisticamente significantes pelo t-estatístico têm parâmetro associado baixo, denotando pouco influência sobre a pobreza. O IDH-E também seguiu a tendência anterior e mostrou-se bastante relevante para o modelo. Por outro lado, a concentração de renda agora não mais se apresentou, para essa amostra de municípios com PIB maior, estatisticamente significativa.

Em suma, para esse corte podemos concluir que o tamanho econômico não se mostrou muito relevante em explicar as variações na proporção de pobres do nordeste, na maioria das regressões essa variável mostrou-se estatisticamente não

significante e quando significativo com parâmetros de pouca magnitude. Já as transferências governamentais aparecem significativas na maioria das regressões, principalmente nos municípios com PIB menor, contudo a capacidade de influenciar a pobreza seja pequena.

Em relação à concentração de renda essa variável mostrou-se mais decisiva que as variáveis supracitadas em explicar a pobreza e aparece significativa em todos os conjuntos de regressões, com exceção do conjunto que considera o PIB maior. Da mesma forma, a educação demonstrou ter grande influência nas variações da pobreza na amostra considerada, é mister mencionar que esta última variável mostrou-se significativa em todos os conjuntos de regressão, e quando incluída nos modelos aumentou significativamente o grau de explicação da regressão.

Quanto ao microcrédito, a inclusão dessa variável não proporcionou melhoras nos modelos. Seja quando representada pelo volume de crédito concedido ou pelo número de clientes atendidos, tal variável ora apresentou-se com sinal diferente do esperado, ora estatisticamente não significativa. Em síntese, não foi possível captar nenhuma influência dessa variável sobre a pobreza dos municípios nordestinos.

1.2.3.2 Corte por Estado

Com o objetivo de verificar se as variáveis PIB, GINI, TR, IDH-E e EMP apresentam influência na pobreza de forma similar para diferentes estados do nordeste considerou-se outro corte, agora, não mais considerando o tamanho econômico, mas sim o estado a que pertence o município. Abaixo estão apresentados somente os estados cujos respectivos modelos não apresentaram

problemas relacionados a violações dos pressupostos básicos da regressão econométricas ou que se violou algum dos pressupostos sua correção foi possível.

Tabela 13 – Equações com variáveis determinantes da pobreza dos municípios nordestinos de estados selecionados, em 2000.²⁰

POB	ALAGOAS		BAHIA		CEARA		SERGIPE	
	(2)	(3)	(2)	(3)	(2)	(3)	(2)	(3)
Constante	111.1602*** (13.01495)	111.0421*** (13.00994)	111.0628*** (19.12987)	107.2649*** (18.55640)	95.88493*** (7.190943)	93.64812*** (7.034512)	128.7533*** (8.355976)	129.2616*** (8.409340)
GINI	23.82126** (2.590322)	23.58410** (2.561544)	20.63749*** (3.518876)	26.98119*** (4.496585)	41.84695*** (3.851371)	46.64271*** (4.226218)	11.38120 (0.665401)	9.955914 (0.591254)
PIB	-7.99E-06 (-0.279280)	(-)	-9.44E-05*** (-5.601226)	(-)	-7.74E-05*** (-2.743194)	(-)	-0.000218*** (-4.411393)	(-)
IDH-E	-79.90285*** (-8.782874)	-79.95997*** (-8.721178)	-71.65150*** (-10.41420)	-70.51188*** (-10.40403)	-65.55787*** (-4.471010)	-66.09030*** (-4.554162)	-88.92488*** (-5.587466)	-89.39096*** (-5.575081)
TR		8.88E-05 (0.099481)		-0.003195*** (-6.565391)		-0.002278*** (-2.967490)		-0.005764*** (-4.462992)
EMP								
Observações	64	64	276	276	82		40	40
R² Ajustado	0.617473	0.597891	0.380681	0.404202	0.398260	0.407139	0.513414	0.525725
Teste F	32.28385	32.22459	34.80718	38.31323	18.86990	19.54190	11.28756	11.80767

Nota: Os números entre parênteses representam a estatística t dos parâmetros. Significativos a 1% é denotado por ***, 5% denotado por ** e 10% por *.

Como outrora foram colocados as transferências governamentais e o produto interno bruto em modelos separados a fim de evitar multicolinearidade. O pressuposto de haver relação positiva entre tais variáveis foram confirmados também nesse corte. Testes²¹ demonstraram existir correlação entre as duas variáveis na proporção de aproximadamente 82%, 86%, 91% e 89% respectivamente para Alagoas, Bahia, Ceará e Sergipe.

O segundo modelo em cada conjunto de equações mostrou-se um melhora no grau de explicação pouco significativo em relação ao primeiro modelo, a exceção

²⁰ O modelo cujas observações consideram os municípios baianos, e apresentou autocorrelação serial necessitando de correção. Nesse sentido, foi incluído duas novas variável explicativa no modelo definida como ar(1) e ar(2). Esse processo consiste em corrigir a autocorrelação mediante a utilização de um processo auto-regressivo de primeira e segunda ordem. O mesmo ocorreu com o modelo sergipano, entretanto a inclusão de um único termo foi suficiente para resolver o problema.

²¹ Os testes para detecção de multicolinearidade foram realizados com o auxílio do software Eviews 4.0.

foi o estado de Alagoas, onde a substituição do PIB pelas transferências governamentais gerou sinal diferente do esperado.

Em relação ao comportamento dos parâmetros individualmente, observa-se que os determinantes da pobreza seguem a mesma tendência para os diferentes estados com exceção de Sergipe. Para os municípios alagoanos, baianos e cearenses a concentração de renda mostrou-se estatisticamente significativa para influenciar a pobreza nas cidades desses estados. Já as proporções de pobres nas cidades sergipanas não se mostraram estatisticamente sensíveis a concentração de renda.

Quanto às demais variáveis, o tamanho econômico aparece estatisticamente significativo para os estados da Bahia, Ceará e Sergipe. Já o índice de desenvolvimento humano – educação foi preservada a tendência denotada nos modelos anteriores demonstrando importante capacidade dessa variável em influenciar os níveis municipais de pobreza. Em todos os estados o IDH-E aparece significativo estatisticamente e com parâmetros associados consideráveis.

Por fim, a inclusão do microcrédito a fim de perceber possíveis melhorias no grau de explicação dos modelos acima não gerou melhoria nos resultados e ainda os sinais não ficaram dentro do esperado. Mesmo nos modelos em que os sinais ficaram dentro do esperado os parâmetros associados apresentaram-se estatisticamente não significativos. Tal afirmativa é válida tanto quando usou volume de crédito concedido para representar o microcrédito, quanto pelo número de clientes atendidos pelo programa.

1.2.3.3 Corte por cidade sede de agência

Nessa subseção considera-se na amostra apenas as cidades sede das agências do Crediamigo e como sendo estas as únicas consumidoras do pequeno

crédito do programa em sua jurisdição, por motivos já argumentados. Os resultados das regressões nesse corte estão colocados abaixo.

Tabela 14 – Equações com variáveis determinantes da pobreza dos municípios nordestinos em 2000. Corte por cidade sede.

POB	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
Constante	31.99541** (2.158916)	128.2818*** (10.89348)	122.6593*** (10.66973)	117.9319*** (10.18721)	117.8715*** (10.35326)
GINI	39.30429 (1.616080)	50.74268*** (3.431272)	55.98497*** (3.817221)	56.49049*** (3.910106)	54.96573*** (3.841954)
PIB	-3.62E-06*** (-6.604837)	-7.04E-07* (-1.742920)	(-)	(-)	(-)
IDH-E	(-)	-136.9674*** (-12.66797)	-133.4509*** (-13.17743)	-126.6475*** (-11.99197)	-124.9244*** (-11.90530)
TR	(-)	(-)	-4.96E-05*** (-2.738015)	-3.19E-05 (-1.595537)	-1.82E-05 (-0.828877)
EMP	(-)	(-)	(-)	-3.03E-07* (-1.960110)	(-)
CL	(-)	(-)	(-)	(-)	-0.000904** (-2.401985)
Observações	96	96	96	96	96
R ² Ajustado	0.304799	0.743923	0.755399	0.762729	0.767455
Teste F	21.82552	92.99399	98.79587	77.34639	79.38067

Nota: Os números entre parênteses representam a estatística t dos parâmetros. Significativos a 1% é denotado por ***, 5% denotado por ** e 10% por *.

Todas as equações da tabela 14, como outrora, foram submetidas a testes, para verificação de possíveis violações dos pressupostos de homoscedasticidade, multicolinearidade, normalidade dos resíduos e autocorrelação serial; nenhum desses pressupostos foi violado.

O primeiro modelo considerado nessa estratificação consegue explicar cerca de 30% nas variações da pobreza. Também aqui, como os modelos dos demais cortes, a inclusão da educação representou melhora no grau de explicação do modelo, conforme pode ser visualizado na equação (2). A inclusão do índice de desenvolvimento humano – educação não altera os sinais do modelo, aparece indicativo a 1% e as variáveis GINI e PIB aparecem significativas a até 1 e 10% respectivamente. Da mesma forma, o grau de explicação do modelo aumenta significativamente, denotando que um maior investimento em educação contribui de forma considerável para a redução da pobreza.

Na equação (3) a substituição do PIB pelas transferências governamentais não representou uma melhora significativa para o modelo, todas as variáveis continuam significativas, com sinal dentro do esperado, com parâmetros associados bem próximo do anterior e o grau de explicação do modelo praticamente não se altera.

Com a inclusão do microcrédito na equação (4) como variável explicativa, os parâmetros das variáveis GINI e IDH-E praticamente não alteram e continuam estatisticamente significativas a 1% e os sinais de todas as variáveis continuam dentro do esperado. Entretanto as transferências governamentais passam a não serem mais estatisticamente significantes. O microcrédito apresenta-se significativo a 10% e com sinal negativo. Contudo, apesar de estatisticamente significante, o coeficiente associado a ele indica que sua influência em reduzir a pobreza é pequena. Nesse sentido, para essa amostra e conforme o modelo seria necessário um investimento muito grande para reduzir a pobreza através da concessão de microcrédito.

Como visto na subseção que trata da focalização existe um discurso buscando demonstrar a importância das políticas de microcrédito ter o público alvo bem definido, buscando, sobretudo, atingir os mais pobres por estes serem os principais excluídos do sistema financeiro tradicional. Nesse contexto, o aumento no volume médio de crédito concedido, como forma de aumentar o rendimento da operação, é tratado como um fator que pode representar um entrave no objetivo focalizador, tendo em vista que o aumento no volume médio de microcrédito pode provocar um direcionamento do crédito para uma camada da população que estar fora da linha de pobreza.

Diante desse quadro e tentando captar o sentido dessa discussão executou-se um exercício econométrico que consiste na substituição da variável EMP, microcrédito, pela variável CL, quantidade de clientes atendidos pelo programa Crediamigo. O objetivo é verificar se a quantidade de pessoas atendidas mostra-se mais significativa no combate a pobreza que a volume total de crédito de pequeno porte concedido. O resultado dessa simulação esta representado na equação (5) da tabela 14.

Comparando a equação (4) e (5) percebe-se que praticamente não há diferença nos resultados, as variáveis na equação (5) continuam todas significativas com sinais dentro do esperado e o grau de explicação do modelo permanece em torno de 76%. Apesar da variável CL aparecer significativa a 5% ao passo que a variável EMP apresenta-se significativa só a 10%, a substituição de um pela outro não representou uma melhora no modelo nem indicou de forma significativa maior poder de influenciar a pobreza.

De modo geral, considerando conjuntamente os achados desse trabalho, constata-se que os resultados alcançados estão bem próximos de outros estudos sobre tema, seja no corte por tamanho econômico, seja no corte por estado, ou ainda na estratificação que levou em conta apenas às cidades onde tinham uma agência do programa em pauta (Ver Diniz e Arraes (2006); Oliveira e Lima (2005) e Soares *et al* (2006)).

O tamanho econômico apresentou-se em parte dos cortes considerados estatisticamente significantes, entretanto com pequena capacidade de influenciar pobreza. As transferências governamentais seguiram uma tendência parecida, aparece estatisticamente significativa na maioria dos modelos, porém com

capacidade limitada de explicar as variações na proporção de pobres municipais, embora se perceba uma leve vantagem dessa em relação ao tamanho econômico.

Já a concentração de renda os resultados indicaram que esta tem importância considerável para explicar os indicadores de pobreza, na grande maioria dos modelos aqui considerados a concentração de renda não só aparece com sinal conforme a literatura econômica como também se mostra estatisticamente significativa. Resultado semelhante pode ser visto em Diniz e Arraes (2006) ao utilizar os estados brasileiros como amostra e considerar o tamanho econômico e a concentração de renda como variáveis explicativas da pobreza no Brasil.

A respeito do índice de desenvolvimento humano – educação, que é obtido com base na taxa de alfabetização e frequência escolar nos municípios, este se apresentou de forma bem decisiva nos modelos independente do corte considerado. Em todas as simulações econométricas aqui evidenciadas, tal índice, que foi posto como *Proxy* da educação, mostrou-se estatisticamente significativa e com influência expressiva. A inclusão dessa variável nos modelos aumentou largamente o grau de explicação dos modelos quando comparado aos modelos que não a continham. Isto só reforça a importância da educação no combate a pobreza. Mais eficiente que outras medidas, o investimento em educação tem efeito em cadeia, influenciando positivamente diversos setores da economia, inclusive possibilitando aqueles que estão abaixo da linha de pobreza a concorrer no mercado de trabalho por igual com outras camadas sociais com nível de escolaridade geralmente superior aos denominados pobres.

Amadeo *et al* (1994) apresentam evidências de que a educação tem influência importante nas diferenças de renda da população brasileira, de modo que entre 30 e 35% da desigualdade global no Brasil seria sanada caso a parte do

problema da desigualdade que tem origem na disparidade educacional fosse resolvida. Ponto de vista compartilhado por Rocha (1995).

Por fim, quanto ao microcrédito não se constatou influência significativa dessa variável no modelo, exceto no corte considerando apenas as cidades sede; embora nesse último caso, apesar de estatisticamente significante, com grau de influência bastante limitado, independente da variável que representou o microcrédito, volume de crédito concedido ou número de clientes atendidos.

Contudo esse resultado deve ser visto com cautela. Em primeiro lugar é importante frisar que a pobreza aqui é entendida como o percentual de pessoas com renda domiciliar per capita inferior a meio salário mínimo vigente em 2000 (R\$ 75,50), conforme critérios oficiais; desse modo se o microcrédito foi importante para aumentar ou gerar renda a pessoas que estivessem acima desse nível de renda o modelo na captaria, até porque essas pessoas não são consideradas pobres pelos critérios adotados. Assim se essa hipótese estiver correta as concessões de microcréditos necessitariam ser melhor focalizado.

Em segundo lugar, de forma análoga, se os pequenos empréstimos geraram e/ou aumentaram renda porém não suficiente para ultrapassar a linha de pobreza, nenhum dos modelos aqui conseguiria captar. Nesse caso, o microcrédito estaria bem focalizado, mas não eficiente o bastante para fazer com que os pobres aumentassem suas rendas domiciliar per capita o suficiente para ultrapassar a linha de pobreza.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas o combate a pobreza por meios de concessões de pequenos créditos ganhou espaço nas políticas públicas, de modo que os debates em torno do tema acirraram-se. O presente trabalho teve como objetivo central avaliar a influência das concessões de microcréditos na redução da pobreza, entretanto secundariamente tentou-se captar a influência de outras variáveis no combate a pobreza; ou seja, da concentração de renda, das transferências governamentais, do tamanho econômico e da educação.

Na primeira parte do trabalho mostrou-se o funcionamento do mercado de crédito descrevendo algumas características marcantes nesse tipo de mercado, bem como foi discutido o papel do sistema financeiro na economia, apresentando evidências da relação entre o sistema financeiro e o econômico. Por outro lado, nessa mesma fase do trabalho, pode ser visto a preocupação com relação a pobreza no Brasil e no Mundo e ainda a falta de concordância a respeito da mensuração da pobreza o que cumula em níveis de pobreza bastante diferentes para um mesmo estado dependendo da metodologia a ser utilizada.

No segundo momento mostrou-se o debate acerca da busca da redução da pobreza através da concessão do microcrédito. Assim pôde ser observado como cresceu nas últimas décadas, não só no Brasil, mas também neste, a importância dada ao pequeno crédito como política de combate a pobreza. Nessa seção ficou evidenciada a preocupação recorrente das políticas de microcréditos focalizarem os mais pobres, e por outro lado ser possível a sustentabilidade das instituições de microfinanças.

No capítulo principal, com instrumental econométrico examinou-se a importâncias de algumas variáveis, sobretudo do microcrédito, na redução da

pobreza, chegando à conclusão que a educação tem grande importância para explicar as variações nas proporções de pobres dos municípios nordestinos. Essa variável em todos os modelos apresentou-se estatisticamente significativa.

A concentração de renda também demonstrou ser importante para explicar as variações nas proporções de pobres municipais, aparecendo estatisticamente significativa na grande maioria dos modelos. Seu efeito positivo na pobreza foi constatado principalmente nos modelos que consideram cidades com tamanho econômico menor.

Já as demais variáveis, de modo geral, apresentaram importância limitada em explicar a pobreza nas cidades nordestinas. As transferências governamentais e o tamanho econômico ora aparece estatisticamente significativa, ora não significativa, entretanto quando significativa, com parâmetros associados pequenos, denotando pouca influência.

A respeito do microcrédito como redutor da pobreza este não se mostrou significativo para o período avaliado, apenas mostrou-se estatisticamente significativo no corte que considera as cidades sede do programa aqui em voga. Todavia resta-nos questionar a relação de causalidade, seria o microcrédito que influencia a pobreza nessas cidades; ou as cidades com economia mais desenvolvida e, portanto possivelmente com menos pobres, que se interessam mais por crédito.

De modo geral, fica a contribuição desse trabalho no âmbito da literatura econômica, fornecendo evidências que, conforme os modelos apresentados, as políticas voltadas para distribuição de renda e principalmente os investimentos em educação da população pobre seriam mais eficazes no combate a pobreza

municipal presente no nordeste que as transferências governamentais e concessão de créditos pequenos.

Porém é importante frisar que pouco efeito teria sobre a pobreza uma política voltada para ampliação educacional se esta não conseguisse alcançar a população abaixo da linha de pobreza, na realidade o resultado poderia apresentar um efeito adverso, no sentido de que, se os menos favorecidos não fossem alcançados pelas políticas educacionais isso acabaria por distanciar ainda mais as classes populacionais situada nos lados opostos da fronteira que divide pobres e não pobres.

5. BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Cristiano Oliveira de; LIMA, Francisco Soares de. Impacto do Crescimento, da Concentração da Renda e das Transferências Intergovernamentais sobre a Pobreza nos Municípios Brasileiro . In: **IX Encontro Regional de Economia**, Fortaleza – CE. 2005

ALMEIDA, Leonor Martins de - **Fluidez e actividade do retículo sarcoplásmico**. Coimbra: ls. n., 1987. Dissertação apresentada à Fac. de Farmácia da Universidade de Coimbra..

AMADEO, E. et al. A Natureza e o Funcionamento do mercado de trabalho desde 1980. Rio de Janeiro: **IPEA**, 1994. (Texto para discussão n. 353).

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Boletim Mensal do Banco Central do Brasil**. Dez. 2007. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/ftp/histbole/BT-200712P.ZIP>>. Acesso em: 20 jan. 2008.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Relatório de Economia Bancária e Crédito. Disponível em: http://www.bcb.gov.br/Pec/spread/port/relatorio_economia_bancaria_credito.pdf. Acesso em 2 dez. 2007.

_____. **Relatório de Economia Bancária e Crédito**. 2006. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/?RELECON06>>. Acesso em: 20 jan. 2008.

BOTELHO, Marisa dos Reis Azevedo ; RIBEIRO, Rodrigo Gurgel Cherubino . A oferta de microcrédito: distanciamento do objetivo de contribuição no combate à pobreza a partir da atuação segundo a alógica do sistema bancário. In: XI Encontro Nacional de Economia Política, 2006, Vitória (ES). **Anais do XI Encontro Nacional de Economia Política**, 2006. p. 1-25.

BRUSKY, Bonnie, FORTUNA, João Paulo. **Entendendo a demanda para as microfinanças no Brasil: um estudo qualitativo em duas cidades**; programa de desenvolvimento institucional. Rio de Janeiro: BNDES, 2002.

CALDAS, Eduardo de Lima . Experiências de Microcrédito. In: XXIII ENANPAD - Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração, 1999, Foz do Iguaçu - PR. **Anais do XXIII ENANPAD - Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração**, 1999.

CALDAS, Eduardo de Lima. Da Experiência do Microcrédito à Microfinança. **Revista Diálogo Econômico Local**, nº1, julho de 2003.

CÂNDIDO JR., J. O., MATOS FILHO, J. C Poupança privada e sistema financeiro: possibilidades e limitações. Rio de Janeiro: **Ipea**, jun. 1997 (Texto para Discussão, 488).

CARVALHO, Carlos E.; Abramovay, Ricardo . O difícil e custoso acesso ao sistema financeiro. In: Santos, Carlos A. (Org.). **Sistema Financeiro e as Micro e Pequenas Empresas: Diagnósticos e Perspectivas**. 1º ed. Brasília: Sebrae, 2004, v. 1, p. 17-54. Disponível em < <http://www.econ.fea.usp.br> >. Acesso em: 20 jun. 2008.

CAVALCANTE, Luiz Ricardo. Intermediação Financeira e Desenvolvimento Econômico: As Visões Keynesianas. **Revista Desenbahia**; pág. 47 a 63; nº 4 / mar. 2006. Disponível em: <<http://www.desenbahia.ba.gov.br> > Acesso em: 10 jun. 2008.

CEPAL - SERIE Desarrollo productivo. N° 168. Crédito bancário no Brasil: Participação das pequenas empresas e condições de acesso. Brasília, novembro del 2005. Disponível em: <<http://www.eclac.org> > Acesso em: 11 Ago. 2008.

CHIANG, Alpha, **Matemática para Economista**, São Paulo: MAKRON Books, 1982.

DESENBOLSO ANUAL DO SISTEMA BNDES. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/estatisticas/download/Int2%20ID%20a%20porte.pdf>> Acesso em 22 mai. 2008.

DINIZ, Marcelo Bentes ; ARRAES, Ronaldo de Albuquerque. Novas Evidências para as Taxas de Pobreza para os Estados Brasileiros. In: **Encontro Regional de Economia do Nordeste, XI**, 2006, Fortaleza.

FONTES, Angela M. Mesquita; DIOGO, Pedro Nogueira Gonçalves e MARCHESINI, Rodrigo. Desenvolvimento econômico local e o setor de microfinanças. Painel: A reforma do estado e da administração pública sob a ótica do desenvolvimento local: novos temas para discussão? Trabalho apresentado no **VIII Congresso Internacional del CLAD sobre la Reforma del Estado y de la Administración Pública**, Panamá, 28-31 Oct. 2003.

GIBBONS, D. S.; MEEHAN, J. W. El reto de la Cumbre del Microcrédito: Alcanzar la autosuficiencia financiera a la vez que se mantiene el compromiso de atender las necesidades de las familias más pobres. Ponencia presentada en la Reunión de Consejos de la Cumbre de Microcrédito, Abidjan, Costa de Marfil, junio de 1999.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. Trajetória econômica de uma região periférica. **ESTUDOS AVANÇADOS**. 11(29): 37-54, jan.-abr. 1997.

GUJARATI, D. N. **Econometria Básica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

HOFFMANN, Rodolfo e KAGEYAMA, Angela Antonia. Pobreza no Brasil: Uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade** (UNICAMP), v. 15, p. 79-112, 2006.

KAR, Muhsir e PENTECOST, Eric J. **Financial Development and Economic Growth in Turkey: Further Evidence on the Causality Issue**. Department of

Economics Loughborough University; 2000, (Economics Research Paper n° 00/27). Disponível em: < <http://www.econturk.org> >. Acesso em: 10 mar. 2008.

KEYNES, J. M. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro**. São Paulo, Abril Cultural, 1983

KING, Robert G. e LEVINE, Ross. (1993). Finance and Growth: Schumpeter Might Be Right . **Quarterly Journal of Economics**, v. 108, n. 3, Agosto, p. 717-737. Disponível em: < <http://ideas.repec.org/p/wbk/wbrwps/1083.html>>. Acesso em: 02 jun. 2008.

LEVINE, Ross (1997). Financial Development and Economic Growth: views and agenda. **Journal of Economic Literature**, v. 35, n. 2, Junho, p. 688-726.

LHACER, Priscilla M. Vila. **Acesso ao Crédito pela População de Baixa Renda: a experiência do microcrédito e o mecanismo de aval solidário**. Dissertação apresentada à Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de mestre em economia. São Paulo: 2003.

LIMA, Adelaide Motta De e LOPES, Vitor. Arranjos produtivos locais: conceito e experiências em discussão. Revista **Conjuntura. & Planejamento**. SEI, Salvador, n.114, p.26-30, Novembro. 2003.

LLISTERRI, Juan J. **Alternativas operativas de sistemas de garantías de crédito para la mipyme**. Banco Interamericano de Desarrollo: Serie de informes de buenas prácticas del Departamento de Desarrollo Sostenible, febrero de 2007. Disponível em: <www.iadb.org/sds/msm>. Acesso em: 05 fev. 2008.

MARQUES JR., Túlio E. e PORTO JR., Sabino S. (2004). Desenvolvimento financeiro e crescimento econômico no Brasil – Uma avaliação econométrica. PPGE/UFRGS. (Trabalho para Discussão. No. 11)

MATOS, Orlando Carneiro. **Desenvolvimento do Sistema Financeiro e Crescimento Econômico no Brasil: Evidências de Causalidade**. Trabalhos para discussão do Departamento de Estudos e Pesquisas do Banco Central do Brasil, n. 49, 2002.

MEYER, R.L. **Track Record of Financial Institutions in Assisting the Poor in Asia**. Manila: Publication Unit, Decembers, 2002. p 34. (ADB Institute Research Paper, 49). Disponível em: <<http://www.adbi.org>>. Acesso em: 02 dez. 2007.

MUKHERJEE, J. **State-owned development banks in microfinance**. CGPA, 1997. (Focus Notes, 10). Disponível em: www.cgap.org. Acesso em: 08 nov. 2007.

NICHTER, Simeon, GOLDMARK, Lara, FIORI, Anita. **Entendendo as microfinanças no Brasil**. Rio de Janeiro: PDI/BNDES, 2002. 61p.

NITSCH, M.; Santos, C. A. Da Repressão Financeira ao Microcrédito: notas sobre princípios e alternativas institucionais para expansão da “fronteira financeira”. In: **Revista de Economia Política**, Vol. 21 (4), No. 84. Ano 2001

PAIVA, Luis H. GALIZA, Marcelo. Microcrédito: alternativas em evidência no país. In: **Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise**, n.º 19. IPEA/MTE, 2002, pp. 44-50.

PASSOS, A. Ferreira dos. PAIVA, L. H. GALIZA, M. CONSTANZI, R. N. Focalização, sustentabilidade e marco legal: uma revisão da literatura de microfinanças. In: **Mercado de Trabalho – Conjuntura e Análise**, n.º 18. IPEA/MTE, 2002a, pp. 41-61.

PASSOS, A.; e COSTANZI, R. Proger Urbano: uma avaliação da geração de empregos formais. **Boletim de Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise**, no 4. IPEA, fevereiro de 2002b.

PINDYCK, Robert e RUBENFELD, D. **Microeconomia**, 2ª ed. São Paulo: Makron Books, 2002

ROCHA, Sonia. Poverty Lines for Brazil. New Estimates from recent empirical evidence. (**Relatório para o Banco Mundial**), 1993.

_____. A Estrutura do Consumo das Famílias Metropolitanas em São Paulo e Recife: evidências e implicações. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, v.25, n.2, p.297-322, ago. 1995.

_____. Governabilidade e Pobreza os Desafios dos Números. Rio de Janeiro: **IPEA**, fev. 1995 (Texto para Discussão, 368).

_____. Do consumo observado à linha da pobreza. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, n.27, ano2, p.313-51, ago. 1997.

_____. Desigualdade regional e pobreza no Brasil: a evolução – 1981/95. Rio de Janeiro, **IPEA**, Junho 1998 (Texto para Discussão 567).

_____. Estimção de Linhas de Indigência e de Pobreza: Opções Metodológicas no Brasil. In: Henriques (org.), **Desigualdade e Pobreza no Brasil**, Rio de Janeiro, IPEA, 2000.

_____. **Pobreza no Brasil. Afinal de que se trata ?**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. Impacto sobre a Pobreza dos Novos Programas Federais de Transferência de Renda. In XXII Encontro Nacional de Economia. **Anais...**, 2004.

SANDRONI, Paulo. **Novo Dicionário de Economia**. São Paulo. BEST SELER, 1994.

SANTOS, Carlos A.; Microcrédito: notas sobre as características da demanda; **Políticas Sociais**, IPEA N. 4, p. 119-126, 2002.

SCHUMPETER, J.A. **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo, Abril Cultural, 1983.

SEBRAE-SP / FIPE. **A questão do financiamento nas MPEs do Estado de São Paulo**. São Paulo. 1999.

SOARES, F. V. et al. Programa de transferência de renda no Brasil: impactos sobre a desigualdade. Brasília, **IPEA**, 2006. (Texto para Discussão nº 1228)

UNPD. **The Millennium Development Goals Reports 2007**. UNITED NATIONS, UNPD, Nova York, 2007. Disponível em: http://mdgs.un.org/unsd/mdg/Resources/Static/Products/Progress2007/UNSD_MDG_Report_2007e.pdf

VALENTE, Rita. **Microcrédito como instrumento de desenvolvimento econômico e social**. Mercado de Trabalho: conjuntura e análise. SL. SD. Disponível em: http://www.mte.gov.br/pnmpo/microcredito_instrumento_desenvolvimento_economico_social.pdf>. Acesso em: 10 dez 2007.

VARIAN, H. **Microeconomia: Princípios Básicos**, 2^a ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2003.

VASCONCELLOS, M. T. L. de; COSTA, André Wallace Nery da. Limitações metodológicas e operacionais para a construção de linhas de pobreza absolutas no Brasil. **XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2006.

VIANA, F. D. F. ; FORTUNATO, W. L. L. Nordeste versus Sudeste: Uma Análise Comparativa Fundamentada na Composição das Suas Pautas de Exportação no Período de 1995 e 2006. In: **XII Encontro Nacional de Economia Política**, Recife, 2007.

WOOLDRIDGE, J. M. **Introdução à Econometria: uma abordagem moderna**. São Paulo: Thomson, 2006.

Yunus, Muhammad. **Banker to the poor**. New York: Public Affairs, 2003.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.